

OBRA COMPLETA
MONSENHOR CHAVES



Digitação
Magnólia Belarmino de Sousa Barbosa
Karine Belarmino

Revisão
Magnólia Belarmino de Sousa Barbosa
Maria Elisabeth Paiva Sousa Medeiros

Programação Visual, Paginação e Arte-final
Eclética!

Capa
ALG publicidade

Ilustração capa
Gabriel Archanjo

Impressão
Gráfica Cidade Verde

Monsenhor Chaves.

Obra Completa; Prefácio de
Teresinha Queiroz - Teresina:
Fundação Municipal de Cultura
Mons. Chaves, 2013.

639 p.

1. HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE -
COLETÂNEA. I - Título.

CDD - PI 869.908

ISBN - 85-86510-03-3

Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves
Rua Félix Pachêco, 1430, Centro/Sul
Teresina - PI. CEP: 64001-160
Fone: (086) 3215-7815

Sumário

Prefácio – 11

Teresina - Subsídios para a história do Piauí

TERESINA

Mudanças da Capital – 23

Edifícios Públicos Primitivos – 27

Festas no Passado – 30

Instrução Primária (1852 a 1872) – 33

Instrução Secundária (1852 a 1872) – 35

Posturas Municipais de 1867 – 37

Ruas e Portos da Cidade – 39

Comércio – 42

Problemas de Saúde Pública – 44

Representações Teatrais – 47

Vida Cultural – 50

Vida Religiosa – 53

Teresina Pitoresca – 55

FASES HISTÓRICAS NA VIDA DA CIDADE

Primeiros Passos – 60

Coluna do Saraiva – 62

Imagens Antigas – 64

Companhia de Navegação do Rio Parnaíba – 66

Primeiro Barco a Vapor – 68

Primeira Visita Pastoral – 70

Eleição em 1860 – 72

Questão Christie – 74

Seca de 1877 – 76

Telégrafo – 78

Fábrica de Fiação e Tecidos Piauienses – 81

Libertação dos Escravos – 84
Proclamação da República – 86
Primícias da Intervenção Republicana – 88
Guarda Republicana – 92
Crise Político-Partidária de 1890 a 1892 – 95

GUERRA DO PARAGUAI – 100

Embarque dos Corpos de Guarnição e de Polícia – 100
1º de Voluntários da Pátria – 102
2º de Voluntários da Pátria – 104
Valor Piauiense na Guerra – 106
Problemas de Guerra – 109
Festas da Vitória – 111
Volta dos Heróis – 113

35º BATALHÃO DE INFANTARIA

Campanha Federalista – 116
Campanha de Canudos – 118

O índio no solo piauiense

O Piauí no Século XVII – 125
Piauí, corredor de migração – 126
Índios do Solo Piauiense – 127
Hostilidades de Domingos Jorge Velho – 129
As Guerras da Conquista – 136
Última fase da conquista – 139
Conclusão – 145
Bibliografia – 146

Cadernos Históricos

CAMPO MAIOR LUTA PELA INDEPENDÊNCIA - A BATALHA DO JENIPAPO

Antecedentes da Batalha – 149
Batalha do Jenipapo – 152

Depois da Batalha – 154
Fontes consultadas – 160

COMO NASCEU TERESINA

Primórdios – 161
Vila Nova do Poti – 163
Teresina – 177

A ESCRAVIDÃO NO PIAUÍ

O escravo no Brasil – 182
O escravo no Piauí – 190

O PIAUÍ NA GUERRA DO PARAGUAI

Causa imediata da guerra – 203
Seguem os contingentes – 206
Nos campos avançados do exército – 227
Os que se sacrificaram ou se distinguiram – 228
Recepção aos voluntários – 232
Dissolução do corpo – 236
Frustração – 237
O voluntário antes e depois da campanha – 238
Jovita Alves Feitosa – 240

EVANGELIZAÇÃO NO PIAUÍ

(Perspectiva histórica de sua implantação e estruturação) – 244

O Piauí nas lutas da independência do Brasil

Situação no Brasil às vésperas da Independência – 257
Situação no Piauí às vésperas da Independência – 264
Parnaíba abre caminho para a independência no Piauí – 270
Fidié marcha sobre Campo Maior – 274
Debandada em Parnaíba – 278
Levanta-se Oeiras – 283
Entram os cearenses – 290
Preocupação de Oeiras com as Passagens do Parnaíba – 294

Começam as desordens – 298
Vai começar a luta – 302
O combate do Jenipapo – 306
Depois do combate – 313
Marcha para Campo Maior o Tenente Simplício – 321
Ação do Tenente Simplício no Estanhado – 326
Aclamação em Manga e Pastos Bons – 330
A Junta da Comissão Militar do Poti – 336
Repressão ao banditismo – 341
Queda de Repartição e do Brejo – 347
A Junta Militar do Poti passa para o Maranhão – 352
Alecrim, o herói aloucado – 366
Cai Carnaubeira e fecha-se o cerco de Caxias – 372
Capitulação do Itapecuru-Mirim – 377
Chega Filgueiras à Capital do Piauí – 384
Recrudesce a luta em torno de Caxias – 392
A Capitulação – 396
Após a luta, a restauração da Província – 405
Conclusão – 411

Apontamentos Biográficos e Outros

Jesuítas no Piauí – 415
Miguel de Carvalho – 418
João Pereira Caldas – 422
João do Amorim Pereira (dom) – 427
Leonardo de Carvalho Castelo Branco – 432
Manuel de Sousa Martins – 435
Marcos de Araújo Costa – 438
João da Costa Alecrim – 442
Simplício José da Silva – 447
José Francisco de Miranda Osório – 451
Francisco de Sousa Martins – 456
Lívio Lopes Castelo Branco e Silva – 461
Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco – 466
David Moreira Caldas – 469
Francisco Parentes – 473
Deolindo Mendes da Silva Moura – 477
Licurgo José Henrique de Paiva – 480
Napoleão Ribeiro Soares – 485

João do Rego Monteiro – 489
Francisco José Furtado – 493
Raimundo de Arêa Leão – 498
José Antônio Saraiva – 504
Simplício de Sousa Mendes – 513
Franklin Américo de Menezes Dória – 516
José Lustosa da Cunha – 521
Antônio Coelho Rodrigues – 524
Amélia de Freitas Bevilacqua – 527
Augusto da Cunha Castelo Branco – 531
Firmino Pires Ferreira – 534
Luísa Amélia de Queirós Brandão – 538
Hermínio Castelo Branco – 540
Gervásio de Brito Passos – 545
Álvaro de Assis Osório Mendes – 548
Clodoaldo Severo Conrado de Freitas – 552
Anísio Auto de Abreu – 556
Lisandro Francisco Nogueira – 560
Coriolano de Carvalho e Silva – 563
Gregório Taumaturgo de Azevedo – 567
Leônidas Benício Mariz e Sá – 571
Arlindo Francisco Nogueira – 575
Raimundo Artur de Vasconcelos – 577
Antonino Freire – 581
João Luís Ferreira – 591
Higino Cícero da Cunha – 594
Lucídio Freitas – 600
Abdias da Costa Neves – 607
Miguel de Paiva Rosa – 614
João Pinheiro – 622
João Henrique de Sousa Gayoso e Almendra – 627
Joaquim de Oliveira Lopes – 631
Vaqueiros e Roceiros – 634

Cadernos Históricos

Campo Maior e a Independência

A Batalha do Jenipapo

A 13 de março de 1823, nas proximidades de Campo Maior, feriu-se a Batalha do Jenipapo entre as tropas do Major Fidié e os patriotas da Independência.

ANTECEDENTES DA BATALHA

Muito antes de 1822, já a vila de Campo Maior se transformara num caldeirão de ideais revolucionários pró-independência. Oeiras não era indiferente e se inquietava. A 17 de setembro de 1822, a Junta de Governo chamou Lourenço de Araújo Barbosa, de Campo Maior, à capital, para interrogá-lo. Corria, e era verdade, que aquele cidadão possuía, na vila, uma fábrica de pólvora trabalhando para a revolução, que todos pressentiam inevitável.

Por medida de segurança, o Comandante de Armas da Província, Major João José da Cunha Fidié, deslocou para Campo Maior, em reforço, o destacamento de Marvão.

Quando em 19 de outubro daquele ano a vila de Parnaíba dá o grito de independência e aclama Dom Pedro Imperador do Brasil, a tensão dos patriotas campomaiorenses cresce de ponto e somente não explode ainda em virtude da presença, na vila, de forças militares numerosas e comandantes mui fiéis à monarquia portuguesa. Neste clima a encontra Fidié, quando por ali passa, em 22 de novembro de 1822, rumo a Parnaíba, com toda a força de que dispunha, para sufocar o movimento separatista que eclodira no litoral.

Comandava os destacamentos militares em Campo Maior, naqueles dias, o Major Higino Xavier Lopes.

Fidié mediu com rapidez e precisão a gravidade da situação, ali. Muito embora não soubesse ainda o que o esperava em Parnaíba, desfalcou-se, reforçando as tropas de repressão na vila com mais um destacamento de 100 praças, sob o comando do ten.-cel. João Antônio da Cunha Rebelo, e mais duas peças de campanha.

Tudo em vão. Os patriotas de Campo Maior não dão tréguas ao inimigo. Pressionam, sabotam, espalham boatos alarmantes, provocam deserções na tropa. Quem nos diz é o ten.-cel. Cunha Rebelo na carta que escreve para Fidié com data de 25 de janeiro de 1823: ...“Eu vivo aqui em maior desassossêgo, tanto pelas diabólicas notícias, opostas à nossa causa,

como por me ver com poucas fôrças, por terem desertado muitas praças, de onde nasce o meu maior temor e, apesar de fazer as diligências para serem capturadas o não posso conseguir. Finalmente, como pouco, durmo menos, pensando comigo mesmo o melhor modo de dar conta desta trabalhosa tarefa, e quanto mais penso menos acerto”.

Àquela altura dos acontecimentos estacionavam na vila 100 granadeiros do ten.-cel. Cunha Rebelo, o 4º Esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria do Ten. Egídio da Costa Alvarenga, 40 praças de linha do Ten. José Bernardes e mais alguns milicianos que serviam de artilheiros das 2 peças de campanha, todos sob o comando geral do Major Higino Xavier Lopes.

Realmente as coisas não andavam bem para os partidários da causa portuguesa. Graves acontecimentos iriam suceder na vila poucas semanas depois.

A 22 de janeiro de 1823, Leonardo de Carvalho Castelo Branco (piauiense), vindo de Sobral à frente de patriotas piauienses e cearenses, entra de surpresa em Piracuruca, aprisiona o pequeno destacamento ali estacionado e avança sobre Campo Maior.

À aproximação da força libertadora ninguém mais teme as autoridades dentro da vila. A soldadesca se levanta protestando aos chefes que não combateria contra os seus camaradas rebeldes; impõe a evacuação da vila sob a ameaça de uma completa deserção, caso não seja atendida. A situação se agravou ainda mais quando se soube que outras tropas invasoras marchavam sobre a vila pela estrada de Marvão. Naquelas apertadas circunstâncias, o Comando Geral cedeu. O Major Higino Xavier Lopes retirou as tropas de Campo Maior no dia 1º de fevereiro. A maioria dos soldados desertou para aguardar a chegada dos independentes. Os que permaneceram fiéis ao Comando Geral se retiraram para o Potí, conduzindo todo o armamento. Os que desertaram estavam desarmados.

Leonardo de Carvalho Castelo Branco entrou em Campo Maior sem dar um tiro sequer, e no dia 5 de fevereiro fez-se a aclamação do Sr. Dom Pedro de Alcântara Imperador do Brasil. Naquele mesmo dia cantou-se um “Te Deum” na Igreja Matriz de Sto. Antônio.

No dia 6 a Câmara de Campo Maior oficiou à Câmara de Caxias (MA) solicitando-lhe adesão à causa da independência. A 13 de fevereiro a Câmara de Caxias respondeu-lhe: ...“havendo-se jurado solenemente do dia 9 do corrente a Constituição política da Monarquia portuguesa, decretada pelas Côrtes Constituintes, da mesma Nação, jurada e mandada observar por S. M. o Sr. Dom João VI, nosso atual rei constitucional, não podemos de sorte alguma faltar à santidade do juramento que prestamos sem incorrermos no horrendo crime de perjúrio a que V. Sas. nos pretendem levar, afastando-nos dos nossos deveres e introduzindo entre nós o cisma político da desunião,

condenando-nos à anarquia, o flagelo dos povos, cuja responsabilidade deverá recair sobre os autores destes males, que por fins sinistros se têm aproveitado da fraqueza dos mesmos povos, introduzindo entre eles o férreo despotismo... sendo a nossa mais forte divisa: Constituição ou Morte!

No dia 12 de fevereiro entrou em Campo Maior o Cap. Luís Rodrigues Chaves, com 100 soldados cearenses devidamente armados e municiados.

Parece que se estabeleceu logo um desentendimento entre o comandante cearense e o comandante piauiense Leonardo Castelo Branco. Os documentos falam numa segunda adesão de Campo Maior à causa da independência, promovida pelo Cap. Rodrigues Chaves, no dia 16, quando se sabe que no dia 5 Leonardo havia feito a adesão oficial.

Naquele caos que era Campo Maior, às vésperas da Batalha, o capitão cearense tomou medidas militares acertadas. Prevendo o encontro com Fidié, mandou o alferes Francisco Xavier Torres a Oeiras para pedir reforços e munição. O alferes voltou alguns dias depois trazendo apenas munição, muito pouca: “duas arrobas de pólvora, duas resmas de papel para cartuchame, três mil cartuchos embalados, quarenta archotes para sinais, trinta côvados de baêta para cartuchos das peças, quarenta correiamas para patronas, quarenta bandeiras para espingarda e quinhentas pederneiras”. Foi só o que Oeiras pôde mandar-nos.

Leonardo de Carvalho Castelo Branco tinha visão bem larga da situação, mas era por demais temerário. Sabendo que a grande fortaleza dos portugueses estava do outro lado do rio Parnaíba, na Província do Maranhão, resolveu solapar-lhe o poderio conseguindo, ali, adesões para a causa dos independentes. Mas não tomou as devidas precauções. E foi facilmente capturado pelo comandante do porto militar de Repartição (distrito do Brejo), quando ali se encontrava confiado distribuindo a sua proclamação.

Muita coisa desagradável aconteceu em Campo Maior e seus arredores durante aquele mês de fevereiro. A mobilização, a toque de caixa, arregimentou muitos celerados e disto se aproveitaram eles, como também da confusão reinante, para darem expansão aos seus maus instintos. Militares, capitaneados por alguns bandidos, saíam pelas fazendas dos europeus roubando-lhes os bens, infligindo-lhes toda sorte de vexames. O Cap. Luís Rodrigues Chaves, assoberbado com outros problemas, fazia vista grossa a estas tropelias.

Quando se soube em Campo Maior que Fidié ia descer de Parnaíba, Rodrigues Chaves acelerou a mobilização. Chamou todos os homens válidos da vila e termo para enfrentarem o inimigo na passagem. Sabendo que no Estanhado (União) encontrava-se o Cap. João da Costa Alecrim reunindo gente para invadir o Maranhão, enviou-lhe um positivo para lhe expor a situação na vila e lhe pedir ajuda. Alecrim não vacilou. Reuniu a força de que dispunha e,

duas horas depois, já estava em marcha para Campo Maior, juntamente com o baiano Salvador Cardoso e seu irmão Pedro Francisco Martins, cujos contingentes incorporou a sua tropa. Era o dia 12 de março. Marcharam toda a noite e na madrugada do dia 13 entravam em Campo Maior, onde já havia chegado, também, o Cap. Alexandre Nery Pereira Nereu, conduzindo soldados do Ceará.

BATALHA DO JENIPAPO

Em Campo Maior o povo correu prontamente ao chamamento do cap. Luís Rodrigues Chaves. "Cada um, o vaqueiro e o roceiro, foi mais pronto em alistar-se para o tributo de sangue. Ninguém se recusou a acudir ao apêlo, e, dentro de três dias, as fileiras engrossaram-se e uma numerosa multidão ficou à espera dos portugueses para o combate. É assim que perto de dois mil homens, vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada e formaram em frente à Igreja de Sto. Antônio. Os soldados do Cap. Luís Rodrigues Chaves com os que haviam abandonado o ten.-cel. João Antônio da Cunha Rebelo, com os de Alecrim e Cap. Nereu, elevando-se a pouco mais de quinhentos, não podiam dar a consistência precisa à totalidade do corpo. Fôsem mais numerosos, mais disciplinados e aproximariam, talvez, essas duas mil unidades de combate".

"Assim não. E só a loucura patriótica explica a cegueira dêsses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados".

"As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, êstes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados, foices. De nada valia, contudo, para êles, a falta de armas, tão sugestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava aliás na possibilidade de morrer. Todos sonhavam a glória do regresso à vila conduzindo algemado o chefe do exército à frente da turbamulta sem fim dos prisioneiros".

"E nêsse entusiasmo, surgiu o dia do encontro. Era 13 de março".

Ao amanhecer o dia, a tropa formou no largo de Sto. Antônio. Dada a ordem de marcha, todos caminharam para o rio Jenipapo, onde pretendiam barrar a marcha aos portugueses.

O terreno ali é plano; uma várzea imensa, aberta, sem amparo. Aquele era um ano de grande estiagem. O rio estava seco. O grosso da tropa ocultou-se no próprio leito do rio, enquanto que alguns outros contingentes se abrigaram nos mufumbais das ribanceiras.

Para além do rio, a estrada se bifurcava em duas. Por qual delas viria o inimigo? O Cap. Rodrigues Chaves enviou uma patrulha para explorar

a estrada da direita. Fidié descia com o grosso de sua força pela estrada da esquerda e explorava a da direita com um pelotão de sua cavalaria. Este se havia distanciado da tropa e foi ele que se chocou com os cearenses da patrulha, inopinadamente. O reencontro foi brusco e violento. A patrulha abriu fogo sobre os cavaleiros inimigos. Estes resistiram um pouco, e depois recuaram, à brida solta, perseguidos pelos soldados da patrulha embriagados com a facilidade da vitória.

Foi aí que começou o desastre. Ouvindo o tiroteio, as tropas que guarneciam as margens do rio não atenderam mais ao Comando. Abandonaram, precipitadamente, sua posição defensiva e enveredaram pela estrada da direita, em busca do combate que, supunham, ali já começara.

Fidié, sabedor do que havia acontecido, não perdeu tempo. Passou, rapidamente, o grosso de sua tropa para o outro lado do rio, escolheu um local favorável, construiu às pressas um campo fortificado, cavou trincheiras, dispôs a artilharia, distribuiu linha de caçadores e esperou os brasileiros. Quando estes voltaram, ficaram muito surpreendidos com o que acontecera.

Mas a sorte estava lançada. Os capitães Rodrigues Chaves e Alecrim perceberam logo que a batalha estaria perdida se eles não conseguissem, num golpe de sorte, atacando de todos os lados, fracionar os portugueses num corpo a corpo violento e rápido. Contando com o entusiasmo de seus comandados, dispuseram as forças e ordenaram o avanço sobre o campo dos adversários. Eram 9 horas da manhã. A primeira leva foi repelida com graves perdas. A fuzilaria e as peças dos portugueses varriam os campos em todas as direções. As cargas se sucediam, heróicas, mas inúteis. Muitos patriotas iam morrer à boca das peças com um desamor pela vida que pasmava os soldados, pouco afeitos a semelhantes atos de heroísmo.

Quando já passava do meio-dia, não a consciência da derrota, mas o cansaço puro e simples começou a dominá-los. “As armas caíam-lhes das mãos trêmulas. As pernas anquilosavam-se-lhes. O peito arfava-lhes. Já não combatiam, arrastavam-se para a morte”.

Depois de 5 horas de combate, às 14 horas, começou a debandada.

Também os portugueses caíam de cansaço. Cinco horas de luta ininterrupta e um sol abrasador tiravam-lhes totalmente o ânimo. Não perseguiram os brasileiros em retirada. Não poderiam fazê-lo, aliás. A vitória, muito amarga, não conseguira alegrar o coração do comandante português. Ele estava assombrado com o arrojo, a valentia e o desamor à vida dos seus adversários. Se ali, quase na metade do caminho entre Parnaíba e Oeiras, lhe haviam oferecido um combate tão difícil, o que não iria ele encontrar mais na frente?

Quando Fidié ainda estava dando um balanço nas perdas que sofrera, vieram avisar-lhe que os patriotas, na retirada, haviam roubado a maior parte da sua bagagem de guerra. Isto queria dizer que ele estava

praticamente sem munição e sem dinheiro. Urgia ocupar, logo, Campo Maior, antes que os patriotas, mesmo desmoralizados, tentassem fazê-lo, oferecendo-lhe novo combate.

Nunca se pôde saber ao certo quantos mortos tiveram os portugueses. Fidié não os enumerou na sua parte do combate. Provavelmente foram poucos. Sabe-se que o major inimigo reuniu todos os cadáveres de portugueses em 5 valas.

Uma coisa estava patente: o comandante português vencera aquela batalha, mas havia perdido a guerra. Só lhe restava agora atingir o território maranhense o mais depressa possível. Ali predominava ainda o governo português.

Quanto às perdas sofridas pelos patriotas, há uma grande discordância na documentação que trata do assunto. As partes oficiais, a do inimigo e a nossa, são contraditórias. Fidié fala em "542 prisioneiros, mais de 200 homens entre mortos e feridos, uma peça de artilharia, uma bandeira e 3 caixas de guerra". O Cap. Rodrigues Chaves diz que "morreram na ação mais de 400 pessoas, sendo a maior parte do inimigo". Sabe-se que o Capitão cearense falou por falar. Não contou os mortos, pois saiu precipitadamente do campo da batalha antes que ela terminasse. Ouviu certamente relatos de fugitivos apavorados. Mentiu, no que diz respeito às perdas do inimigo.

DEPOIS DA BATALHA

Quando se deu a derrota, os patriotas, em retirada, levaram o pânico aos habitantes da vila. Com a notícia de que Fidié se aproximava vitorioso, fecharam-se as casas precipitadamente. Mulheres e crianças, num choro angustioso, corriam, atarantadas, pelas ruas, procurando saber dos fugitivos o que acontecera aos seus entes queridos que não haviam voltado. As famílias, deixando suas casas e tudo o que possuíam, fugiam para os matos. Dentro da vila era o caos.

Prevalecendo-se da exaltação popular, Joaquim Bento Pereira, um cabra de nome Eufrásio e seu irmão Félix saíram para o Largo de Sto. Antônio dando morras aos marinheiros. Dirigiram-se à cadeia e assassinaram friamente nove pobres portugueses que haviam chegado presos, na véspera, vindos do Estanhado. Apunhalaram um pobre velho português de nome José, que morava na vila. "Seguiram no encalço de 10 presos que nêsse dia, uma quinta-feira, tinham sido remetidos para a capital e alcançando-os, à noite, no lugar denominado "Boqueirão da Serra", mataram oito deles, com o consentimento da escolta, escapando apenas dois - o Padre João Manoel de Almendra e um outro prisioneiro que foi poupado por ter vindo pequenino da Europa".

“Por outro lado, os fugitivos do Jenipapo assassinavam os europeus que encontravam”.

Antes da noite do dia 13, Fidié aproximou-se de Campo Maior e ocupou a fazenda “Tombador”, a um quilômetro da vila, onde estabeleceu o seu quartel general. Ali permaneceu 2 dias curando os feridos, reorganizando as fileiras. Às 11 horas do dia 15 levantou acampamento e seguiu com suas forças para o Estanhado.

Saiu em tempo. Se tivesse demorado mais teria combatido novamente, três dias apenas após a batalha. O Cap. Alexandre Pereira Nereu, com um grupo destroçado de combatentes do Jenipapo, retirava-se pela estrada de Marvão quando, na Fazenda “Tapera”, encontrou-se com o Cap. Florêncio de Oliveira Magalhães, que vinha do Ceará com uma força de 300 homens a cavalo. Fizeram junção e refluíram sobre Campo Maior para fustigar os portugueses. Não os encontraram mais na vila.

Após a retirada de Fidié, Campo Maior se transformou num pesadelo. Nem o mínimo resquício de autoridade existia ali, e muito menos condição para exercê-la.

Treze dias depois do combate, o primeiro documento que conhecemos, datado de 26 de março e assinado pelo Juiz de Fora José Marques Freire, nos traça o quadro de desolação que a vila apresentava: “Participo a V. Excias. que fui eleito a votos do povo para Juiz de Fora, pela lei, de cujo cargo tomei posse, e por isto me fica a obrigação de fazer sentir a V. Excias. dos casos atrozes que acontecem no tempo do meu emprego, os quais são os seguintes: no dia 13 do corrente março chegou perto desta vila o intruso Fidié com seu exército e porque nesta vila havia tropas do Ceará combateram-se de parte a parte, e houve mortandade de gente que chegaria a mais de cem pessoas, ficando no campo, vitorioso, o dito Fidié. A êste ataque eu fui presente com vários camaristas. Por não ficar guarnição na vila e pelos acontecimentos desgraçados, retirou-se a tropa e todo o mais povo desta vila, deixando seus cabedais, os quais foram roubados; a cujos procedimentos não me foi possível dar providência alguma, por não ter fôrças que rebatessem povos absolutos; êstes mesmos procedimentos se estão praticando no vacuum e cavalgar, sem reserva, e à fôrça estão furtando. Acontece mais que sendo o Vigário e nove europeus desta vila presos, remeteram-se para essa Cidade; e no dia da Batalha consta-me que foram oito mortos, ficando vivos o Vigário e um por ser brasileiro, por vir pequeno da Europa, os quais, dizem, os levaram para o Ceará. Do mesmo modo, tendo chegado do Estanhado nove europeus presos, e quando houve o combate os povos escandalizados do acontecido arrojaram a cadeia e os mataram. Êstes são os fatos maiores acontecidos que participo a V. Excias. para darem as providências que acharem justas. Também faço ver a V. Excias. que a Câmara é muito pobre e nada pode suprir e por isso se padece necessidade de farinhas, botica e cirurgião para curar tantos feridos, que à

falta disso ainda hoje morrem uns e se espera que morram vários ao desamparo. Eu acho-me só aqui com o vereador Luiz de Sousa Fortes Bustamante Sá e Menezes, sem saber dos mais, escrivães e meirinhos, porque na ocasião do ataque tudo pegou em armas, e com a retirada que houve ainda não são aparecidos”.

Àquela altura, felizmente, já havia uma autoridade dentro da Vila, impotente, é verdade, mas presente. Suas informações do dia 12 de abril precisam melhor as anteriores: “Já participei a V. Excias. os fatos acontecidos nesta vila do dia 13 até 25 de março, igualmente os muitos roubos que têm havido, e de então para cá têm sido cada vez mais com excesso, muito principalmente nos bens dos europeus que nêste têrmo moravam; e assim rogo a V. Excias. hajam por bem dirigir-me os meios que devo seguir, se devo ou não já mandar fazer apreensão nos restantes dos bens dos ditos europeus que se acham ausentes, e mortos, para ver se por êsse meio há menos extravio; e se devo ir pondo em praça os bens daqueles que não têm herdeiros. Tem havido nesta vila vários insultos, onde um dêles foi uns soldados pagos do Ceará e dessa Cidade (Oeiras) que aqui se achavam lascaram o tronco a machado, quebrando a fechadura dêle. Eu acho-me nesta vila unicamente com o vereador Luís de Sousa Fortes, e por isso não há lugar de se fazer Câmara, inda menos pessoas para se fazer uma Câmara extraordinária. O vereador João Barbosa Freire foi excuso por V. Excias. O vereador Tenente Simplício José da Silva está encarregado do comando desta vila, e de presente destacado na Capela do Livramento com a fôrça que aqui se achava. O Procurador era um europeu que morreu, e o Escrivão provisionado era também um europeu que não há notícia dele, se é morto ou vivo. Agora está exercendo interinamente o ofício de Escrivão da Câmara José Soares Marinho, e assim hajam por bem V. Excias. darem algumas providências a este respeito para que possa haver Câmara nesta vila, para com mais presteza executar as ordens de V. Excias.”

Muito longe das frentes de operação, as autoridades máximas, em Oeiras, continuavam totalmente despreocupadas com o que se passava aqui. Parece que não queriam acreditar na calamitosa situação da vila. E como nada pudessem ou quisessem fazer, recriminaram injustamente o Juiz Marques Freire. Responsabilizaram-no pelo descalabro que imperava em Campo Maior.

Em resposta, explicando-se, aquela autoridade nos presta mais algumas informações: “Senhores, êste Senado ficou só comigo e o vereador Fortes; e nós mesmos assombrados por estarem nossas casas a 8 ou 10 léguas do inimigo, e nós ambos ameaçados por êle, vendo (chegar) o dia em que, mesmo nos matos, serão os restantes dos nossos bens e vidas de nossas famílias roubados, tanto pelo inimigo como pelos malvados que fora andam roubando e desacreditando. Esta vila ficou sem domicílio judiciário e militar, porque os povos só lhes serviam o nome de *Morra, é carcunda!* Fazendo-se patente o decreto de S.M. Imperial, disseram que era feito aqui, e era falso e *carcunda* quem o

tinha mandado publicar. E não havendo forças militares, como poderia a justiça fazer coisa alguma? Os doentes, é verdade, têm morrido, alguns quase à míngua, porém por falta de remédios e de cirurgião que os cure. E muitos estão por algumas fazendas onde se têm tratado... Ora (entre) os cidadãos desta freguesia não se contavam quase mulheres, por se fazerem para fora de suas casas em razão do inimigo. Depois foram muitos roubados pelos índios, que não deixaram em casa vidros, e menos coisa alguma. Os mesmos da terra, como muitos que foram daqui remetidos para essa Cidade, deixaram os habitantes desta vila com a camisa do corpo. Êste é o motivo porque tem havido falta de caridade com os doentes que se acham aqui. Tem êste Senado um meirinho e um porteiro, e querendo eu fazê-los (trabalhar) não quiseram, dizendo que não tinham lucros, e que eram soldados, e que se obrigasse se iam embora. Ora, vejam V. Excias. como faria eu minhas obrigações de todo o modo privado de as poder cumprir? (depois) daqueles que para lá têm ido (presos), já estão as coisas mais moderadas, e vai tomando nova ordem, principalmente se os que foram tomarem castigos iguais aos seus crimes. E muito melhor seria se aqui se exemplassem um ou dois. Nesta vila ficaram tôdas as casas abertas por as tombarem as portas; e roubaram tudo; assim estavam fazendo por fora a quem possuía alguns bens; bastava ter alguém alguma coisa para ser chamado carcunda, e ser logo roubado... E na ocasião em que roubaram os moradores desta vila levaram todo o papel que havia; até o presente não tem podido achar em parte alguma papel para poder devassar dos casos acontecidos e dar com presteza tôdas as participações devidas."

Os índios de que nos fala o Juiz foram uma outra calamidade que o Ceará nos mandou, naquela hora. Vieram 600 da Ibiapaba, depois do combate, e nos dias que ficaram em Campo Maior não fizeram outra coisa senão roubar. Quando pressentiram que a repressão ia começar, voltaram às pressas para sua serra.

Quem imprimiu com mão de ferro ordem na vila e seu termo foi o Tenente Simplício José da Silva. Era ele vereador da Câmara de Campo Maior e oficial das Forças. Combateu no Jenipapo. Menos de um mês depois vamos encontrá-lo à frente de um grupo armado atacando, na Fazenda São Pedro, perto de Livramento, uma força de Fidié, que havia atravessado o Parnaíba para arrebanhar gado na fazenda de Francisco Gil Castelo Branco. Os soldados de Fidié conduziam 109 cabeças de gado quando caiu sobre eles o Tenente Simplício desbaratando-os e tomando-lhes a presa preciosa. Os portugueses deixaram 12 mortos, 3 feridos e 4 prisioneiros.

Substituindo o ten.-cel. Francisco Félix da Silva no Comando Militar da vila, o Tenente Simplício agiu com energia e eficiência. Confiantes na sua atuação, as famílias começaram a voltar aos seus lares abandonados.

Duas preocupações básicas o absorviam naqueles dias: levar a paz aos lares, reprimindo com energia os roubos, assaltos e absurdos, que se

praticavam quase impunemente, e atacar o inimigo com as forças que ia novamente recrutando e armando como podia.

Com datas de 1º e 6 de maio fez publicar dois editais. No primeiro dizia: "Ordeno que tôda e qualquer pessoa que tiver cometido ou consentido em semelhantes roubos venham denunciar-se, dentro do prazo de oito dias e obrigar-se a pagar aos seus legítimos donos ou seus procuradores o que tiver já consumido; e os que existirem, entregá-los aos seus donos afim de serem perdoados; aliás, seguirei as ordens de sova de pau, e fuzilar. E não merecem contemplações se confessarem depois de presos, por denúncias de outros. E para que não aleguem ignorância, mandei passar o presente edital para ser corrido nas ruas de costume, a toque de caixa, e ser fixado em uma esquina pública para observação geral." O outro era um edital de convocação: "Ordeno que do dia da publicação dêste a oito dias os que se não apresentarem nesta vila com as armas que tiverem prontas, e marcharem, serão contemplados como inimigos de nossa santa causa; como tais, serão rigorosamente punidos."

Poucos dias depois ele já havia recebido 29 bilhetes de pessoas que confessavam os seus roubos e se dispunham a fazer indenizações.

Quando o prazo de oito dias se esgotou, o pau cantou na vila, no duro. De nada valeram interferências de terceiros para sustarem a ação enérgica do comandante militar. Filho da terra, conhecia muito bem seus salafrários. Infelizmente, chegou algumas vezes a excessos. Ele próprio os confessa num de seus ofícios enviando presos para Oeiras. Foi uma felicidade que já não prevalecessem mais, na vila, certas leis de guerra, quando ele assumiu o comando militar; muitos teriam sido fuzilados, então. Citando nominalmente um do presos - Américo José Pereira - num dos ofícios para Oeiras, ele diz: "no qual já mandei dar uma "famosa sova de pau" e ajunto que merece ainda mais outra, ou pena última, para exemplo de outros de tais qualidades."

Morava perto de Campo Maier um grande celerado chamado Vicente Bezerra, vulgo Vicente Bonzão. Este homem, antes da Batalha, havia feito, impunemente, as maiores tropelias. Era ele Furriel da 1ª Companhia do 1º Regimento de Infantaria da Província. Capitaneando bandidos armados, saía pelas fazendas dos portugueses roubando, infligindo aos marinheiros toda sorte de vexames. Dizendo-se Capitão, prendia os portugueses ricos e para soltá-los exigia somas bem elevadas. Ficou rico. Só de uma de suas vítimas chegou a extorquir a soma de dois contos e quatrocentos mil réis. Para que se possa avaliar o que isto significava, basta que se diga que um Ministro de Estado do Imperador Dom Pedro I ganhava duzentos mil réis por ano. Ousou enfrentar o Tenente Simplício. Arrependeu-se amargamente. Teve sua casa saqueada por ordem expressa do Tenente. Foi preso, espancado barbaramente e enviado sob corrente para Oeiras "a ver se a sua culpa merece ser fuzilado, que bem me persuado que sem um exemplo dêstes não terão sossêgo os roubos."

Num ofício datado de 10 de maio de 1823, diz o Comandante Simplício: ... “Parte das pessoas habitantes deste Distrito tinham extraviado bens alheios, uns por serem desta conduta, outros pelo vocábulo que corria entre as pessoas rudes dos bens serem comuns.”

Fez prender e enviou para Oeiras o cabo Eufrásio e Joaquim Pereira. Eram alguns daqueles que no dia da Batalha haviam assassinado friamente os prisioneiros europeus.

Não tinha contemplação nem com os parentes. Enviou preso para Oeiras Euquino Pereira que violentara uma pobre mocinha. Diz no ofício: ...“agora me veio dar parte pai da rapariga que já com êle se tinha arrumado, dotando-a e prometendo casá-la; e porque o dito Euquino ainda é meu parente, por este motivo o não soltei, e só sim alivei do tronco em que se achava, e o remeto a V. Excias. que determinarão dêle o que forem servidos, pois eu não tenho contemplação com quem é mal procedido.”

Além da repressão aos abusos, na frente interna, o Tenente Simplício enviou expedições para molestarem o inimigo muito longe de Campo Maior. Às vezes ele próprio as comandava. A 14 de maio o Alferes Joaquim Carvalho, enviado ao porto do Boqueirão, lhe comunica: “Participo a V. Sa. que hoje passo para a parte de lá, seguindo a minha marcha no têrmo de Brejo (Ma) e sábado de madrugada há de ficar debaixo de cêrco, que assim temos tratado entre eu e o destacamento que se acha nas Melancias... pois já está agora em tempo de se poder tomar; tem fugido muita gente dos que lá estavam destacados, uns para aqui, outros para o outro destacamento de baixo. Os homens da parte de lá tudo se está unindo aqui, e já não obedecem mais aos oficiais da parte de lá.”

Dois outros subalternos, Victor e Cardoso, escrevem-lhe de Matriz a 17 de maio: “Aqui chegamos às 10 horas da noite e, por falta de animais, estamos abarrancados. Tem havido três combates e no último os nossos roubaram a barca dos contrários e ficaram aprontando mais outra para virem combater... (Os inimigos) como não podem vingar-se dos homens estão se vingando com as miseráveis famílias. Tem-se aprisionado muitos dêles, e morto outros tantos.”

Um seu ofício de 21 de maio nos dá notícia de uma ação militar no porto do Estanhado: “Participo a V. Excias. que as barcas de Fidié não só chegaram ao Estanhado, mas também subiram até o porto do Capitão Severino, onde saltaram com tôda a equipagem, e voltaram. E chegando eu com a fôrça, já tinham regressado. Não sei informar a V. Excias. onde é a existência dos condutores delas.”

O Tenente Simplício modificou inteiramente a situação dos feridos da Batalha: “...mandei aprontar uma casa logo no outro dia e ajuntei todos, e

convoquei uma enfermeira e um enfermeiro e determinei que com todo o cuidado cuidassem daqueles irmãos ofendidos... Todos os dias os vou visitar."

Não esqueceu os mortos no campo de batalha. Fez várias expedições ao Jenipapo para recolher ossadas e armas. A 28 de julho escreve: "Hoje pretendo ir ao campo da batalha com tôda a tropa que aqui tenho afim de ver se acho os restos dos corpos que talvez estarão pelos matos, assim como algumas granadeiras." No dia 30 do mesmo mês concluiu, ali, sua missão: "Hoje fui ao campo da batalha com tôda a tropa e lá só achei ossos de alguns defuntos de resto. Agora pretendo mandar fazer os sufrágios, pois no campo não há mais nada de ossos, nem granadeiras, por se ter procurado muitas vêzes, assim como hoje não ficou canto que não procurasse."

Em dezembro de 1823 a vida já estava totalmente normalizada em Campo Maior. Ferem-se as eleições da Junta Paroquial a 27 daquele mês e ano. O Tenente Simplício José da Silva vai reeleito vereador da Câmara.

FONTES CONSULTADAS:

- a) "Cronologia Histórica do Estado do Piauí", de F. A. Pereira da Costa.
- b) "A Guerra do Fidié", de Abdias Neves.
- c) 38 peças manuscritas de "Independência – Documentos", Livro 28, da "Casa Anísio Brito".

Como nasceu Teresina

PRIMÓRDIOS

A 6 quilômetros do centro de Teresina, na foz do rio Poti, situa-se o povoado "Poti Velho".

Nem é mais ao menos uma sombra daquilo que foi no passado.

Vamos aos primórdios da povoação.

Até quase o fim do século XVII toda esta região era dominada pelos índios potis. Como quase todos os índios do norte, eram tapuias. Gabriel Soares, falando dos tapuias, dizia que "costuma êste gentio tapuia trazerem os machos os cabelos da cabeça tão compridos que lhes dão pela cinta, e, às vêzes, os trazem entrançados, ou enastrados com fita de fio de algodão; e as fêmeas andam tosquiadas, e trazem cingidas ao redor de si umas franjas de fios de algodão. São muito músicos e cantam. Trazem os beijos furados e nêles umas pedras roliças e compridas. Não pescam êstes índios nos rios, à linha, porque não têm anzóis; mas para matarem peixe colhem os ramos de uma erva com vides, mas muito compridos e brancos, e tecem-nos como rede, os quais deitam no rio e tapam-nos de uma parte a outra e uns têm mão nesta rede, e outros batem a água em cima, donde o peixe foge, e vão-se descendo até dar nela, onde se aperta, e tomam às mãos o peixe pequeno, e o grande matam às flexadas sem errarem um".⁽¹⁾

Aires do Casal, em sua Corografia Brasileira, afirma que foram os potis os índios que mais deram o que fazer aos conquistadores.

Em 1713, os potis tomaram parte no levante geral comandados por Manu-Ladino.

Passada a guerra, aos poucos e sempre lutando, os brancos vão se estabelecendo, aqui e ali, com suas fazendas de gado e seus vaqueiros.

Em fins do século XVIII já existiam nesta região do Poti algumas casas.

A 4 de dezembro de 1797 tem começo, na barra do Poti, a edificação de uma capela com a invocação de N. S. do Amparo, desde então considerada padroeira dos habitantes dali.

A pequena povoação expandiu-se rapidamente, pois cortava-a ao meio a estrada que ligava Oeiras a Parnaíba.

¹ Gabriel Soares, *Notícia do Brasil* - impressa no 3º tomo das Coleções de Notícias para a História das Nações Ultramarinas - Capítulos 72, 73, 74, 75, da pág. 312 a 316.

A partir de 1807 os potienses começaram a pleitear da Metrópole sua elevação à categoria de Vila. Em 1815 pediram a criação da freguesia. Não foram atendidos, também não esmoreceram. Voltaram a pedir as mesmas coisas, em 1822, através de um ofício da Junta de Governo, datado de 3 de julho daquele ano. Alegavam que a natureza dotara o lugar de “um terreno saudável, aprasível, abundante em frutas e peixes, comerciante e com tôdas as proporções para ser uma povoação, talvez a melhor da Província, pela sua fertilidade e vantajosa situação sobre a margem do Parnaíba em que faz barra o Poti; se viam privados do pasto espiritual e das justiças, pois para aquele era preciso recorrer à Matriz de São Gonçalo, em distância de 25 a 40 léguas; e para estas em Oeiras, na de 60 léguas, por caminhos maus e difíceis”.

Finalmente a freguesia vai criada em 15 de setembro de 1827, com o nome de Barra do Poti, desmembrando-se o seu território das freguesias de Campo Maior, Valença e São Gonçalo do Amarante.

Em 6 de julho de 1832 a povoação vai elevada à categoria de Vila. Quem faz sua instalação solene, a 21 de novembro de 1833, é o presidente da Câmara Municipal de Oeiras, cidadão Justino José da Silva Moura.

Sua Câmara de Vereadores começa a funcionar normalmente. Em sessão de 14 de março de 1839 surpreendemos o vereador Ferreira propondo que “esta Câmara deve mandar proceder ao alinhamento pelo qual deve seguir a rua que principia na esquina das casas de dito Ferreira, que foram de Faustino Monteiro de Castro, para a parte do nascente, dando-se-lhe a denominação de rua do Norte”.² Em outra sessão, os vereadores discutem sobre “os terrenos que devem ser demarcados para os edifícios públicos. São de parecer que sejam marcadas 50 braças de comprimento com 30 de fundo no terreno que se acha devoluto no fim da rua do Carvalho, da parte direita, e que uma palhoça que se atravessa no referido lugar seja mandada mudar para o alinhamento da parte oposta”.³ Na sessão de 16 de maio de 1839 a Câmara confia ao Secretário e ao Procurador a incumbência de “proceder ao lançamento das lojas, quitandas e tabernas para que se possa arrecadar o impôsto a favor da receita desta Câmara”.⁴

Em obediência ao que dispõe a lei de 18 de agosto de 1831, a Câmara concorda na criação, em todo o distrito, de uma Companhia de Guardas Nacionais com sede na Vila. O Conselho de Qualificação fixa a lista do serviço ativo em 81 alistados e a da reserva em 42.⁵

Naquele ano de 1839 a Vila do Poti tinha atingido o máximo do seu desenvolvimento. Sobrevem, então, a invasão dos Balaíos. É o início da

² Livro de Atas da Câmara do Poti - nº 6 - 1839 -1849

³ Idem, idem

⁴ Idem, idem

⁵ Idem, idem

decadência da Vila. Os enormes prejuízos causados pela guerra no município, as lutas políticas acirradas e, principalmente, os abundantes invernos que se sucederam a partir de 1840 quase aniquilaram o Poti. Nunca mais ele voltou a ser o que foi no passado.

Pereira da Costa, em “Notícia sôbre as Comarcas do Piauí”, diz que “mal situada a Vila do Poti em lugar insalubre e sujeita a inundações, nos invernos rigorosos anteriores a 1842 as águas do rio aumentaram seu volume, espalhando-se em torno da vila, deixaram-na completamente ilhada e, na velocidade de sua baixa, arrastaram consigo parte de suas casas, inutilizaram sua lavoura e causaram mil danos, além das febres intermitentes e paludosas que ficaram lavrando em larga escala, como remate de tantas desgraças”.

VILA NOVA DO POTI

Aquelas inundações calamitosas da Vila do Poti comoveram toda a Província. O Governo Central, pela lei nº 140 de 29 de novembro de 1842, autorizou os potienses a mudarem o lugar de sua vila, o que foi recusado com não pequena indignação.

O interessante é que esta lei da autorização não foi revogada logo, e foi ela que praticamente deu início à criação de Teresina. Baseando-se nela é que o Presidente da Província, recentemente empossado, Dr. José Antônio Saraiva, em 1850, solicitou aos potienses a mudança da vila para outro local mais apropriado, prometendo ajudá-los, e mais, prometendo-lhes transferir a capital para a Vila Nova do Poti. Saraiva, antes da abertura dos trabalhos da Câmara Legislativa, fez uma viagem ao Poti para dar, de viva voz, aos potienses, a sua promessa. Foi muito bem sucedido. Conseguiu com sua presença despertar o interesse dos habitantes da Vila para o novo e arriscado empreendimento. Ele mesmo confirmou o local para a construção da nova Vila, situada a uma légua da barra do Poti, “num recanto agreste da chapada do corisco, assim conhecida pela frequência de quedas de faíscas elétricas em seu circuito.”

Peço vênha ao leitor amigo para transcrever aqui, na íntegra, um documento precioso para a História de Teresina e do Piauí, pelas relevantes reflexões nele expedidas pelo Presidente Saraiva, algumas ainda hoje válidas para os administradores que quiserem realmente trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Paga a pena ter novamente diante dos olhos aquele documento. Trata-se do longo ofício que Saraiva, a propósito de sua viagem ao Poti, dirigiu ao Exmo. Sr. Conselheiro do Estado Visconde de Monte Alegre:

“Como tive a honra de comunicar a V. Excia., realizei minha viagem aos municípios do Poti e São Gonçalo e dela passo a dar conta a V. Excia. com alguma minuciosidade.

“Em primeiro lugar observei a V. Excia. que com muita satisfação fui recebido pelos habitantes daqueles municípios que em mim enxergavam o Delegado da S. M. o Imperador, a quem eu me glorio de afirmar dedicam a mais profunda veneração e amor.

“No primeiro dia da viagem, 22 de outubro, examinei, com atenção, alguns lugares das margens do Canindé, que se pudessem prestar à construção de uma ponte, cujas vantagens fiz ver a V. Excia. em meu ofício nº 14 de 21 daquele mês; um desses lugares se me ofereceu com as proporções as mais convenientes, porque nessa parte o rio estreita-se consideravelmente, e sobre serem elevadas as suas margens, o seu leito aí é todo de uma rocha, que naturalmente deve formar os alicerces dos arcos sobre os quais se assentará a ponte. Uma circunstância parece-me dever ser a propósito referida, e vem a ser que muita gente não acreditava existir naquelas paragens um lugar tão apropriado e tão conveniente. Todas as pessoas que me acompanhavam foram desse aviso, ainda que concordem na necessidade do dispêndio de grandes quantias para ser levada a efeito a referida ponte; quantias que não poderiam harmonizar-se com as rendas da Província na atualidade, conquanto a obra possa ser demorada por alguns anos, visto como apenas os arcos do leito do rio devam ser principiados e acabados no intervalo das cheias anuais.

“No dia 24 cheguei à ladeira do Castelo que, como ponderei a V. Excia., se acha em obra. Essa ladeira era tão íngreme, tão cheia de penhascos e precipícios, que se considerava justamente o pior lugar da estrada de Caxias. Atualmente aquela ladeira se acha em estado de não afligir os caminantes, e a parte dela que se acha concluída deve ser considerada a melhor coisa da mesma estrada. A invernoada tem de paralisar esta obra, e é isso mesmo recomendado, além de tudo pela prudência que aconselha um estudo sobre o que se acha feito para se aperfeiçoar o que se está a fazer.

“No dia 25 entrei na Vila de São Gonçalo e aí passei dois dias para visitar as escolas e mais estações públicas. Lamentando nessa vila a falta de uma Matriz, nomeei uma comissão afim de promover donativos que ajudem a Província na construção de um templo tão necessário. Confio nesse meio porque por igual maneira se está edificando a Matriz da Vila de Parnaíba, e obtive eu dinheiro para consertar a Igreja desta Capital. Demorei, porém, essa obra porque tenciono pedir à Assembléia a mudança da Vila para a margem do rio Parnaíba, que passa a quatro léguas e, consequentemente, a Matriz deverá ser lá edificada. Falando nisso, devo a V. Excia. dar as razões desse meu propósito. São Gonçalo é uma vila demasiadamente pequena; o valor de todas as suas propriedades não chega a sete contos de réis.

“A navegação do Parnaíba, um pouco mais desenvolvida, operaria a sua mudança, e pois devendo ser previsto esse resultado, que se deveria promover até, não convém que se despendam grandes quantias com uma Matriz em lugar inconveniente, e em pura perda, pois que, como ponderei,

essas poucas casas, que ali existem, se mudarão para a beira do rio sem qualquer aumento da navegação. V. Excia. compreende também quanto esta deve ganhar com o povoado à margem do Parnaíba, e que só a confecção da Matriz à beira do rio traria a mudança da Vila tão proveitosa aos interesses do Município.

“No dia 27 dirigi-me de São Gonçalo para a beira do rio com as pessoas mais gradas da Vila, para examinar o local que é designado como o mais conveniente para formar de futuro a nova povoação, e onde se deverá construir a Matriz. Essa localidade, que recebe o nome de Mulato em razão de um regato que a banha e que deságua no Parnaíba, oferece, distância de uma légua, um terreno de pedregões, cheio de grandes grotas e no qual se não observa grande vegetação. A vista porém é excelente e se acha colocada entre dois rios e o regato de que dou conta. Do lado do sul corre o rio Canindé, que aí faz barra com o Parnaíba, à margem do qual fica essa esplanada, de que me tenho ocupado e que já foi até designada por uma lei para assento de uma povoação que recebesse a Capital da Província; lei que nunca teve um meio de execução; e que foi pouco depois revogada, porque nasceu antes do tempo, porque foi redigida antes de se haverem estudado os meios mais convenientes e adequados a resolver a questão da mudança da Capital de que falarei em ocasião mais oportuna.

“Naquele mesmo dia, embarquei-me nêsse pôrto em uma barca a que dão, na Província, o nome de gabarra; e que além da carga de 400 a 500 arrôbas, que podia conduzir, levava quase 30 pessoas. Sofrivelmente acomodados, descemos o Parnaíba, sem viajar de noite, e no dia 30 encontramos a uma légua pouco mais ou menos antes de chegar à Vila do Poti outra barca de maior porte, que transportava as pessoas mais gradas da Vila, que vinham ao meu encontro. Passei-me para essa barca e chegamos àquela Vila. Tinha percorrido quase sessenta léguas de rio e chegava ao Poti com trinta e quatro horas de viagem, descontando as três noites em que a *gabarra* não viajou.

“Nessa Vila demorei-me até o dia 4 de novembro, e não esqueci de esclarecer-me sobre quanto me era preciso saber para calcular as medidas mais adequadas a promover a prosperidade da Província, por meio da navegação de um rio que havia admirado e que abandonado se achava.

“A vila do Poti está situada à margem do rio desse nome que pouco adiante da vila faz barra com o Parnaíba. As suas inundações periódicas, aumentadas pelo retrocesso de suas águas, quando o Parnaíba as não recebe com facilidade, têm arruinado a maior parte daquela vila, cujas edificações quase que cessaram e cujo comércio tem diminuído na razão dessa desanimação proveniente das inundações.

“A lei nº 140 de 29 de novembro de 1842 designou um local novo para a Vila e autorizou o governo a, para aí, mudar também a capital da

Província, quando comodidades houvessem para isso. Essa lei foi letra morta porque meio algum foi empregado para se obter semelhante resultado, e entregue a mudança à ação dos interesses individuais, êstes não foram tão fortes que a resolvessem sem nenhum concurso das administrações, convencidas da inexecutabilidade de uma mudança para cuja realização não possuíam quantias grandes.

“O local pois da projetada vila do Poti tornou-se a cobrir-se de mato e os habitantes da Vila velha continuaram como dantes a acomodar-se com todos os seus costumados sofrimentos - grandes inundações e sezões provenientes delas - e a ver cada dia desabar a sua Igreja Matriz.

“Profundamente convencido da necessidade da mudança da vila, comecei uma subscrição para uma Matriz no novo local e no dia em que a abri excedeu de três contos de réis e continua sob a direção de uma comissão que mais para a promover nomeei.

“Imediatamente que isto fiz, as pessoas mais gradas do Município começaram a tomar terreno para edificar suas moradias e me afirmaram que em menos de ano teriam no novo local suas casas, que serão regularizadas de modo que a Vila, cuja planta remeto a V. Excia., ofereça um aspecto agradável e tôdas as comodidades que sua bela e conveniente situação permite.

“A hora em que escrevo a V. Excia., já se deve achar nesse lugar o mestre de obras da Província com mais de 20 obreiros para dar princípio à Matriz e animar os proprietários do Poti afim de cumprirem promessas, que tão solenemente me fizeram, pois que até me pediram que fôsse, ou pedisse a meu sucessor que empreendesse nova viagem para tomar conta de suas promessas e ver uma bela povoação na margem do Parnaíba.

“Em verdade tenho tôdas as razões para crer na sinceridade de semelhantes promessas porque elas exprimem interesses e necessidades sentidas. Todos os interesses convergem para essa mudança e foi a êsses interesses que falei, encaminhei e traduzi em realidades, dando-lhes direção por meio da confecção da Matriz, do empenho que mostrei na mudança e da declaração muito formal que fiz de que, devendo em pouco tempo estarem feitas algumas casas alí, eu executaria logo a lei, ordenando para lá a mudança da justiça e do destacamento, que já aí se tornava necessária também pela quantidade de pessoas pobres que habitam no porto.

“Estou convencido, pelo que ví e observei, que se no ano seguinte fizer uma viagem, como pretendo se cá estiver, acharei uma povoação igual à da Vila Velha do Poti, regularizada e na mais bela e mais conveniente localidade das margens do Parnaíba, pois que o percorri em grande extensão e não vi outra igual.

“Não me ocupo em descrever as vantagens e belezas da localidade

porque V. Excia. me acreditará nesse ponto sem ouvir razões, e pela planta conhecerá que a Vila se começará muito regularmente. Nessa planta fiz uma mudança e foi fazer sair na grande praça três ruas em lugar de duas, formando três quarteirões dos dois que existem na mesma planta. Os seis quarteirões da grande praça estarão ocupados por belas casas, antes do ano, porque pessoas muito abastadas vão principiar suas moradas e um dêsses quarteirões já tem todos os alicerces para uma grande propriedade, que seu dono promete acabar antes de seis meses.

“Dali sai no dia 4 e recolhi-me a esta Capital no dia 12 do mesmo mês de novembro.

“Permita agora, V. Excia., que eu me ocupe alguma coisa da navegação do Parnaíba, porque foi ela quem mais me moveu a ir ao Poti, e a V. Excia. presente as reflexões que essa viagem me sugeriu.

“Não posso bem designar o ponto de partida do rio Parnaíba mas não erro dizendo que êle merece atenção quando recebendo os seus afluentes - Canindé, Gurguêia, Piauí, e diferentes regatos - apresenta uma largura que pode ser determinada por cento e trinta braças.

“Dali até a sua foz percorre êsse rio para mais de 180 léguas e de sua navegação se poderão aproveitar o Município de Oeiras, inclusive a cidade, no tempo das enchentes do Canindé, nos meses de fevereiro, março e abril; os de São Gonçalo, Campo Maior, Barras, Piracuruca, Parnaíba e Poti, banhados por êle.

“Na atualidade, só a cidade de Parnaíba e a Vila do Poti dele se servem com a navegação pequena que existe, por se acharem colocadas em suas margens. É, porém, fácil de compreender que, aumentada a navegação de um e outro lado do rio, surgirão novos povoados e as vilas de São Gonçalo, Campo Maior, Barras, Piracuruca, perderiam em população na razão do crescimento das novas povoações à beira do rio.

“O município de Jerumenha aproveitar-se-ia dessa navegação por meio de um dos afluentes do Parnaíba, o Gurguêia, que o molha. Apenas deixariam, diretamente, de aproveitar aquela navegação os municípios de Parnaguá, que tarde ou cedo fará parte da Província do Rio de São Francisco, em projeto, e uma necessidade palpitante; o de Jaicós, o do Príncipe Imperial e o de Valença. Indiretamente, porém, tôda a Província ganharia, V. Excia., do que acabo de dizer, conhecerá que a navegação do rio importa a confecção de tôdas as estradas da Província, e a respeito, permita que eu faça uma só consideração: até agora tenho ouvido em tôda a parte falar-se da necessidade do melhoramento da estrada de Caxias e da Bahia, como a condição única de fazer progredir o Piauí. No corpo legislativo esse pensamento se tem apresentado com a expressão da maior necessidade da Província, e eu mesmo assim o pensava pelas mesmas razões, até certa época. Hoje, cedendo a essa

opinião, quisesse gastar centenas de contos de réis naquelas estradas, porque só com centenas de contos de réis se pode melhorar com proveito, eu observaria, respeitosa, a V. Excia. que era isso um dispêndio sem proveito real para a Província. Creio, pois, que sou obrigado, por assim me exprimir, a dar as razões de minha opinião e entendo que não gasto mal o tempo precioso de V. Excia. ocupando-a com isso. A opinião que deixei de acompanhar tinha por base a impossibilidade na navegação em grande escala, do Parnaíba, e o benefício da Capital. Esse benefício se traduzia no dos habitantes de Oeiras que com boas estradas podem viver comodamente. E para que V. Excia. se convença disso basta que lhe pondere que o Piauí não exportaria por tais estradas senão gado e, em boa fé, senão pode acreditar necessária, para trânsito de bois, uma estrada de carro, a única que poderia trazer algum proveito maior.

“Ora, o gasto excessivo com pontes imensas e o mais para uma estrada de carro não poderia ser jamais justificado pela pequena importação, que se reduziria sempre a uma porção de contos de réis de fazendas finas, objetos de luxo para o serviço dos habitantes da Capital, e o de uma ou outra vila deste lado da Província. Vê, portanto, V. Excia. que tais estradas só se poderão fazer mediante tais despesas quando o País tivesse dinheiro que lhe chegasse para melhorar a sorte de todos os seus habitantes sem atender ao proveito industrial e comercial do emprêgo de tais dinheiros. E isto supondo o Parnaíba inavegável. Se pensarmos, porém, diversamente, ninguém haverá então que devesse deixar de censurar justamente aquela administração que fosse gastar contos de réis com tais estradas, em vez de as despender com o melhoramento da navegação. Permita que eu, sem ser profissional em tais matérias, aventure sôbre essa navegação algumas idéias que me foram sugeridas pela viagem e informações que obtive estudando suas dificuldades e as causas pelas quais semelhante navegação se não tem desenvolvido. O rio Parnaíba, do lugar denominado Mulato, onde me embarquei, até a cidade do mesmo nome, percorre uma extensão de 130 léguas pouco mais ou menos: Em tôda esta distância conserva no tempo da mais rigorosa sêca um leito profundo que se presta facilmente até à navegação a vapor. Os obstáculos que se devem opor a essa navegação são os seguintes: 1 - *Mudança anual no canal do rio*; 2 - *Grande correnteza*; 3 - *Baixios*; 4 - *Pedras no leito do rio*. São êsses os obstáculos que esmorecem e definham a navegação do Parnaíba. Vejamos até que ponto são de receiar êsses obstáculos. *Mudança de canal* - Pequena como é, a navegação tem criado *práticos* que conhecem perfeitamente a mudança operada, anualmente, no leito do rio. Suponha essa navegação mais crescida e há de pensar comigo que é isso um obstáculo para quem quer uma navegação sem dificuldade alguma. Desci sessenta léguas e não reconheci praticamente tal obstáculo, pois o diretor da barca em que ia não achava grande ciência conhecer o canal, e eu mesmo, em pouco tempo, aprendi a conhecê-lo pela diferença das águas. *Corrente forte do rio* - Essa presentemente a maior dificuldade da navegação do Parnaíba. As *gabarras* que caminhando 10 horas por dia, e nada de noite, percorrem as 130 léguas que falei, em menos de seis dias, o que regula mais de sete milhas por hora, navegam essa mesma distância

rio acima em vinte e tantos dias. Dê-se desconto ao pequeno número de remeiros empregados e ainda assim a diferença é grande. Essa dificuldade para a navegação a vapor, é pequena, e para o uso das barcas pode ser diminuída consideravelmente pela melhor construção das mesmas barcas e pelo emprêgo de maior número de remeiros. Isto no sistema da navegação existente. Suponha-se agora a navegação mais crescida, maior perícia nos práticos e consequentemente a navegação à noite, e aquele tempo se reduziria à metade e essa mesma navegação de barcas já apresentaria vantagens incalculáveis. Suponha-se que o proprietário da barca tivesse mais gêneros a conduzir, mais lucros a obter e isso só o faria arriscar-se na navegação à noite, visto como aqueles lucros indenizá-lo-iam de qualquer desconcerto que tivesse a barca por esbarrar em umas ou outras pedras. Suponha-se o rio livre de pedras em seu leito e estaria tudo remediado, e não é mister muito dinheiro para se o por livre das pedras.

Enganei-me de certo, porém não me sei explicar, tanto preso a dificuldades desta natureza. Se tivéssemos espírito empreendedor, se não fôssemos tão rotineiros, o Parnaíba estaria hoje com navegação crescida. Isto já o sentia e dizia o primeiro governador desta Província quando previa o aumento do comércio de couros e outros objetos, que só a navegação poderia dar ao Piauí. *Baixios* - Os que existem, de areia, têm de 4 a 5 palmos de água e se não estendem muito. Os que provêm do leito pedregoso do rio de ordinário têm aquela porção de água e nenhum inconveniente grave oferecem à navegação de gabarras, que carregam mil arrôbas.

“Para a navegação a vapor o inconveniente não é pequeno, porém desapareceria mediante os meios empregados pela ciência para os remover. Em nenhum deles (me dizem) têm os baixios precisão de balsear a carga para canoas, como acontece no Itapicuru. *Pedras no leito do rio* - Esse mal é também um dos maiores porque, nulificado de dia, à noite os barqueiros se arreceiam bem das pedras e deixam de navegar a tais horas. É de crer que o aumento da navegação, antes mesmo de se alimpar o rio, torne mais práticos os navegantes e êstes possam, mediante certos meios de cautela, navegar à noite e muito principalmente com luar.

“Creio, além disso, que maiores lucros fariam acabar com tais receios.

“Tais são, Exmo. Sr., os obstáculos que entorpecem a navegação de um dos melhores rios do Brasil. Permita V. Excia. que eu estude as causas pelas quais essa navegação não há tido maior incremento.

“A Província do Piauí tem quase tôda a sua extensão ocupada por fazendas de criar e o gado vacuum e cavalar é na atualidade, e sempre foi, a produção mais importante da Província, e o que constitui quase exclusivamente a sua principal riqueza.

“A agricultura oferece uma cifra bem diminuta em sua exportação, que não excede de cento e trinta mil arrobas de algodão, couros e outros objetos.

"A navegação pois não podia e nem poderá esperar nada de importante das tendências naturais e espontâneas da produção da Província, senão depois de dois anos, quando a pouco e pouco se fôr aumentando a pequena lavoura que existe.

"A primeira causa, pois, de não haver sido até hoje o Parnaíba navegado não está nos obstáculos da navegação, porém encontro-a eu na superioridade dos capitais empregados na criação de gado sobre os destinados à pequena agricultura da Província.

"Essa pequena agricultura, não podendo por si só dar uma direção ao comércio, segue a antiga rotina e envia os seus produtos ao Maranhão, pelo Itapicuru, de maneira que se não existisse essa navegação, aumentar-se-ia a necessidade da do Parnaíba, e este constituiria logo importante pela navegação, seguindo-se a isso tornar-se a cidade de Parnaíba um ponto para compra de tais produtos e um depósito de mercadorias estrangeiras que subiriam o rio para fornecer tôda a Província.

"É pois também uma das causas a existência já da navegação do Itapicuru e o grande mercado do Maranhão; circunstâncias estas que não influiriam tomadas certas medidas que possam trazer em resultado a ida dos algodões para a cidade de Parnaíba, onde já existe uma Casa Inglesa que os compra pelo preço do Maranhão.

"Um dos proprietários do Poti me deu a sua palavra de que principiaria a conduzir os seus algodões para aquela cidade e que para isso estava aprontando barcas.

"A presença do govêrno ali só por si traria resultados imensos para a navegação.

"A causa última e a maior de tôdas que aponto como a que mais tem concorrido para que a Província não possua já uma navegação importante e não esteja emancipada do mercado do Maranhão é a existência da Capital no lugar mais impróprio e mais inconveniente de tôda a Província.

"V. Excia. concebe bem o que pode ser uma Capital longe das localidades da beira do rio e que dela precisam para socorrer-se à sua influência afim de obter resultados que as pequenas indústrias, os pequenos capitais não têm podido conseguir, entregues à sua ação.

Entretanto que tais resultados são demasiadamente vantajosos a tôda Província.

"Permita-me, V. Excia., que terminando eu fale da alta conveniência da mudança da Capital de Oeiras para a Vila do Poti, de que já falei, quando esta se achar no estado de a receber.

“Quando a Província do Piauí constituía uma só comarca e se teve de criar vila a sua primeira povoação, preferiu-se para isso o que existia nestas paragens com o nome de Mocha –, isto pela razão de ser ela o centro da comarca e dever estar o govêrno, que então existia, em lugar onde mais facilmente pudesse resistir às invasões dos selvagens que faziam verdadeiros estragos nas fazendas de criar. Essa necessidade ainda dominou o primeiro governador do Piauí, Coronel João Pereira Caldas, que além disso julgava conveniente o Govêrno da Capitania no centro dela, em razão de se achar mais ao abrigo das invasões das potências européias, quando em guerra com Portugal, pensamento que achava sua origem nos recêios produzidos na população pelo domínio dos holandêses. Além disso as povoações de que hoje se vêem à margem do Parnaíba não existiam, para de alguma maneira não deixar predominar exclusivamente a idéia de um centro administrativo em distância igual para os diversos pontos administrados.

“É de presumir que Oeiras continuasse a servir de residência aos governadores pela razão de ser a maior povoação e porque no regime antigo não se procurava despender muito com o fim de promover o desenvolvimento comercial de uma Capitania que tão poucos interesses fazia. Depois de nossa independência, Oeiras, mais aumentada, tinha interesses pela posse da sede do Govêrno, e se deve crer que êsses interesses, conquanto pequenos, fossem suficientes para responder ao sentimento e às necessidades da população do Piauí que se não podia iludir com a Capital da Província em um lugar tão impróprio e inconveniente. Desde então dominou mesmo nesta cidade a opinião das vantagens que colheria a Província com a sede do Govêrno à margem do Parnaíba.

“Uma administração de longos anos, e de pessoa muito afeita à vida de Oeiras, sobre ser de avançada idade, não podia colocar-se à frente de uma idéia cujas vantagens não estavam ainda bem definidas e pesadas.

“Quando em 1843 veio presidir à Província o Exmo. Dr. Sousa Ramos, essa opinião tornou-se tão forte e exigente que a capital se teria mudado a não ter sido resolvida a sua demissão pelo Governo Imperial.

“Depois possuí a Província duas administrações de mais duração e devo crer que a consciência que tinha da inexequibilidade da mudança, em consequência das grandes quantias que entendiam necessárias para a resolver, não lhes permitiu um passo mais largo na solução dessa questão. Deixaram de executar as leis que já o Corpo Legislativo havia feito, autorizando a mudança, e nos seus relatórios, reconhecendo as vantagens dela, não deixaram dúvidas sobre a sua inexequibilidade.

“Confesso a V. Excia. que essa circunstância tomando vulto em nosso espírito, pelo respeito que consagro à inteligência elevada de tão distintos administradores, me fez demasladamente escrupuloso no

estudo da inexecuibilidade da mudança da Capital para a margem do Parnaíba, e convencido de que pensaram sempre melhor que eu as pessoas a quem me refiro, justifica-me apenas, por me haver desviado delas, o fato de possuir mais dados para apreciar a questão, dados adquiridos em viagem que empreendi.

Contando a história que acabo de referir a V. Excia. ou antes mostrando a aceitação geral da opinião que julga a Capital em Oeiras muito inconveniente não preciso de falar na miséria que aqui observo nos meses de seca, no nenhum progresso científico e literário da Capital do Piauí, na dificuldade de suas relações comerciais e políticas que se reduzem às precisas e absolutamente indispensáveis para existir neste deserto; na impossibilidade de se pensar na navegação de um rio que deve aumentar sobremaneira as rendas da Província; na dificuldade de cuidar da segurança individual das povoações à margem do Parnaíba, onde é mais precisa a ação governativa; na alta conveniência de se colocar um ponto entre esta Província e a do Maranhão para defender a ordem pública em emergências graves; não precisava, repito, falar nisso e fazer mais considerações para mostrar a V. Excia. as vantagens que me propus referir, porquanto não preciso demonstrar e só expor o que, se for êrro, é opinião de todo mundo. E pois parece que só devia falar da inexecuibilidade de semelhante mudança.

“Afirmo a V. Excia. que um administrador que dela se ocupe seriamente realizá-la-á com as poucas rendas da Província. V. Excia. concebe bem que não havendo senão dois pequenos prédios nacionais nesta Capital, as estações públicas existem em propriedades alugadas, e que pois basta que tendo de se mudar a Capital hajam prédios iguais para serem alugados no lugar para onde se tiver ela de mudar.

“Posso asseverar a V. Excia. que o local da Vila do Poti é o mais conveniente para receber a Capital, e já tendo feito conhecer a V. Excia. o que êle e, e o que promete ser, devo agora acrescentar que, resolvida a mudança para ali pela Assembléia Provincial, eu acharia quem fizesse os prédios de que se precisasse para tôdas as estações públicas, e os alugasse. E direi mais que não era difícil obter-se muito dos proprietários do município do Poti, lucrando êles tanto com semelhante mudança.

“Afirmando isso com dados certos e positivos, que deixo de referir a V. Excia. para não aumentar muito a tarefa que tomei, creio haver mostrado a V. Excia. a convicção que tenho de que, sobre não ser inexecuível semelhante mudança pode o Governo lucrar ainda com ela quanto à melhor acomodação das estações públicas, se quiser fazer disso a condição da mudança.

“Desejaria mostrar a V. Excia. o quanto deve lucrar a navegação do Parnaíba com a mudança da Capital para aquela localidade; desejaria descrever o futuro daquela povoação com essa mudança; desejaria minuciosamente

inteirar a V. Excia. de tôdas as circunstâncias que criaram em mim uma convicção tão forte a respeito da necessidade da mudança da sede do Govêrno, hoje reconhecida exequível por todos quanto assim não opinavam. Mas devo confiar mais em mim para crer que V. Excia. me não suporá uma linguagem tão definitiva sem razões muito plausíveis.

“De acôrdo com as idéias que hei emitido, tenho formulado o meu proceder na administração, e vem a ser: proteger sobretudo as povoações da margem do Parnaíba, mudar para aí as que puderem ser mudadas e preparar o terreno para que meus sucessores possam realizar um dia a mudança da Capital, tão fértil em bons resultados para a Província e o Império. Desejava que V. Excia. me dissesse se devo com perseverança prosseguir nessa marcha.

“Deus guarde a V. Excia.

“Palácio do Govêrno da Província do Piauí, 20 de dezembro de 1850. Ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro do Estado Visconde de Monte Alegre, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.

“José Antônio Saraiva”.⁶

Este precioso documento nos dá a estatura do grande administrador e político que foi o fundador de Teresina.

Voltemos, agora, ao assunto - Vila Nova do Poti. No relatório com que abriu a sessão ordinária da Assembléia, em 3 de julho de 1851, às páginas 40 a 44, diz o Presidente, textualmente: “Dizer-vos, senhores, que à margem do Parnaíba e a uma légua da Vila do Poti se levanta e cresce uma pequena povoação é resumir a série de fatos, que poderia contar, para convencer-vos de que, se há mais tempo não tenheis fé no aparecimento de uma povoação que um dia pudesse receber a Capital, provinha isso de não ter ido um só de meus antecessores examinar pessoalmente se era ou não possível convergir a um ponto da margem do Parnaíba os interesses de um dos municípios por êle banhados, e dirigi-los para a edificação de prédios que formassem um núcleo de povoação que se aumentasse coadjuvado por vossas luzes e por vosso esclarecido patriotismo.

“Filhos da Província, sabeis da viagem que empreendi aos municípios do norte, para examinar pessoalmente a obra da ladeira do Castelo, e a possibilidade de uma ponte no Canindé, e verificar a navegabilidade do Parnaíba, e possibilidade de dar impulso em suas margens a uma povoação que própria fôsse para o mister do assento do Govêrno da Província.

⁶ Livro de Registro de Officio da Presidência - nº 229 - 1851-1853
“Cano Antão Brás”

“Chegando à Vila velha do Poti, fácil me foi compreender que, sujeita a febres endêmicas, seria arruinada pelas enchentes daquele rio - não podia aquela Vila florescer, e que seus habitantes desejavam com ansiedade edificá-la em qualquer outro lugar que pudesse convir aos seus interesses. Aproveitei esses desejos, convidei-os a edificar no mais belo e agradável lugar da margem do Parnaíba; principiei a edificar por meio de subscrições uma Matriz, e o resultado de tudo isso foi além de minhas esperanças; por que nunca acreditei que em menos de seis meses já estivessem em construção perto de trinta habitações, e ainda mais, que os mesmos habitantes da Vila velha, que ali tinham elegantes casas, se resolvessem a deixá-las para construir no novo local, hoje geralmente chamado Vila Nova do Poti.

“Eu deixo ao vosso patriotismo, à vossa ilustração, o aproveitamento dos insignificantes esforços que fiz para conseguir um resultado que (eu me desvanço de afirmar aos escolhidos da Província) será sobremodo proveitoso aos mais vitais interesses do Piauí. E aproveito esta solene ocasião para agradecer aos habitantes do Município do Poti a generosidade com que concorreram para sua Matriz, os esforços que hão feito para que fossem desmedidos aqueles que querem avaliar pelo seu patriotismo o dos outros.

“Me é também sobremaneira agradável declarar-vos que as côres políticas não poderão naquela localidade dividir os esforços dos habitantes do Poti no grande empenho de promover a prosperidade de seu município. E eu refiro êsse fato para agradecer também a todos o apôio que por essa forma têm prestado à minha administração, que não há tido outro merecimento senão desejar fazer o bem sem o poder fazer; porque como já vos declarei faltam-me os predicados necessários para isso.

“Dizendo-vos o que acabo de ler, eu tinha somente considerado uma parte do assunto de que me quis ocupar. É certo que podeis possuir uma povoação cômoda e salubre à margem do Parnaíba. Mas podereis vós edificar os prédios que são preciosos para acomodação das repartições e estabelecimentos? Eu não creio, conquanto convencido esteja de que podereis tudo isso conseguir apenas com o aumento da despesa anual de um conto e oitocentos mil réis, despesa que será logo compensada pelo crescimento da receita da Província, consequência imediata da mudança da Capital depois de alguns anos.

“O orçamento sob o nº 9 vos mostrará que com aquela quantia (2.856) poderemos alugar os prédios necessários para a acomodação de todos os estabelecimentos da Província; e eu me convenço de que achareis no município do Poti e outros do Maranhão pessoas que queiram edificar prédios com a condição de serem alugados à Província, até que ela possa haver por compra a propriedade deles.

“Por essa forma pode a Província obter quanto deseja com pouco dispêndio e ter prédios apropriados para seus diversos misteres; porquanto se pode contratar para alugar e determinar as dimensões e comodidades que devem ter.

“Para uma cadeia, quartel de polícia e acabamento da Matriz poderia dispor da quantia que deve a Província haver dos cofres gerais em pagamento do empréstimo que lhe fez por prestações mensais de dois contos de réis, e devo observar-vos que tais obras são mesmo indispensáveis, ainda que nunca resolvesseis a mudança da Capital para aquele lugar.

“Tenho-vos mostrado que podeis resolver, em harmonia com os recursos da Província, o grande problema do seu engrandecimento; convém, porém, mostrar-vos ainda a razão da preferência que dou àquela localidade para assento do Governo da Província. Prefiro aquela localidade para a sede do Governo: 1º porque é ela bem situada e a mais salubre que é possível (vereis da planta, que deixo sobre a mesa, a sua situação cômoda e agradável); 2º porque fica na posição de tirar a Caxias todo o seu comércio com o Piauí, conseguindo-se assim a maior vantagem da mudança; 3º porque, mais próxima da cidade de Parnaíba, pode servir melhor ao desenvolvimento da navegação e gozar a Capital do grande benefício da facilidade de suas relações políticas e comerciais com a Côrte, e de todos os grandes centros de civilização do Império; 4º porque fica no município mais agrícola da Província e é preciso que o Governo cuide seriamente de promover o aumento de sua agricultura, o melhoramento dos processos de que ela usa e dar a conveniente direção a seus produtos; 5º porque é aquela localidade a única que promete florescer à margem do Parnaíba e habilitar-se em menos tempo para possuir a Capital da Província. São estas as razões que tenho para recomendar-vos a nova Vila do Poti às honras de sede do Governo da Província.

“Consta-me que alguns cidadãos desta cidade representaram ao Governo Imperial contra o sistema administrativo que hei seguido e que, por tender a preparar o terreno para a mudança da Capital, ofende os interesses de Oeiras, que na opinião daqueles cidadãos tem direito de ser a sede do Governo por possuir alguns edifícios públicos, por estar no centro da Província e por ser uma cidade pobre que, sem a Capital, ficaria reduzida a pouca coisa.

“Reconheço que a mudança da Capital fere interesses, preconceitos e Deus queira que êsses interesses produzam em vossa presença tôdas as razões que puderem servir para esclarecer-vos no juíz que tendes de pronunciar acêrca da questão, que fica sujeita a vossa consideração.

“Vós decidireis se êsses interesses são legítimos e podem abalar-se a disputar à Província a vitória de suas altas conveniências, e se o futuro do Piauí deve ficar prejudicado só porque haveis despendido nesta cidade em ponte, em calçadas, em um hospital e em uma casa de Liceu, algumas quantias.

“Vós decidireis se, por amor dessas quantias, deixará o Piauí de conquistar pelo comércio, pela agricultura, pela indústria, somas maiores que poderão em pouco tempo dar-lhe uma Capital mais rica, mais cômoda, mais civilizada e mais conveniente à direção dos negócios públicos.

“Senhores, ninguém mais do que eu sente profundamente que alguns ilustres piauienses sofram com essa mudança da Capital: - de enunciar-me com a sinceridade que deve caracterizar a um administrador, a quem corre a obrigação de defender com empenho os grandes interesses da Província que administra.

“Deveis decidir de uma vêz se é útil exequível a mudança da Capital. Se aceitardes minhas convicções, deveis contar com todos os meus esforços. Se as opiniões que hei emitido não vos pareceram acertadas, confessar-me-ei menos avisado do que vós e procurarei servir à Província pela maneira porque julgardes mais conveniente e acertado.”

Esta história de Saraiva dizer que aceitaria um parecer da Assembléia contrário ao que ele emitira na sua fala sobre a mudança da capital era pura malícia de sua parte. Ele jamais cederia. Poderia protelar a solução que já firmara. E foi o que fez, diante das circunstâncias. Aquela Assembléia era, na sua maioria, infensa ao seu plano, de vez que em 1850 votara a lei nº 253 de 5 de agosto, revogando disposições anteriores favoráveis à mudança, no propósito de cortar a questão pela raiz. Aguardou uma melhor oportunidade para voltar à carga, e dessa vez com os trunfos nas mãos.

Diz Alencastre que “a Assembléia Provincial de 1851 era a mesma que no ano anterior havia revogado as leis que autorizavam a mudança e, pois, a menos habilitada para reconsiderar essa matéria e julgá-la conscientemente. E, depois, composta na sua maioria de deputados residentes em Oeiras e ligados ao seu município por vínculos de interesses de que se não podiam esquecer, e que também não sabiam compreender o sacrifício próprio por amor dos interesses gerais, esses deputados se colocaram em oposição à mudança logo que uma parte da Assembléia tentou reparar o mal que havia feito no ano antecedente, esforçando-se em fazer passar um projeto de lei que autorizasse a mudança da capital para a nova povoação que se estava preparando para sede da decadente Vila do Poti.

“Com êste pronunciamento hostil de uma parte da Assembléia não era prudente, nem mesmo conveniente, a passagem de uma lei de tanto alcance e que, por assim dizer, ia mudar os destinos da Província. Era melhor esperar e por mais de uma razão: esperar para ter um triunfo glorioso; esperar para que, redobrando o esforço dos habitantes do Poti na obra da edificação, pudesse o administrador, com mais confiança e firmeza, realizar o pensamento que já não era simplesmente seu, porém de tôda a Província que abraçava em suas representações, ora vindas dos povos, ora das municipalidades.” ⁷

⁷ *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí* - por José Martins Pereira d'Alencastre - publicada em o Tomo XX - 1º trimestre de 1857, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 116.

TERESINA

Saraiva esperou, mas esperou trabalhando com afinco no sentido de conseguir maioria na próxima Assembléia. Marcou as eleições para janeiro de 1852. Foi uma batalha árdua. As apurações foram feitas no paço da Câmara, no dia 15 de março. Vitória esmagadora do Presidente Saraiva.

Guardemos estes nomes para a História:

Dr. Antônio de Sousa Mendes Junior	155	votos
Dr. Simplício de Sousa Mendes	151	"
Dr. Raimundo Antônio de Carvalho	151	"
Ten. Francisco José da Silva	147	"
Dr. José Mariano Lustosa do Amaral	145	"
Pe. Joaquim Damasceno Rodrigues	145	"
Cel. Jacob Manoel de Almendra	141	"
Dr. Antônio Francisco de Sales	140	"
Cel. José Ferreira de Carvalho	137	"
Major João Antônio Vaz Portela	136	"
Major Miguel Furtado de Mendonça	133	"
Ten. Otaviano José de Amorim	128	"
Pe. Antônio Ricardo de Albuquerque Cavalcante	127	"
Dr. Eleutério Augusto de Ataíde	122	"
Ten.-Cel. Ernesto José Batista	120	"
Cap. Antonio Martins da Rocha	120	votos
Ten.-Cel. José Rodrigues Coêlho	119	"
Pe. Mamede Antônio de Lima	117	"
Dr. Augusto Custódio de A. Bacelar	112	"
Cap. Ângelo Gonçalves Mineu	108	"

Todos estes deputados eram mudancistas.

O projeto de mudança é apresentado a 6 de julho. Era subscrito por José Mariano Lustosa do Amaral, Ernesto José Batista, Francisco José da Silva, Antônio Martins da Rocha, Mamede Antônio de Lima, Raimundo Antônio de Carvalho, Jacob Manoel de Almendra, A. F. de Vasconcelos (suplente), João Vaz Portela, Antônio Francisco de Sales. Recebe aprovação unânime em todas as discussões.

Votada e sancionada a lei nº 315, a 20 de julho, Saraiva não perdeu mais tempo. Sua execução tinha que se fazer com urgência, ou não se faria nunca.

Para prevenir qualquer futuro golpe, o Presidente adiou a Assembléia para o ano seguinte, mesmo sem a votação da lei de meios de que ele tanto

necessitava. E aí aparece o homem de corpo inteiro, sem medo, sem dubiedades, firme na meta que se propusera.

Ordena que sigam imediatamente para Teresina alguns escravos das Fazendas Nacionais. Marca a saída de Oeiras do Corpo de Educandos Artífices para o dia 20 de agosto. Ele próprio sai de Oeiras na madrugada do dia 4 de agosto e chega a Teresina às 6 horas da tarde do dia 13. Contava então 29 anos de idade.

A partida de Saraiva abalou a população de Oeiras. Até então os habitantes da velha capital ainda esperavam, como bons brasileiros, que se pudesse dar um jeitinho. Os jornais da oposição abriram as baterias, com toda a virulência, contra o intrépido baiano, enquanto outro jornal o louvava. Foi um tremendo escarcéu. O "Eco Liberal", órgão do partido do mesmo nome, concitou abertamente o povo à revolta.

A eleição municipal que devia escolher os camaristas e juízes de paz ao quadriênio seguinte estava marcada para o dia 7 de setembro. Desde a véspera, começou a entrar na cidade gente visivelmente predisposta ao motim, em grupos de 50, 100 e 200 pessoas. Na noite daquele dia 6 chegou ao conhecimento da polícia um plano de subversão da ordem pública elaborado por chefes liberais para impedir, pela força, a saída das repartições. A sedição deveria eclodir no dia 7. Constava que os municípios de Jaicós, Valença e São Raimundo Nonato haviam aderido ao movimento.

Foi fácil abortar a trama dos liberais, se é que ela realmente foi levada a sério por eles próprios. O delegado de polícia retirou todo o cartuchame e a pólvora que estavam no depósito público. Recolheu ao quartel de 1ª linha, dentro da cidade, toda a tropa, que ficou de prontidão, no decorrer da eleição; e suspendeu a impressão e circulação do "Eco Liberal".

As eleições se processaram tranquilamente.

A 16 de agosto de 1852, José Antônio Saraiva, Presidente da Província, enviou a todos os Presidentes de Província do Império o seguinte ofício:

"Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que o Corpo Legislativo Provincial autorizou pela lei nº 315 de 20 de julho do corrente ano a transferir a Capital desta Província para a nova cidade de Teresina, e que dei já execução a essa lei, pelo que me acho residindo nesta cidade à disposição de V. Excia."

Todas as repartições deixaram Oeiras e se estabeleceram na nova capital nos prazos fixados por Saraiva. Ficando deserta da vida oficial, a velha capital entrou em decadência, que foi rápida.

Em Teresina, o Cel. Manoel Domingos Gonçalves, contratante das obras, sob as vistas do Presidente, acelerava os trabalhos nas várias construções já iniciadas. Diz Alencastre que Saraiva "não descansa um momento; sua atuação se dirige a todos os lados; provê com uma atividade extraordinária de

remédios a todos os males; monta as repartições; acomoda os empregados públicos que sucessivamente vêm chegando e em pouco tempo tôdas as peças do mecanismo público funcionam com a maior regularidade.

“Em três meses a obra que muitas inteligências superiores tinham considerado impossível estava consumada sem grandes despesas, porque não excederam de vinte contos de réis”.

É preciso que se diga que nessa quantia não se inclui a que foi gasta na edificação da Igreja de N. S. do Amparo, a primeira construída, e que foi benzida solenemente a 24 de dezembro de 1852 pelo Vigário Pe. Mamede Antônio de Lima.

Aqui transcrevo, na íntegra, o auto da trasladação da Paróquia da antiga Vila do Poti para a cidade de Teresina.

“Ano do nascimento de N. Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos e cinquenta e dois anos, aos vinte e quatro dias do mês de dezembro do dito ano, nesta Freguesia de N. S. do Amparo da cidade de Teresina, da Província do Piauí, na nova Capela que deverá servir para a sede da Matriz pela razão da total aniquilação da antiga, nesta cidade e sede do Govêrno da Província, reunidos o reverendo Vigário Colado da Vara desta Freguesia, o Padre Mamede Antônio de Lima, comigo escrivão do seu cargo adiante nomeado pelo dito Reverendo. Reverendo ministro me foi dito lavrar o presente auto de visita, Benção e transferências da sede desta Paróquia, o que sendo por mim satisfeito passou o Reverendo Ministro a visitar e achando-a decente e capaz de celebrar nela com precisa dignidade os Ofícios Divinos deitou-lhe uma Bênção na conformidade do Exmo. Ordinário deste Bispado, e logo em seguida ordenou a trasladação da Padroeira do velho para o novo Templo e seguida do necessário concurso de Povo, em solene procissão, foi conduzida a Senhora do Amparo, Padroeira desta Freguesia, para a Capela da Cidade de Teresina, sendo colocada no altar-mor, onde recebeu os fervorosos afetos de piedade dos fiéis, cantando-se Missa Solene pelo Reverendo Ministro; sendo de tudo testemunhas o Exmo. Senhor Presidente desta Província e os ilustríssimos Senhores Doutor Chefe de Polícia, Inspetor Geral desta mesma Província que com o Reverendo Ministro assinarão; e logo pelo mesmo Reverendo Ministro me foi ordenado tirasse cópia autêntica da presente para ser remetida ao Exmo. Revmo. Ordinário deste Bispado, de que fiz êste auto; Eu, José Ferreira Guimarães, Escrivão da vara – o escrevi.

Pe. Mamede Antônio de Lima
José Antônio Saraiva
Luís Carlos de Paiva Ferreira
João Álvares de Sousa
Fernando da Costa Freire”.⁸

⁸ Livro de Registro de Offício nº 221 - 1850 - 1854 - “Casa Anísio Brito”.

E assim chegava ao fim vitorioso uma batalha que se iniciara em fins do século XVIII, ainda no governo de Dom João do Amorim Pereira.

Conhecendo os males que causavam à administração a má posição de Oeiras, ele oficiou a 8 de abril e a 19 de agosto de 1798 ao Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho patenteando-lhe os inconvenientes de sua estada ali, naquele ermo. Dezesseis anos depois, em 1814, sob a Junta Temporária, composta do ouvidor João da Silva Furtado e do vereador Francisco Manoel da Cunha, reapareceu o problema de mudança da capital, como reapareceu em 1816, sob o governo de Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, sendo até aí preferida a transferência para a vila da Parnaíba.

Depois disso, o Piauí passou por profundas comoções. Teve em 1817 a repercussão dos fatos de Pernambuco. De 19 de outubro de 1822 a julho de 1823, a guerra da Independência. Em 1824, a adesão de Campo Maior, Parnaíba e Poti à república do Equador. De 1839 a 1841, a luta dos Balaíos. De forma que os administradores não puderam e não deviam tratar de mudar a Capital. Acresce que desde 24 de janeiro de 1823 a 30 de dezembro de 1843, com pequenos intervalos (de 11 de agosto de 1825 a 13 de fevereiro de 1829 e de 15 de fevereiro do mesmo ano a 17 de fevereiro de 1831) o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, depois barão e visconde da Parnaíba, esteve na direção da Província e seus interesses pessoais não consentiam na trasladação da sede administrativa das margens do Mocha para qualquer outro lugar.

A idéia da mudança sofreu por isso um hiato que se quebrou na presidência do Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos (1844). Em sua fala de 7 de julho, manifestou-se convencido da necessidade palpitante da transferência; recuou, no entanto, diante das dificuldades monetárias que previu e a lembrança ficou esquecida.

No ano seguinte o Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, em seu relatório de 1º de agosto, discutiu novamente a questão.

Estava então em vigor a lei de 3 de agosto de 1844, autorizando a mudança. O Dr. Zacarias, não querendo dar um passo de tamanha relevância sem audiência do Governo Imperial, a ele se dirigiu em ofício de 1º de setembro de 1845, obtendo em resposta o aviso de 26 de novembro do mesmo ano, pedindo-lhe informação dos motivos que tinham levado a Assembléia a autorizar aquela mudança. Em resposta, declarou Zacarias achar a idéia inexecutável, ao menos por então, uma vez que “não era possível improvisar uma cidade sem dinheiro. Fora mister nada menos que a onipotência do Criador para dizer: faça-se uma cidade e ela aparecerá. Inclino-me a crer que os habitantes desta cidade, que pelo rumor da mudança da capital deixaram de construir casas, que premeditavam levantar, podem sem receio edificá-las, que primeiro hão de elas, cedendo ao tempo, arruinar-se, que sair dos morros de Oeiras a capital da Província (Rel. de 11 de julho de 1846, pag. 39)”.

Estava enganado, Saraiva já vinha perto.

Dois anos depois, em 1848, ressurgiu a idéia, quando se autorizou o Governo a fazer a mudança para o Poti. Estava na Presidência da Província o Sr. Anselmo Piretti, que vetou a resolução, voltando-a à Assembléia onde foi aprovada (1849) por dois terços.

O patrimônio municipal de Teresina é de 43 quilômetros quadrados, de acordo com os seguintes dados extraídos dos autos da demarcação de seu patrimônio:

“Tendo por centro a Igreja Matriz de N. S. do Amparo e seguindo o rumo Sul (4º sudeste) a 1500 braças de distância daquela origem, na estrada de Oeiras, foi encravado o 1º marco (marco original) de pedra branca em terreno pedregoso composto de carrasco, abaixo dos marcos que separam a fazenda Angelim da Data Covas, tendo como testemunhas dois marcos de pedra bruta que orientam os outros marcos; a oeste, à margem do rio Parnaíba, onde está encravado o segundo marco de pedra branca; e a leste, à margem do Poti, no lugar Catarina, onde foi encravado o 3º marco também de pedra branca. Seguindo o rumo norte (4º noroeste) e tendo ainda como centro de partida a Igreja do Amparo, a 1500 braças de distância daquela origem, na estrada da Vila velha do Poti, em terreno de barro, chapada coberta de capim e faveiras, foi encravado o 4º marco (marco principal) de pedra branca, tendo como testemunhas dois marcos de pedra bruta que orientam os de todos os rumos; a oeste, à margem do rio Parnaíba, dentro da antiga quinta do Dr. Cândido Gil Castelo Branco, onde foi encravado o 5º marco de pedra branca; e a leste, à margem do rio Poti, onde ficou o 6º e último marco também de pedra branca.”

Um ofício do Ministro dos Negócios do Império, de 9 de outubro de 1852, ao Presidente, faz-lhe saber que tinha sido presente ao Imperador o ofício dele comunicando-lhe a mudança da Capital e que o Imperador teria achado que, apesar das razões alegadas, teria sido regular que Saraiva esperasse a aprovação então solicitada para a realização da mudança.

Teresina deve, pois, tudo ao Dr. José Antônio Saraiva, seu fundador.

A escravidão no Piauí

O ESCRAVO NO BRASIL

Quando os portugueses pisaram o solo brasileiro, principalmente a partir de 1525 e 1536 com a chegada dos primeiros donatários no Nordeste, começou para os habitantes da terra um longo e ininterrupto martírio.

Vamos deixar de repetir a balela dos descobridores de que os conduzia para aqui, primordialmente, a idéia generosa de civilizar e cristianizar. Não era bem isto. O que lhes interessava, realmente, acima de tudo, era a conquista da terra, para que dela pudessem tirar o maior proveito, como de fato aconteceu.

Traziam consigo a superioridade da sua cultura, de suas armas, de suas técnicas belicosas. Traziam, também, um plano elaborado de colonização e uma vontade férrea de impô-lo aos primitivos habitantes, a qualquer preço.

Muito cedo as cartas foram postas sobre a mesa.

Os portugueses precisavam de braços que trabalhassem para eles. Os indígenas estavam ao alcance da mão. Mas surgiu um impasse: os índios não aceitaram as regras do jogo. Nada mais natural do que forçá-los ao trabalho.

E foi aí que o caldo entornou. Escravizados, eles reagiram violentamente.

A guerra começou a se alastrar pelas praias, galgou as montanhas e atingiu os planaltos. Expedições punitivas e escravizadoras foram enviadas para toda parte.

Os índios foram batidos, torturados, marcados com ferro em brasa como animais, submetidos a duro cativeiro nos eitos das roças e na bagaceira dos engenhos de cana-de-açúcar.

Chegaram os Jesuítas para ajudá-los naquela terrível conjuntura. Os padres tudo fizeram para minorar aquela situação. Conseguiram alguma coisa. Infelizmente, porém, já estava em marcha todo um processo de aniquilamento dos selvagens.

Imbuídos dos mesmos propósitos, de par com a ocupação da terra para a instalação de suas fazendas de gado, foi que pisaram o solo piauiense no fim do século XVII bandeirantes paulistas e curraleiros baianos da Casa da Torre, na época do devassamento.

Depois de muita matança e muito sofrimento, o branco colonizador percebeu que o índio escravizado não compensava. Tinha pouca resistência para o confinamento e para os trabalhos duros da lavoura. Era muito sensível à pouca e má alimentação que lhe proporcionavam no cativeiro.

Além disso, os jesuítas atenazavam as autoridades da Colônia e do Reino em seu favor, criando sérios embaraços aos escravagistas. Acabaram conseguindo do próprio Papa uma disposição que considerava o silvícola um ser humano, com direito à consideração e ao respeito dos outros homens.

Então os portugueses voltaram suas vistas para a África, celeiro inesgotável de escravos negros, onde já os precedera, no infame comércio, romanos, holandeses e ingleses, para abastecerem o mercado da velha Europa e da América.

Na África, o processo de escravização variava muito, tanto no que diz respeito à aquisição dos pretos como na maneira por que se fazia o próprio tráfico.

Comumente os escravagistas já possuíam no continente africano suas bases de operação, sob a forma de colônias ou feitorias. Partindo delas, eles fomentavam lutas entre as várias tribos, acenando aos vencedores com a compra de todos os prisioneiros válidos, isto é, sem ferimento. A esta compra davam o nome de resgate, eufemismo que encobria toda a hediondez da operação. A moeda empregada era fumo, aguardente, chumbo, pólvora, miçangas, fazendas e também alguma farinha de mandioca.

As levas de escravos assim adquiridos eram tangidas para a costa do mar, caminhando em lotes, amarrados ou soltos, com paus ou cangas ao pescoço, entre duas filas de guardas armados, até os barracões de portos predeterminados.

Uma vez ali, esperavam os navios que vinham do Brasil carregados com mercadoria para o resgate, de que falamos acima, e que deviam voltar transportando escravos.

Em 1690, o governo português, tendo em vista os estragos que o alcoolismo produzia em Angola, resolveu intervir proibindo ali a importação de aguardente, o que constituiu um sério revés para os escravagistas. Isto conclui-se do conteúdo desta carta de El Rei, que transcrevo:

“Governador Geral do Brasil.

“Eu, El Rei vos envio muito saudar.

“Vendo-se as razões que me remetestes, para eu mandar suspender a ordem que vos foi não navegar as aguardentes para o reino de Angola, considerando-se o grande dano que se segue desta introdução e as muitas mortes que ocasiona à infantaria e moradores daquela conquista, me pareceu

dizer-vos que não há que alterar neste particular e que se observe mui notavelmente a minha ordem sobre esta matéria.

“Escrita em Lisboa a 5 de novembro de 1690

“Rei.

“Conde de Val de Reis”

Está mais do que claro que a ordem real proibindo a entrada de aguardente em Angola prejudicava seriamente o comércio escravagista, de vez que a aguardente era talvez a moeda mais forte naquele negócio. Diante daquele golpe, uniram-se os negociantes do ramo e os agricultores que precisavam de braços para cultivar suas terras e fizeram pressão junto ao Governador Geral do Brasil para que ele interferisse no poder central no sentido de que aquela lei, que lhes era prejudicial, fosse quanto antes anulada. Não foram atendidos. A resposta do Rei foi negativa. Mas o comércio de escravos rendia muitos lucros. Não foi difícil subornar funcionários encarregados do fiel cumprimento da lei. E assim a determinação real continuou letra morta nos dois lados do Atlântico.

Que aquele comércio rendia muito e despertava cobiças prova-o esta outra carta do Rei falando de uma reivindicação do Ouvidor Geral da Ilha de São Tomé:

“Dom João, por graça de Deus, Rei de Portugal e de Algarves, etc.

“Faço saber a vós, Conde de Sabugosa, Vice-Rei e Capitão-mor de Mar e Terra do Estado do Brasil, que vendo-se o que escreveu o Ouvidor Geral da Ilha de São Tomé, em carta de 11 de novembro de 1733, cuja cópia com esta se vos envia assinada pelo Secretário de meu Conselho Ultramarino, em que representa seja servido conceder aos moradores daquela ilha as mesmas prerrogativas que têm os do Brasil, para que possam carregar todo o tabaco que puderem levar nas suas embarcações, assim para gastar na terra como para fazerem seus escravos na Costa da Mina, com êle me pareceu ordenar-vos informeis com vosso parecer, ouvido o superintendente do tabaco.

“El Rei nosso Senhor o mandou pelo Dr. Manoel Fernandes Vargem e Gonçalo Manoel Galvão de Sande, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino.

Teodósio de Cobelos Pereira o fez em Lisboa Ocidental aos 6 de julho de 1735.

“Alexandre Metelo de Sousa Menezes”.

Chegados e descarregados os navios, os pretos eram logo atirados ao porão dos barcos, para uma travessa que podia durar um ou mais meses, entre martírios e sofrimentos sem conta.

Não é meramente fantasia, como quis fazer crer Gustavo Barroso, o que o poeta dos escravos, Castro Alves, descreveu em "Navio Negreiro".

Foram tão grandes as crueldades cometidas, foram tais os abusos praticados, que um clamor se ergueu de várias partes e chegou aos ouvidos do Rei. Foi então promulgada a lei de 18 de março de 1684.

"Dom Pedro, por graça de Deus, etc.

"Faço saber aos que esta lei virem que em todos os domínios da minha coroa e para com todos os vassallos e súditos dela se guardem os ditames da razão e da justiça; sendo informado que na condução dos negros cativos de Angola para o Estado do Brasil fazem os carregadores e mestres dos navios a violência de os trazerem tão apertados e unidos uns com os outros que não somente lhes falta o desafogo necessário para a vida, cuja conservação é comum e natural para todos, ou sejam livres ou escravos, mas do aperto com que vêm sucede maltratarem-se de maneira que, morrendo muitos, chegam impiamente lastimosos os que ficam vivos; mandando considerar esta matéria por pessoas de toda a satisfação, doutas, práticas e inteligentes nela, e querendo prover do remédio a tão grandes danos, como é conveniente ao serviço de Deus Nosso Senhor e meu, tanto pelo que a experiência tem mostrado com os navios que carregam negros em Angola como pelo que pode suceder com os que costumam também carregar em Cabo Verde, em São Tomé e nas mais conquistas, fui servido resolver que, daqui por diante, se não possam carregar negros em navios ou quaisquer outras embarcações sem que primeiro em todos e em cada um deles se faça arqueação das toneladas que podem levar com respeito dos agasalhos e cobertas para a gente, e do porão para as aguadas e mantimentos, tudo na forma seguinte:

(Seguem-se 23 capítulos com instruções pormenorizadas).

"Dada em a cidade de Lisboa, aos dezoito dias do mês de março de mil seiscentos e oitenta e quatro.

"Rei

Manoel Caetano de Lavre". (Arquivo Público da Bahia. Ord. Reg. Liv. 42).

No princípio os negros eram vendidos como reses, sem nenhuma espécie de documento. Mais tarde, porém, imposições do Governo e necessidades fiscais criaram indicações que serviam de elementos informativos. Assim é que se sabe do estabelecimento de um imposto de entradas de escravos em favor da Fazenda real e de um outro imposto em favor de **Ajudá**, uma fortaleza que os portugueses possuíam na África. Havia diferença de taxas, conforme a procedência dos africanos.

Num alvará que regulou o pagamento dos dízimos é onde vamos encontrar uma informação mui preciosa para nós: a que nos dá os nomes dos

portos da África de onde provinham os escravos negros e os dos portos brasileiros por onde eles entravam.

“Regimento de Officiais da Alfândega”.

“Provedor da Alfândega

“Haverá de ordenado na dita Alfândega de cada partida ou carregação que constar de uma só marca em um navio, oitenta réis.

“Com a declaração que não poderá fazer a conta das marcas pela lotação dos navios, como costumava, porque será somente por cada uma das marcas que todos se escreverão em termo particular, para se remeter conforme êle certidão para a Alfândega desta cidade, quanto às saídas e entradas, para se dar bilhete ao Contador dos subsídios com que se escreva da dos outros no livro da Câmara.

“E fazendo ameaças contra o disposto nêste Regimento incorrerá na pena de suspensão de seu ofício por tempo de um ano e de restituir as partes de tudo o que lhe levar a mais pelas ditas avenças, e em quarenta mil réis para a Fazenda real.

Levará de cada navio que vier de Angola e Mina ou Cabo Verde sessenta réis.

“Levará de entrada de cada navio de qualquer parte e embarcação da Costa da Mina quatrocentos réis.

Levará de entrada e saída de cada Sumaca que pertencer à Jurisdição da Bahia trezentos e vinte réis. E saindo do dito porto com fazendas levará de cada partida cento e dez réis, exceto as de Camamu, Benpeba e Cairu, dos quais não levará salário algum, por trazerem farinhas.

Levará por entrada e saída de cada Sumaca que pertencer às Capitanias de Pernambuco e Rio de Janeiro, quando forem ao porto da Bahia por negócio com carga de seiscentos e quarenta réis e por entrada e saída das fazendas que levaram ou tirarem cento e dez réis de cada partida.

“Levará de cada levada que se fizer havendo dúvida entre os portos cem réis.

E de cada certidão que assinar das liberdades cem réis”.

“Análogas disposições existiam para o escrivão da Alfândega e para o meirinho.”

Ora, como os portos do Brasil não estavam abertos ao comércio, aí fica estabelecido quais os portos africanos, de que cogitava a lei, por onde se embarcavam os escravos para o Brasil, e quais os portos brasileiros que os

recebiam, e que eram os de Angola, Cabo Verde, São Tomé ou Ilha do Príncipe, Costa da Mina, na África; e Recife, Bahia e Rio de Janeiro, no Brasil.

Uma vez desembarcados, os negros eram levados para barracões onde ficavam expostos para serem vendidos.

Vinham em estado de profundo abatimento moral. Cobria-os apenas uma tanga. Eram tratados como animais, chicoteados, desprezados, obrigados a aprender uma língua estranha a poder de bordoadas e, à vezes, as orações de uma religião que não podiam compreender. Admira que a loucura não fizesse mais ampla seara no meio deles.

Os que eram comprados por fazendeiros seguiam logo para as plantações, onde eram entregues a feitores.

Aos que ficavam nas cidades aguardava melhor sorte, de vez que estavam mais à vista das autoridades.

Terríveis tragédias aconteceram, algumas vezes, nessas travessias dos “tumbeiros”. De uma delas se guarda memória no Arquivo Público da Bahia. Foi o caso do navio “Belizário”. Partiu da África com um carregamento de escravos para o Brasil. Logo que se afastou da costa africana, os escravos sublevaram-se e mataram o comandante e toda a tripulação. O navio ficou desarvorado. Apenas um preto, escravo do comandante, conhecia a arte de marear, porém muito mal. O “tumbeiro”, em vez de voltar para a África, veio aos trancos, quase sem água, dar às costas da Bahia, onde os poucos sobreviventes foram apanhados e severamente punidos.

É provável que outros fatos semelhantes tenham acontecido, guardando o mar o segredo de outros dos quais não temos prova.

No Brasil temos notícias da tentativa de um caso de escravização voluntária. O fato passou-se no Pará, no ano de 1780. Uma rapariga cafusa, chamada Joana Batista, de 19 anos, requereu ao Governador português escravizar-se por toda a vida a um indivíduo natural de Barcelona, de nome Pedro da Costa. Nos termos da petição, os filhos que viessem a ter seriam forros e isentos de cativo. O preço da venda era oitenta mil réis, dos quais quarenta em dinheiro e os outros quarenta em jóias e objetos de adorno para ela própria. O Ouvidor da Comarca, em primeiro despacho, classificou o caso de *bastardo*, mas em segundo despacho concedeu a licença, sob o fundamento de serem ambos senhores de suas ações. O Ouvidor assina-se com o nome de Ribeiro. Mas o Governador da Capitania qualificou o contrato de *desumano e infame*, prendeu Pedro e Joana e recorreu para o Governo de Lisboa. Esta questão está exarada na página 165 do volume de 1770 a 1804 dos Documentos do Conselho Ultramarino, mandados copiar pelo Imperador D. Pedro II para o Instituto Histórico Brasileiro.

Grande número de tribos africanas foram introduzidas no Brasil vindas não só da costa ocidental do continente negro como do centro.

Concorreram consideravelmente como elementos étnicos para a formação do povo brasileiro as seguintes: orubas, egbas ou nagôs, yegbus ou ingleses, minas, angolezes, cassanges, gêges, tapas, cabindas, ussás, efans, congoleses, bengas e timinis.

A lei brasileira de 7 de novembro de 1831 proibiu a importação de escravos no Brasil. Mas sua eficácia só começou a se fazer sentir 19 anos depois, em 1850, com a publicação da lei nº 584, de 4 de setembro daquele ano, que estabelecia medidas de repressão ao tráfico de africanos no Império, regulamentando severas punições para os infratores.

“D. Pedro, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

“Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

“Art. 1º - As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela lei de 7 de novembro de 1831 ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas importadoras de escravos.

“Art. 2º - O Governo Imperial marcará em Regulamento os sinais que devem constituir a presunção legal do destino das embarcações do tráfico de escravos.

“Art. 3º - São autores do crime de importação, ou da tentativa à essa importação, o dono, o capitão ou mestre, o piloto e contra-mestre da embarcação, e a sobrecarga. São cúmplices a equipagem e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no território brasileiro, ou que concorrerem para os ocultar ao conhecimento da autoridade, ou para os subtrair à apreensão no mar, ou em ato de desembarque, sendo perseguidos.

“Art. 4º - A importação de escravos no território do Império fica nêle considerada como pirataria e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no art. 2º da lei de 7 de novembro de 1831.

“Art. 5º - As embarcações de que tratam os artigos 1º e 2º e todos os barcos empregados no desembarque, ocultação ou extravios de escravos serão vendidos com a carga encontrada a bordo e seu produto pertencerá aos apesadores, deduzindo-se um quarto para o denunciante, se o houver. E o Governo, verificado o julgamento de boa presa, retribuirá à tripulação da embarcação com a soma de 40\$000 por cada um africano apreendido, que será distribuída conforme as leis a respeito.

“Art. 6º - Todos os escravos que forem apreendidos serão reexportados por conta do Estado para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fora do Império que mais conveniente parecer ao Governo; e enquanto essa reexportação não se verificar, serão empregados em trabalhos debaixo da tutela do Governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares.

“Art. 7º - Não se darão passaportes aos navios mercantes para os portos da Costa da África sem que seus donos, capitães ou mestres tenham assinado termo de não receberem a bordo deles escravo algum; prestando o dono fiança de uma quantia igual ao valor do navio e carga, a qual fiança será levantada se dentro de 18 meses provar que foi exatamente cumprido aquilo a que se obrigou a termo.

“Art. 8º - Todos os apresamentos de embarcação de que tratam os artigos 1º e 2º assim como a liberdade dos escravos apreendidos em alto mar, ou na costa antes do embarque, no ato dêle, ou imediatamente depois em armazéns ou depósitos sitos nas costas e portos, serão processados e julgados em primeira instância pela Auditoria da Marinha, e em seguida pelo Conselho do Estado.

“O governo marcará em Regulamento a forma do processo em primeira e segunda instância, devendo servir de Auditores os Juizes de Direito das respectivas comarcas, que para isso forem designados.

“Art. 9º- Os Auditores de Marinha serão igualmente competentes para processar e julgar os réus mencionados no art. 3º. De suas decisões haverá para as Relações os mesmos recursos e apelações que nos processos de responsabilidade.

Os compreendidos no art. 3º da lei de 7 de novembro de 1831, que não estão designados no art. 3º desta lei, continuarão a ser processados e julgados no fôro comum.

“Art. 10 - Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário.

Mandamos, portanto a tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

“O Secretário de Estado dos Negócios da Justiça o faça imprimir, publicar e correr”.

Cessado o tráfico da importação, tinha a escravidão seus dias contados, principalmente depois da lei de 28 de setembro de 1871 que declarou isentos da escravatura os nascidos, daí por diante, de mulher escrava, extinguindo assim a iniquidade de nascer alguém cativo no Brasil, e da lei de 1885, que alforriou os velhos maiores de 60 anos de idade.

A Lei Áurea de 13 de maio de 1888 libertou todos os cativos existentes no Brasil.

O ESCRAVO NO PIAUÍ

Os escravos negros entraram no Piauí pela estrada que ligava a feira de gado de Capoame, na Bahia, à vila do Mocha, no Piauí.

Aliás, naqueles tempos remotos, não havia uma outra estrada em todo o território piauiense.

Domingos Afonso Sertão e seus sobrinhos introduziram muitos escravos nas hoje chamadas "Fazendas Nacionais". O mesmo fizeram outros proprietários nas suas fazendas e sítios.

Geralmente, nas fazendas e sítios piauienses o vaqueiro era ajudado, nos seus trabalhos, por negros escravos.

Aqui, como de resto em todo o Brasil, podemos distinguir, bem nítidas, na vida do escravo negro, duas fases. Uma primeira em que imperou, com certa ênfase, o regime de ferro e fogo, como os castigos mais violentos e mais fortes, com o abandono dos doentes e dos velhos. Esta fase enche todo o período colonial alongando-se pelos começos do Império.

Temos um vivo testemunho dela, aliás já num período bem avançado, nos anúncios de negros fugidos estampados na imprensa do tempo. O estado em que eles se encontravam dá bem uma idéia dos castigos que lhes eram infligidos. Todos os grifos são meus.

"Fugiram do abaixo assinado os seguintes escravos:

Em 1846 ou 1847 fugiu o meu escravo Antônio Isidoro, cabra de estatura regular, de idade pouco mais ou menos de 50 anos. Tem pouca barba, olhos encarniçados, panos pretos no rosto, e além desses sinais que não tenho de memória tem um dos dedos grandes de um pé rachado de um talho de machado. E debaixo de um dos braços, sôbre as costelas, tem o sinal de uma facada. É além disso rendido de uma virilha e sinais de relho nas nádegas e nas costas.

"Em 1848 fugiu uma mulata de nome Maria Isabel, idade de 40 anos pouco mais ou menos, dos sinais abaixo declarados, e conduzindo consigo uma cabrinha, com 6 meses pouco mais ou menos, ainda pagã, tendo esta uma cabeça grande, olhos grandes e arregalados, nariz chato. Os sinais da mulata são os seguintes: cabelos crespos, um tanto miúda, testa estreita porém com as entradas largas, as pontas das orelhas grossas e um tanto desapregadas, olhos pequenos e fundos, maçãs altas, nariz pequeno e grosso, beijos grossos e arroxeados, boca regular, pescoço curto e fino para o corpo (é gorda), cangote pelado. Nas costas abaixo do talho da camisa tem um pequeno sinal de relho. Sôbre um dos peitos tem dois sinais: um redondo, de fogo; outro comprido sendo êste de relho. Numa das mãos o dedo furabolo tem uma unha rachada ao comprido. A dentadura de cima quase tôda podre. E com falta de alguns dentes. As pernas

grossas até a junta. Pés grandes e chatos. Os dedos grandes dos pés menores que os companheiros. *E se já não apagaram, terá alguns sinais de relho nas nádegas.* Para o tempo, pode ter mais alguma cria. É também tecelona e rendeira".⁹

A segunda fase, menos árdua e violenta, com tratamento mais cuidadoso aos escravos, é a que se segue ao ano de 1850 quando medidas muito sérias começaram a ser tomadas para o cumprimento da lei de 1831, que extinguiu o tráfico no Brasil. Todavia, não se pense que esta segunda fase foi inteiramente de bondades, de carinhos, de desvelos para com os negros. Houve nela muito tronco, muita gargalheira, muito escravo castigado. Também aqui vamos buscar testemunhos do que afirmamos na imprensa da época.

"Escravo fugido - Fugiu no dia 8 de outubro de 1860 um mulato de nome Francisco, *Macilento*, tem pouca barba, espadaúdo; levou calça e camisa de algodão azul. Tendo furtado uma porção de roupa, pode usar de camisa de mandapolão fina com pregas, e calças de brim branco. *Tem como sinal distintivo a orelha esquerda rasgada e com um taco tirado*".¹⁰

"Fugiu da Fazenda Boa Vista no dia 11 de maio de 1867, o escravo Paulo, crioulo alto, cheio de corpo, com cicatrizes de fogo da cintura para baixo *e com falta dos dedos dos pés*".¹¹

"Fugiu no mês de março de 1868 do sítio do baixo assinado o escravo Quintiliano, mulato, olhos, barba e cabelos castanhos, estatura regular, cheio de corpo. *Tem cicatrizes de relho pelas costas*".¹²

Às vezes o sofrimento era tanto que até os velhos, sem condições físicas, tentavam a fuga.

"Fugiu no dia 30 de agosto de 1865, da cidade de Teresina, Província do Piauí, a escrava Silvéria, já idosa, bem preta, *sêca de corpo e delgada, bem exmalmada*".¹³

Não é preciso dizer que *seca de corpo* na linguagem popular significa tísica, tuberculosa.

Havia bons senhores, que eram a maioria no Piauí. Deles, às vezes, abusavam os próprios escravos. Foi o caso, por exemplo, do Comandante do Corpo de Guarnição, Cel. Manoel Rolemberg de Almeida, que se viu forçado a publicar, na imprensa, o seguinte aviso: "O abaixo assinado, querendo prevenir abusos, faz ciente aos Snrs. negociantes desta cidade *que não se responsabiliza pelas compras feitas a crédito em seu nome por seus escravos, visto sempre fazê-las à moeda*".¹⁴

⁹ "Conciliador Piauiense", de 13 de setembro de 1857

¹⁰ "Expectador", de 5 de janeiro de 1861

¹¹ "O Piauí", de 19 de novembro de 1867

¹² "O Piauí", de 21 de abril de 1868

¹³ "A Imprensa", de março de 1866

¹⁴ "Expectador", de 12 de julho de 1862

Pelo menos nas cidades a compassividade do piauiense colocou-o sempre ao lado do escravo. Ninguém queria passar por carrasco de escravos. E se lançavam sobre alguém esta pecha hedionda, este alguém apressava-se a vir de público defender-se, fosse grande ou pequeno.

Citemos dois fatos. O primeiro foi o caso do Cel. José de Araújo Costa, homem rico, poderoso, chefe respeitado do Partido Liberal.

O Dr. Antônio Coelho Rodrigues em o número 232 do *Jornal do Comércio*, de 22 de agosto de 1870, chamou-o de *celerado, assassino de escravo que morreu seviciado*. O chefe liberal chamou o Dr. Coelho Rodrigues à responsabilidade. Mas o processo não teve lugar porque a Câmara de Deputados negou a necessária licença. Então o Cel. José de Araújo defendeu-se por intermédio de seu advogado, o Dr. Franklin Dória, Barão de Lorêto, que escreveu um folheto historiando e explicando o fato.

“Em 1846 o Cel. José de Araújo comprou um escravo de nome Vitorino, o qual, dias depois, foi pegado furtando uma peça de pano na loja de seu senhor. Foi castigado com açoites por um soldado do destacamento Policial. Cerca de um mês depois, Vitorino, que estava sofrendo de febres palustres, adoeceu. Na falta de médico, foi chamado para dar-lhe algum remédio um curandeiro de nome Colatino Sidrônio Tavares da Silva, que aplicou ao enfermo um purgante de óleo de rícino com enxofre. Vitorino morreu.

Em 1849, na gazeta caxiense *Água Benta*, apareceu um artigo anônimo fazendo alusão ao assassinato de Vitorino.

Anos depois, estando o Cel. José de Araújo no exercício de juiz municipal suplente de Teresina, deu uma sentença contra o indivíduo Raimundo Nonato de Sousa e este, despeitado, acoroçoado pelos adversários políticos do Cel. José de Araújo, ressuscitou a calúnia sobre a morte de Vitorino, em um artigo que estampou no *Correio Piauiense*, de 14 de julho de 1857.

O Cel. José de Araújo deu queixa contra Nonato e, correndo os trâmites do processo, foi Nonato pronunciado, mas não recorreu da pronúncia, se limitando a afiançar-se e a fazer uma representação ao promotor público, denunciando o crime. O promotor, Dr. Umbelino Moreira de Oliveira Lima, denunciou o Cel. José de Araújo perante o Chefe de Polícia, Dr. Antônio Gomes Vilaça, que não aceitou a denúncia pelos fundamentos exarados no seu despacho, que traz a data de 6 de abril de 1858.

“Nonato a 31 de maio de 1859 afinal foi submetido a julgamento. Presidia o Tribunal o ex-promotor Dr. Umbelino, então Juiz Municipal. O Cel. José de Araújo apôs contra êle artigos de suspeição, fundados em inimizade capital. Os jurados deixaram de recebê-los. Assumiu a presidência do Tribunal o Dr. Antônio de Sousa Mendes e conservou-se nela até o ato da acusação, quando se retirou, sem fazer constar o motivo de sua ausência.

"O Dr. Umbelino veio novamente substituí-lo. Nonato foi absolvido. Mas o Cel. José de Araújo apelou e a relação anulando o julgamento por acordão de 27 de março de 1860 o mandou a novo julgamento. Nonato morreu antes do segundo julgamento.

"O Dr. Coelho Rodrigues fez-se novamente eco de semelhante calúnia pelo *Jornal do Comércio* do Rio. O Cel. José de Araújo o chamou à responsabilidade, mas a imunidade do deputado o livrou do processo".¹⁵

O outro caso é de Batalha. Casimiro José de Carvalho foi acusado por Agostinho Lopes de Miranda da morte da escrava Inês, falecida na casa do acusado, após sevícias e maus-tratos que lhe foram por parte dele infligidos. Casimiro defendeu-se muito bem pela imprensa.

"Existia em minha casa a referida escrava Inês, pertencente ao meu sogro, e tendo esta piorado de seus antigos padecimentos do útero, sobreveio-lhe febre cujo estado, tendo ela por imprudência molhado os pés em água fria, estuporou e veio a falecer três dias depois. Procurei os meios e empreguei os recursos de que podia dispôr neste lugar, para salvar a vida da escrava, mas tudo foi debalde ante a violência e intensidade da moléstia.

"No dia do falecimento da escrava um meu desafeto, tão covarde e mesquinho como êsse outro que me denunciou, disse a alguém que podia muito bem ter essa escrava falecido em consequência de castigos imoderados que eu lhe houvesse infligido. Felizmente, antes de dar-se sepultura ao cadáver da escrava veio aos meus ouvidos essa história.

"Então se achava no poder o Partido Conservador, sendo por conseguinte aqui tôdas as autoridades políticas dêsse credo político.

"Dirigí-me a uma delas e roguei-lhe que fôsse vistoriar o cadáver da escrava e procedesse corpo de delito nêle a fim de verificar-se se tinha sinais ou vestígios de castigos ou maus tratos.

"O Subdelegado, meu adversário, procedeu a corpo de delito, com peritos do seu credo político, e por conseguinte meus adversários, e foram testemunhas do auto também dois adversários meus, sendo um dêles o ten.-cel. José Florindo de Castro que além de adversário é meu inimigo particular.

"Os peritos, procedido o exame, declararam, debaixo de juramento prestado, que nada encontraram no cadáver da escrava que denotasse lesão, ferimento ou qualquer outro vestígio de sevícias".¹⁶

Em Teresina, ninguém suportava maus-tratos em escravos e a imprensa vergastava impiedosamente o culpado, fosse ele embora o Comandante da Polícia.

¹⁵ "Vultos Piauienses", de Clodoaldo Freitas, pp. 177 e 179

¹⁶ "A Imprensa", de 7 de outubro de 1879

"Escândalo – É intolerável o de que fomos testemunhas nesta capital, no domingo, 17 do corrente (agosto de 1873), de 4 para 5 horas da tarde, na Praça da Constituição.

"A esta hora, quando se achavam às janelas de suas casas diversas famílias, era conduzida por Policiais, quase arrastada para a cadeia, uma preta semi-nua, cujos gritos excitaram a indignação de todos contra o autor de tamanha violência.

"Admira que dentro de uma capital, à face das autoridades superiores, sem respeito ao pudor das famílias, se dê um fato desta ordem e que seja dele autor o próprio Comandante da Companhia de Polícia, segundo fomos informados, quando, antes de tudo, lhe cumpre velar para que se não afronte tão às escâncaras a moralidade pública e não se trate como a um irracional uma criatura humana, já por sua condição servil tão infeliz.

"Consta-nos que a preta, que se achava alugada ao Sr. Capitão J. Serafim, fora mandada arrastar pelo mesmo, completamente nua, e teria sido levada neste estado para a cadeia se uma alma caridosa não se tivesse compadecido dela, dando-lhe um pano com que conseguiu cobrir parte do corpo".¹⁷

Porque havia este costume de os donos de escravos alugarem a outras pessoas os serviços deles, auferindo renda dessa forma.

Os escravos que tinham uma profissão exerciam-na em benefício exclusivo de seus donos. "Anúncio – Francisco Bevilaqua tem duas carroças no ganho, que estão a cargo do seu escravo Quirino e o mesmo autorizado a receber o produto de cada carrada".¹⁸

O número de escravos nunca foi muito grande no Piauí. Possuímos poucos elementos estatísticos a respeito, e estes nos revelam o seguinte: até a efetiva extinção do tráfico (1850), o número de escravos negros crescia; e daí por diante passou a decrescer.

Nas fazendas que foram de Domingos Afonso Sertão, por exemplo, em 1782 havia 489 escravos, em 1822 este número subiu para 696; em 1835 atingiu 781. Em 1854 o número de escravos ali decresceu para 469.

Em 1882 em todo o Piauí havia 21.691 escravos, assim distribuídos:

Teresina	3.704
Valença	1.859
Picos	652

¹⁷ "A Imprensa", de 23 de agosto de 1873

¹⁸ "A Imprensa", de 6 de janeiro de 1866

União	997
Jerumenha e Manga	1.051
Campo Maior	619
Parnaguá, Santa Filomena e Corrente	1.065
São Raimundo Nonato e São João do Piauí	1.247
Piracuruca	376
Jaicós	2.250
Barras	1.765
Pedro II	660
Oeiras	1.692
Amarante	1.480
Batalha	368
Piripiri	203
Parnaíba e Amarração	821
Marvão	664
Bom Jesus	218 ¹⁹

Em 1884, para uma população de 250 mil habitantes, havia 17.327 escravos. Dois anos depois, em 1886, já eram apenas 16.727. Na hora da libertação, o total deles não ia muito além de 15.000. Tal decréscimo deve-se a várias causas, tais como: mortandade, libertação dos sexagenários e dos nascituros, saída para outras Províncias.

Extinto o tráfico, estancou-se o comércio fornecedor da mercadoria. O resultado disto tinha que ser forçosamente a valorização do produto, por causa de sua escassez. Agenciadores vinham comprar escravos no Piauí por preços mui vantajosos:

“Escravos – João da Cruz Pereira da Fonsêca, há pouco chegado do Maranhão, e residente à rua Paissandú desta cidade compra escravos de ambos os sexos e paga-os bem, não fazendo questão de côr”.²⁰

A mortandade entre escravos era grande. Nas fazendas e nos sítios eles não tinham dormida conveniente nem roupa suficiente que os cobrisse. Já sendo pouco cuidadosos de si, nem mesmo procuravam evitar o que lhes fazia mal. Pelo contrário, desejavam as moléstias para terem algum descanso. E todas elas eram devidas ao mau tratamento.

Havia um Fundo de Emancipação Nacional que libertava, anualmente, muitos escravos. Cada Província recebia a sua cota em parcelas, e, através do Juizado de Órfãos dos municípios, pagava, a dinheiro, aos proprietários, a liberdade de escravos. Não sei quais os critérios empregados na seleção dos felizardos do Fundo.

¹⁹ “A Imprensa”, de 31 de maio de 1882

²⁰ “A Imprensa”, de 5 de abril de 1880

Também o próprio escravo, com a ajuda de esmolas e donativos, podia acumular dinheiro suficiente para libertar-se, recebendo dos patrões, no fim da transação, sua carta de liberdade. Nesse negócio tão delicado, apareceram, algumas vezes, os *espíritos de porco*, que procuraram ludibriar os pobres infelizes. Há, por exemplo, o caso daquele juiz da Parnaíba.

“Fato grave – O atual juiz municipal da cidade de Parnaíba, bacharel Francisco Botelho de Andrade, apossando-se do pecúlio de sua escrava de nome Eufêmia, não satisfeito em recusar-se a passar-lhe a carta de liberdade, não quer restituir ou depositar aquela importância, montante a cento e setenta e tantos mil réis, conforme nos informaram daquela cidade pessoas a quem a referida escrava declarou o destino que dera a êsse dinheiro, obtido por esmolas que pedira a diversos para libertar-se. É censurável isto: o Dr. Botelho, além de proceder assim com esta mísera escrava, *manda pô-la em custódia*, segundo sua própria declaração em uma petição que lhe fora endereçada e que abaixo se verá. É singular êsse despacho, ou coisa que o valha, do Dr. Botelho; revela a sem cerimônia com que procede para conservar no cativo, sujeitando a maus tratos, uma infeliz, cujas esmolas embolsou. O Dr. Botelho, nesse despacho, não se limitou a julgar-se incompetente como Juiz, por ser interessado na causa, como senhor da mísera escrava. Passou o feito, mas lavrou logo *a sentença* e ensinou o caminho que seu substituto devia seguir e de fato seguiu sem outra indagação senão rezar pela cartilha do Dr. Botelho.

Aí vai a petição e a sentença do Dr. Botelho:

“Ilmo. Sr. Juiz municipal em exercício.

“Diz José Domingos da Silveira que, tendo a escrava Eufêmia, do Dr. Francisco Botelho de Andrade, presentemente na cadeia pública desta cidade, um pecúlio em mão de sua senhora, para sua liberdade, adquirido por esmolas com o consentimento, por escrito, de sua mesma senhora, e querendo a referida escrava tratar de sua liberdade, vem requerer a V. S. que se digne mandá-lo depositar na forma da lei e prosseguir nos demais termos. Assim P. a V. S. deferimento.

E. R. M. – Parnaíba, 29 de outubro de 1885. José Domingos Silveira.

“É visto que tenho interesse particular na decisão da causa, como senhor da escrava, mas isto não me priva de declarar, nem o contrário me ficaria bem, a imputação caluniosa que me é feita, e tem sido de outras vezes. devia o requerente juntar o documento que, ao receber o pecúlio figurado, como indenização parcial de alforrias, eu passaria e entregaria à escrava, no qual deveria estar previamente fixado o preço total de sua alforria. Nem isto era difícil o requerente obter da mesma escrava... se ela já lhe disse que o possui. Mas o seu fim parece ser outro; ver solta a mesma escrava, que foi recolhida à custódia com segurança, à requisição de seu senhor, para seguir

em sua companhia, em vez de vir para o poder dêste, sob cuja sujeição e autoridade está.

"O 1º Suplente tome conhecimento, na forma da lei, ficando certo que não poderá requerer arbitramento para execução do art. 4º 2º da lei 2040 de 28 de setembro de 1871, o escravo que não exhibir no mesmo ato, em Juízo, dinheiro ou títulos de pecúlio, cuja soma equivalha ao seu preço razoável.

"Nem é permitido a liberdade de terceiros para a alforria, exceto como elemento para a constituição do pecúlio; e só por meio deste e por iniciativa do escravo será admitido o exercício do direito à alforria nos termos do art. 4º § 2º da lei citada.

"Sem que seja exibido o pecúlio e recolhido aos cofres da repartição fiscal à vista de sua guia passada pelo escrivão e assinada pelo Juiz; feito o depósito nessa repartição, o talão por ela passado é junto aos outros, e estes são conclusivos ao Juiz, que então nomeia depositário.- Parnaíba, 29 de dezembro de 1885 - Francisco Botelho de Andrade."

"A vista da declaração do Senhor da escrava e não tendo sido exibido em juízo dinheiro ou pecúlio que equivalha à soma do valor da mesma, como dispõe a lei, não tem êste juízo competência para prosseguir sobre os meios de realizar a liberdade da dita escrava, pelo que indefiro o requerido. - Parnaíba, 30 de dezembro de 1885. - O 1º Suplente do Juiz Municipal - Costa Fernandes".²¹

Tudo muito direitinho. Mas o Dr. Botelho esqueceu-se de uma coisa: comumente, o escravo que recebia de seus senhores licença para trabalhar por sua liberdade era escravo que gozava da confiança deles e neles confiava. Tudo se fazia em família. O dinheiro que o infeliz conseguia arranjar era depositado, se bem que a lei prescrevesse diversamente, na mão dos senhores. É claro. Se ele não possuía baú com chave, onde iria guardar o dinheiro? Quando o Dr. Botelho contestou a dívida, Eufêmia ficou completamente desarmada. É certo que muitas pessoas na cidade, a quem ela pedira dinheiro, sabiam da existência dele, mas como prová-lo em juízo?

O Dr. Botelho ganhou a causa. Nem poderia ser de outro modo. É muito raro Juiz perder em juízo - Mas ficou com o nome sujo e não apareceu nas páginas da imprensa para defender-se. Aliás, ele confessa, no despacho, que não era a primeira vez que o acusavam de fato semelhante.

Nos últimos anos que precederam à libertação, muitos senhores, aproveitando ocasiões festivas como a visita de parentes, o aniversário ou o casamento de filhos, libertavam os escravos, sem ônus. As páginas da imprensa da época estão cheias destes rasgos de generosidade, sempre elogiados.

²¹ "A Época", de 19 de novembro de 1885

Mas havia os gaiatos que procuravam torcer as boas intenções e apresentar alguns destes atos de generosidade como simples farsa para acobertar negócios escusos. É o caso daquele cidadão português que deu à escrava dinheiro para que ela lhe comprasse a alforria; e o gaiato levantou a suspeita de que o marinheiro não era tão generoso assim. Seu gesto fora mero fruto de uma velha paixão, de uma mancebia desconhecida da esposa do *benemérito*. E lá se foram para as quadrinhas malvadas:

“Que o mariola da botica,
Cumprindo sua triste sina,
Tanto curvou a espinha,
Que *pilhou* Zeferina.

“Que sem vergonha como é,
Deslambido e cara dura;
Para saciar seus desejos,
Fez a mais triste figura.

“Zeferina, meu benzinho,
Negra do meu coração,
Pode chegar sem receio
Que ela não sabe não.

“Conseguiu o que queria,
O desgraçado marinheiro,
Concedendo-lhe alforria,
À custa do próprio dinheiro.

Boca-preta”.²²

Os contemporâneos sabiam de quem se tratava.

No Piauí, o Partido Liberal era abolicionista e o Partido Conservador, escravagista. Isto apenas em tese, porque as mais expressivas figuras do Partido Conservador eram também abolicionistas. Apenas, por uma questão de tática, na hora das eleições elas desconversavam sobre o assunto, o que irritava profundamente os liberais. Às vésperas das eleições de 1884 o Partido Liberal lançou aos seus eleitores a seguinte proclamação:

“Têm os nossos adversários procurado por todos os meios e formas explorar em seu proveito a magna questão do elemento servil, deturpando o pensamento do Governo, que querem fazer passar por demasiado e incendiário

²² “O Telefone”, de 20 de agosto de 1887

espalhando assim o pânico em nossas fileiras, de modo que alguns dos nossos amigos acham-se em dúvida de darem ou não os seus votos aos candidatos que apoiaram o projeto do Governo.

“Semelhante dúvida, porém, deve desaparecer inteiramente do espírito desses nossos amigos que se têm deixado embair pelas tramas dos nossos manhosos adversários escravagistas de última hora, que até pouco tempo eram francamente abolicionistas e por certo continuarão a sê-lo, se por acaso subirem ao poder.

“Foram os conservadores que fizeram a reforma do ventre livre, em 1874, e desde então continuam a trabalhar para completar sua obra com a abolição total da escravatura; têm, porém, ciúmes de que tal glória caiba ao Partido Liberal; e somente por isso levantam a grita que ora vemos contra o projeto de 15 de julho.

“Se subirem ao poder irão realizar a mesma reforma projetada pelo Conselheiro Dantas ou outra mais radical; foi sempre esta a nossa opinião e que agora vemos confirmada por uma notícia telegráfica publicada no *Jornal do Recife*, de 3 do corrente mês, em que se refere que num banquete dado pelos conservadores, na Côrte, por ocasião do aniversário da lei do ventre livre, o Sr. Barão de Cotegipe declarou em um brinde que o Partido Conservador *queria, podia e devia fazer a reforma do elemento servil*; brinde que foi secundado por outro Conselheiro, João Alfredo.

“Eis aí claramente patenteada a intenção dos homens do conservantismo quando galgarem o poder.

“Avalie-se a sua sinceridade pelos nossos conhecidos aqui da Província: há bem pouco tempo, todos eles eram abolicionistas, a ponto de terem o Dr. Simplício Mendes e o Capitão José Félix avaliado por vinte e cinco mil réis uma escrava que houvera custado setecentos; o Dr. Simplício era o advogado da sociedade abolicionista, e alguns dos que assinaram a circular escravagista são ao mesmo tempo redatores do Jornal abolicionista ultimamente aqui criado”.²³

Entre nós, o movimento abolicionista foi muito modesto. Quase à última hora apareceram algumas sociedades manumissoras, que tiveram atuação muito apagada. O pouco que se fez deve-se mais à iniciativa privada. Temos, por exemplo, o caso do Barão de Paraim que em um só dia, em Parnaguá, libertou, sem ônus, 40 escravos”.²⁴

O poder público sempre foi profundamente apático e insensível ao problema do elemento servil. Quando em todo o país este problema empolgava todo mundo e procurava-se ver no escravo um ser humano, as autoridades

²³ “A Imprensa”, de 28 de outubro de 1884

²⁴ “A Imprensa”, de 31 de julho de 1882

municipais da capital do Piauí, numa insensibilidade revoltante, ainda persistiam em equiparar os escravos aos animais de carga, colocando-os no mesmo pé de igualdade, humilhando-os publicamente em nota oficial:

“Alfredo José de Sousa, fiscal da Câmara Municipal de Teresina, por nomeação legal, etc.

“Faz saber que oito badaladas, em qualquer sino, anuncia incêndio na Freguezia de N. S. do Amparo, e 10 badaladas indicarão que é na paróquia de N. S. das Dores, que estas badaladas sejam dadas e repetidas antes do toque de incêndio. Faz saber mais que os agentes da Câmara e da Polícia na ocasião de incêndio *poderão lançar mão de todos os escravos que encontrarem para carroto de água, e bem assim de quaisquer animais de carga*”.²⁵

Mas pasmem com isto: quando somente faltavam 9 dias para a abolição da escravatura e que o Sr. Presidente da Província se dignou de oficial ao Chefe de Polícia nos seguintes termos:

“Palácio do Govêrno do Piauí, 4 de maio de 1888. - 1ª Secção.

Ilmo. Sr.

“Convém que V. S^a faça sentir às autoridades Policiais desta Província que a *Força Pública*, quer seja da Companhia de Infantaria, quer do corpo Policial, *não deve ser empregada na captura de escravos fugidos*: devendo unicamente ser ela concedida quando houver receio de sublevação que possa por em perigo a tranquilidade pública.

- Francisco José Viveiro de Castro - Ao Sr Chefe de Polícia.”²⁶

Esta recomendação chegou ridicularmente a muitas cidades do interior depois do dia 13. Como foi diferente no Ceará!

A 13 de maio de 1888 foi promulgada a última lei contra a escravidão no Brasil. Rezava assim:

“Art. 1º - É declarada extinta a escravidão no Brasil.

“Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Isabel.

Princesa Imperial Regente.

Conselheiro José F. Costa Pereira Ministro Imperial. Conselheiro Luís da Silva, Ministro da Marinha”.

A notícia só chegou a Teresina, via Recife, na manhã do dia 14.

Acompanhemos pelo noticiário da imprensa o que aconteceu aqui:

²⁵ “A Imprensa”, de 11 de setembro de 1882

²⁶ “O Telefone”, de 8 de maio de 1888

“Notamos que o espasmo que sucede aos choques violentos apoderou-se momentaneamente de nossa população.

“Das oficinas deste jornal partiu o sinal de *alarme*. Uma salva de 21 tiros de bomba real foi o início dos festejos. De todos os ângulos da cidade foram então aos ares quantidades enormes de foguetes.

As ruas se pejavam de povo que num vai-vem sem norte encontrava-se aqui e além, trocando mútuas congratulações e abraços.

“A noite desse dia o largo da Igreja de N. S. das Dores, onde está celebrando a festa do mês Mariano, regorgitava de povo.

“Os nossos libertos de ambos os sexos, formando um grupo compacto e festivo do patamar. Depois da novena, foi organizada uma passeata numerosa que, ao som da música Polícial, percorreu a cidade.

“Em frente à escola pública do sexo feminino, da 2ª freguezia, achavam-se postadas as respectivas alunas, com a sua professora, e foi por aquelas cantado o hino da liberdade, religiosamente ouvido e entusiasticamente aplaudido.

“Seguindo a passeata passou em frente à redação de todos os jornais e diversas casas, sendo por toda parte proferidos entusiásticos discursos, levantados vivas estrepitosos, dissolvendo-se na Praça da Constituição à 12 horas da noite.

“Na descrição pálida que fizemos destes festejos temos propositalmente omitido nomes, para não cair em falta, da qual nos venha uma recriminação, pois as julgamos impertinentes em ocasiões tais.

“Estas manifestações surgiram espontâneas, sem convenção, sem acordo e por conseguinte sem uma direção acentuada que servisse de editor responsável por qualquer falta involuntariamente cometida.

“Fique este ponto bem esclarecido.

“Os dias 15 e 16 passaram sem outras manifestações, além do regozijo externado em pequenas reuniões particulares.

“Para o dia 17, ao meio dia, foi marcada uma grande reunião em frente à Igreja de N. S. do Amparo, cujo fim era ir ao palácio cumprimentar o honrado Sr. Dr. Viveiros de Castro, digno Delegado do patriótico Gabinete 10 de Março e solicitar o seu concurso para a festa que os libertos projetavam fazer no dia 20, na Igreja de S. Benedito”.²⁷

Tal comissão foi recebida em Palácio, acertou tudo com o presidente e depois, acompanhada por um grupo de libertos, saiu em passeata pela cidade.

²⁷ “O Telefone”, de 22 de maio de 1888

Na noite do dia 19 houve uma passeata monstro que percorreu várias ruas da cidade. Falaram vários oradores.

No dia 20 foi celebrada pelo Cônego Tomás de Moraes Rego a Missa Gratulatória na igreja de S. Benedito, às 8 ½ da manhã, com o comparecimento das mais altas autoridades e grande multidão popular. À noite, os libertos ofereceram à sociedade um baile, no qual houve *democracia plena, rasgada*, no dizer da imprensa.

Em dias do mês desjejum fizeram manifestações em algumas cidades do interior.

Guardemos, para a História, o nome dos Representantes na Nação que votaram contra a lei Áurea, e foram os seguintes:

DEPUTADOS: Domingos de Andrade Figueira, Carlos Frederico Castrioto, Pedro Lins Soares de Sousa, Alberto Bezamat, João Evangelista Saião de Bulhões Carvalho, Antônio Cândido da Cunha Leitão, Manoel Peixoto de Lacerda Wernek, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves e Barão de Araçagi, todos conservadores.

SENADORES: Paulino José Soares de Sousa, Barão de Cotegipe, Francisco Belizário Soares de Sousa, Luís Augusto Pereira Franco e Joaquim Fernandes da Cunha, também todos conservadores.

No Piauí, as próprias condições da escravidão tornaram impossível aos africanos aqui introduzidos perpetuarem certos traços de sua cultura, tais como os instrumentos de trabalho, suas formas de organização econômica, os tipos de organização social e de família e até mesmo certas formas de expressão artística.

Da influência negra nos restam apenas elementos dispersos ou reinterpretados, tais como o *mutirão*, a sociedade de ajuda mútua, as irmandades do Rosário dos pretos, a independência econômica da mulher negra, a mancebia. Nenhum resquício de formas de organização política. Aliás em todo o Brasil elas só foram enviadas pelo tempo da existência dos Palmares, nas Alagoas.

As tradições religiosas, inclusive a própria organização ritual mais persistente, mais tenazes puderam subsistir até hoje. Aí estão certos estilos musicais e coreográficos, certos tipos de atividade lúdica no culto afro-brasileiro, nos batuques, no samba, nas danças religiosas; certos mitos, certos elementos do complexo do boi, ou do cerimonial da realeza do Congo. Tudo isto hoje constituído forma de religião, de dança popular, de brinquedo folclórico, de cordão carnavalesco.

Grandes também foram entre nós as atividades mágico-religiosas dos negros velhos, libertos ou ainda escravos, dos especialistas em magia, dos mandingueiros.

O Piauí na guerra do Paraguai

CAUSA IMEDIATA DA GUERRA

No dia 31 de janeiro de 1865, o Jornal *"Liga e Progresso"*, editado em Teresina, estampava nas suas páginas uma notícia extraída do Diário Oficial do Império, de 20 de dezembro de 1864, do Rio de Janeiro. Foi a primeira notícia levada ao conhecimento do povo do Piauí sobre o início das hostilidades entre a República do Paraguai e o Império do Brasil.

"Na madrugada do dia 11 de novembro chegou a Assunção o paquete brasileiro *Marquês de Olinda*, com direção à Província de Mato Grosso, para onde levava o Presidente e Comandantes das Armas, o Sr. Cel. Carneiro de Campos, além de outros passageiros.

"Depois de ir a bordo o nosso Ministro e de tomar carvão, continuou o Marques de Olinda a sua viagem, nesse mesmo dia, às 2 horas da tarde.

"No dia 13, porém, voltou a Assunção aprisionado pelo vapor de guerra paraguaio *Taquari*, pouco antes da vila de Conceição, fundeando debaixo das baterias desse vaso de guerra e rodeado de lanchões armados.

"Imediatamente o Ministro brasileiro pediu explicação sobre tão graves acontecimentos, pois nem lhe foi permitido comunicar com o referido vapor.

"No dia 13, à noite, recebeu uma nota, datada do dia 12, em que o Governo paraguaio o notificava de que, em consequência da entrada das forças brasileiras no Estado Oriental (Uruguai), contra a qual havia protestado, ficavam interrompidas as relações entre os dois Governos e impedia a navegação nas águas do Paraguai, tanto para a bandeira de guerra como para a mercante do Império.

"O Ministro brasileiro protestou logo contra esse ato de hostilidade em plena paz, concluindo por pedir seus passaportes, com a intenção de partir no *Marquês de Olinda*.

"Na tarde do dia 14 e na manhã do dia 15 recebeu não só a comunicação de que a razão do procedimento do Paraguai era a que havia sido apresentada na sua nota de 12, como seus passaportes. Mas enquanto eram estes enviados para que o nosso Ministro partisse quanto antes, nem uma palavra dizia aquele Governo sobre o *Marquês de Olinda*, tendo, aliás, proibido a todos os navios mercantes de largarem do porto de Assunção, onde nem um vaso de guerra estrangeiro existia.

"Enquanto isto ocorria, continuava o *Marquês de Olinda* detido e rigorosamente incomunicável com a terra, até que o *Semanário* de 19 publicou a declaração de que esse vapor era *boa presa*.

“Então o Ministro brasileiro dirigiu uma nota ao Sr. Wasburn, Ministro dos Estados Unidos e único, além do Ministro uruguaio, que estava em Assunção, enviando traslado da correspondência trocada com o Governo paraguaio, e escrevendo no mesmo sentido ao Sr. Laurens Cochetete, Cônsul da França, pedindo-lhe que na ausência do respectivo Ministro se servisse levar aquela correspondência ao conhecimento do Governo Francês.

“Até partir de Assunção o Ministro brasileiro, no dia 29, continuavam detidos a bordo do *Marquês de Olinda* e incomunicáveis os passageiros e tripulação, apenas permitindo-se o desembarque de dois comerciantes, um brasileiro e outro italiano.

“O rigor era tal que todos os víveres que diariamente eram remetidos para bordo pelo Cônsul geral brasileiro não só eram pedidos em papel aberto de escrivão daquele vapor, por intermédio do Capitão do porto, como sofriam um rigoroso e vexatório exame na Capitania do porto, esmigalhando-se até o pão para verificarem se por semelhante meio era transmitida aos prisioneiros alguma comunicação escrita.

“O Governo paraguaio chamou ao serviço das armas todos os homens pertencentes à reserva e licenciados; mas não se sabe ao certo qual o plano de guerra preferido por Lopez; mas dizem uns que pretende atacar Mato Grosso; outros, que enviará um forte corpo de tropas para sublevar Entre-Rios e Corrientes e depois marchar sobre o Rio Grande do Sul.

“Recebemos os passaportes, o Ministro brasileiro, depois de inúmeras dificuldades, graças à intervenção do Ministro americano, foi transportado em um vapor paraguaio até Buenos Aires, onde chegou a 6 do corrente. Ainda assim, obteve esse meio de transporte depois de garantir que o navio paraguaio não seria molestado na sua viagem de ida e regresso.

“É fácil compreender a posição aflitiva do Ministro brasileiro, sem força para repelir o inqualificável ato de pirataria do Governo do Paraguai: a situação do Sr. Cel. Carneiro de Campos, dos passageiros, Comandante e oficiais do *Marquês de Olinda* e do nosso Cônsul geral entre aqueles bárbaros, estando interceptada todas as comunicações do Paraguai com os Estados vizinhos, por duas semanas.

“O Brasil se levantará como um só homem para lavar a afronta que, à falsa fé, acaba de receber do Paraguai; e o Governo Imperial saberá cumprir com os devedores de sua missão.

“Apesar da importância desta notícia, não há razão para que o espírito público se sobressalte. O Império dispõe de bastante força e conta com o patriotismo de todos os brasileiros para que fique à mercê de qualquer Governo, por mais fraco que seja, que se lembre de provocar-lhe os brios.

“Todos sabem como existe e como se alimenta o Governo do Paraguai: exceção de todos os Governos americanos, vive enervado pelo mais ferrenho despotismo.

"Nestas circunstâncias não pode dar cuidado o desenlace da luta a que êle imprudentemente acaba de provocar o Império.

"As notícias do Estado Oriental são favoráveis e brevemente estará ali acabada a contenda e o Império inteiramente livre para exigir com forças a mais plena satisfação pelo insulto que acabamos de relatar. Entretanto o Governo Imperial tem tomado e continuará a tomar todas as providências necessárias para fazer frente às agressões do Paraguai, quaisquer que elas sejam".²⁸

Quando o jornal de Teresina supramencionado publicava este artigo, já o Governo Provincial estava de posse de dois documentos que constituíam as primeiras providências de guerra que o Império tomava contra o Paraguai. O primeiro era o texto da circular do Ministério dos Negócios da Justiça, de 26 de dezembro de 1864, aos Presidentes provinciais e que rezava assim:

"Ilmo. Exmo. Sr.

"Sendo de indeclinável necessidade, à vista das circunstâncias extraordinárias do Estado, aumentar-se consideravelmente o número de praças do Exército e Armada, assim como criarem-se corpos de Voluntários que em auxílio dos mesmos Exército e Armada pugnem pela desafronta da honra nacional nas repúblicas do Uruguai e Paraguai, recomendo com tôda instância a V. Excia. que ative o recrutamento nessa Província para fim indicado e que apelando para o patriotismo do povo, tão interessado como o Governo Imperial em sustentar a dignidade do país, promova a organização de alguns daqueles corpos.

"O Governo Imperial, confiado nas virtudes cívicas de V. Excia. e nos brios dos habitantes dessa Província, espera que V. Excia. assim proceda, dando imediata conta dos resultados que colher a semelhante respeito.

"Deus guarde a V. Excia.

Francisco José Furtado".²⁹

O segundo era o texto do decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, que criava Corpos para o serviço de guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de Voluntários da Pátria, estabelecia as condições e fixava as vantagens que lhe ficavam competindo.

Em 1º e em 24 de fevereiro daquele ano, o Presidente, Dr. Franklin Américo de Menezes Dória, enviou ofícios aos Comandantes Superiores da Guarda Nacional e as pessoas influentes nos municípios instando-lhes o alistamento de Voluntários em todos os batalhões da Guarda Nacional estacionados na capital e no interior.

²⁸ "Liga e Progresso" 31-1-1865, transcrevendo do Diário Oficial do Rio de 20-12-1864

²⁹ "Liga e Progresso" de 11-3-1865

Em Teresina, aberto o voluntariado na Secretaria Militar do Palácio da Presidência, choveram inscrições.

Naquela primeira hora houve muita confusão. Assim é que as autoridades englobavam, numa mesma acepção, Voluntários da Pátria, Guardas Nacionais designados e Recrutas para o Exército. Para elas todos eram voluntários.

Novas instruções do Sul esclareceram o assunto. Ficaram sabendo as autoridades que a Guarda Nacional tinha de fornecer, *necessariamente*, 1.160 Guardas Nacionais para a guerra, de conformidade com a Portaria do Ministério dos Negócios da Justiça, de 11 de março de 1865, e que eles não seriam Voluntários e sim Guardas Nacionais designados.

O Sr. Presidente oficiou novamente aos Comandantes Superiores da Guarda Nacional, desta vez fixando já os efetivos que cada batalhão tinha que fornecer, a saber: Oeiras, 179; Jaicós, 156; Parnaíba, 121; Teresina, 100; Piracuruca, 94; Campo Maior, 94; Príncipe Imperial, 89; Valença, 87; S. Gonçalo, 75; Jerumenha, 65; Parnaíba, 57; Barras, 47; ao todo 1.164.

O tempo urgia. As primeiras tropas tinham que se deslocar para o sul sem mais tardança. O inimigo já pisava o solo brasileiro em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

Não havia dinheiro. Não havia coordenação entre as Províncias para o esforço de guerra. A burocracia atrapalhava tudo. O trabalho do Dr. Franklin Dória e dos patriotas que o ajudaram naquela hora foi simplesmente hercúleo.

SEGUEM OS CONTINGENTES

De Parnaíba, em 25 de fevereiro, a Capitania do Porto enviou para S. Luís, com destino ao Sul, 8 recrutas e 1 voluntário para a Armada.

Em Teresina, a tropa que já estava mais ou menos preparada para seguir tinha que ser, *necessariamente*, o Corpo de Guarnição.

E foi ele que embarcou no dia 10 de março (1865) para Parnaíba a bordo dos vapores *Uruçuí* e *Conselheiro Paranaguá*, gratuitamente cedidos para este fim pela Companhia de Navegação.

Como já devem ter notado, nos meus Cadernos Históricos eu prefiro sempre que falem os documentos:

“Ontem, pelas 8 horas do dia, depois de terem ouvido uma missa na Igreja Matriz, desta cidade, embarcaram-se a bordo dos vapores *Uruçuí* e

Paranaguá o Corpo de Guarnição desta Província e o 1º Contingente de Voluntários que desta Capital seguiram com destino ao Rio de Janeiro, para o serviço de guerra.

"S. Excia. o Presidente da Província, os Drs. Chefe de Polícia e Juiz de Direito, o Cel. Comandante Superior, Comandantes de batalhões e mais Oficiais da Guarda Nacional da Capital, muitos cavalheiros distintos, um grande número de famílias gradas e finalmente, a maior parte da população de Teresina, acharam-se presentes e assistiram ao embarque dessa porção de bravos que, acudindo aos reclamos da Pátria, marcham pressurosos a vingarem as agressões, insolências e afrontas dos selvagens do Uruguai e Paraguai.

"O Exmo. Sr. Presidente, dirigindo-se nessa ocasião aos defensores da Pátria, fez uma bela alocução, na qual mostrou eloquentemente os seus deveres e a necessidade indeclinável de não hesitarem um passo ante a defesa legítima da liberdade, honra e probidade do país infamemente ofendido no que tem de mais precioso".³⁰

O Corpo de Guarnição seguiu sob o comando do Cel. Manoel Rolemberg de Almeida. Levava um efetivo de 310 praças e 20 oficiais (3 médicos e 1 farmacêutico). Com o Corpo seguiram também 35 Voluntários da Pátria, sob o comando do Alferes reformado de 1ª linha Clementino Luís Pereira Brasil, e 16 recrutas para o Exército.

Logo surgiram as primeiras dificuldades. Numa hora daquelas, a burocracia desferiu o primeiro golpe.

"Quartel de Comando do Corpo de Guarnição do Piauí em marcha, na cidade de Parnaíba, 17 de março de 1865.

"Cheguei a essa cidade no dia 13 do corrente, pelas 6 horas da tarde, com tôda a ala esquerda do Corpo a bordo do vapor *Conselheiro Paranaguá*, apesar de ter este saído dessa capital algumas horas antes do *Uruçuí*, que conduzia a seu bordo a ala direita; em consequência de um encalhe de 30 horas cheguei a esta cidade na data referida já encontrando o *Uruçuí* e a direita aquartelada. Nenhuma ocorrência digna de menção deu-se durante a viagem. Contra toda expectativa, ainda me acho demorado com todo o Corpo nesta cidade, por não ter chegado o vapor do Maranhão que devia conduzir, na conformidade das ordens de V. Excia., a ala direita para ali e a ala esquerda para o Ceará. Por tal motivo me acho cercado dos mais duros e espinhosos embaraços e que me fizeram tomar a deliberação de dirigir-me a V. Excia.

"Compenetrado da grande urgência que tem o Governo Imperial de reunir no sul do Império toda a força possível e do empenho que fez para

³⁰ Idem, idem de 27-3-1865

conseguir esse fim, sendo além disso o meu mais ardente desejo corresponder sempre às ordens do Governo Imperial, tomei antes que tudo a deliberação de dirigir ao Sr. Inspetor da Alfândega desta cidade o ofício que por cópia tenho a honra de remeter a V. Excia., que tinha por fim remover os embaraços em que me acho, cuja resposta consta da cópia também junta.

"V. Excia. sabe perfeitamente que ao partir dessa cidade trouxe apenas três contos de réis, por adiantamento, para ir ocorrendo às despesas da alimentação das praças do Corpo até o seu embarque que, como V. Excia. presumia, devia operar-se pelo menos o da ala esquerda, pelo Ceará, no dia 13. Isto fez com que hoje esteja sem mais dinheiro algum para o fornecimento do Corpo e embaraçadíssimo, não podendo ao menos presumir até quando durará esta ordem de coisas e minha estada aqui.

Nessa perplexidade tomei a resolução de expedir este positivo a V. Excia. afim de que se sirva com a maior urgência expedir as ordens necessárias para que desapareçam estas dificuldades, como melhor entender em sua sabedoria.

"Cumprir dizer a V. Excia. que requisitei ao Sr. Inspetor da Alfândega sete contos de réis, quantia em que calculei que poderão montar as despesas do Corpo até o fim do corrente, e a V. Excia. peço as ordens para um suprimento para o que mais fôr preciso, se por uma fatalidade inaudita estiver o Corpo demorado por mais tempo.

"Como desde já se está o Corpo fornecendo a crédito e pode acontecer que até a expedição das ordens de V. Excia., que agora peço, já me tenho com ele retirado, peço a V. Excia. que as ordens expedidas sejam no sentido de se pagarem a esses fornecedores os fornecimentos feitos por meio de saques por mim feitos na Alfândega, pois foi o único meio que tive para obter de particulares o fornecimento preciso de carne e farinha como gêneros de primeira necessidade.

"Como V. Excia. deve compreender, entendo que achando-me nestes apuros devia de preferência recorrer à repartição pública que dispõe de recursos indispensáveis, visto como os particulares receiam da transação com a Fazenda Pública, mas com surpresa tive em resposta o ofício acima citado.

"Se se agravar a situação, como é de esperar pretendo ainda uma vez dirigir-me ao Inspetor da Alfândega afim de que, esgotados todos os meios, não recaia sobre mim a grande responsabilidade de qualquer eventualidade que possa ocasionar a falta de pagamento àquelas praças que não são arranchadas, inclusive os Voluntários da Pátria.

"Manoel Rolemberg de Almeida - Comandante"³¹

³¹ "Guerra do Paraguai - Documento - Vol. I"

A cópia do ofício dirigido pelo Comandante ao Inspetor da Alfândega é a seguinte:

Deixando a capital da Província no dia 10 do corrente com destino a esta cidade, tive ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província para daqui fazer seguir para o Ceará a ala esquerda do Corpo da Guarnição desta Província sob meu comando, e para o Maranhão a ala direita.

“Contra toda expectativa, até esta data não é chegado o vapor que devia transportar as referidas alas ao seu destino, o que não era para esperar, uma vez que a tal respeito se havia entendido o Exmo. Sr. Presidente da Província com o do Maranhão. Entretanto o fato se dá e coloca-me nas mais críticas circunstâncias porque, devendo já desde o dia 13 do corrente ter partido uma das alas, ainda hoje permanecem ambas aqui sem esperança alguma de próxima viagem.

“Os recursos de que fui provido na capital da Província para alimentação de praças do Corpo, na importância de três contos de réis (3.000\$000), foram minguados; seriam, porém, suficientes para fazer face às despesas se ocorressem as coisas como era de esperar, segundo as providências dadas. Falhando elas, e sendo a despesa diária de 350 mil réis, tem desaparecido a importância dos que me foram abonados em menos de 15 dias, cuja quinzena importa em cinco contos e cem mil réis (5100\$000) pouco mais ou menos, e acho-me por isso completamente baldo de recurso.

“Em circunstâncias tão momentosas, recorro a V. S. na qualidade de Inspetor da Alfândega desta cidade para que, atendendo a que não é possível que o Corpo de meu comando em marcha possa dispensar os prontos recursos para alimentação de suas praças, atendendo que longe do centro da administração não tenho a quem recorrer, se sirva V. S. fornecer-me a quantia de sete contos de réis para ocorrer às despesas mencionadas, podendo asseverar a V. S. que, ao deixar a capital e já na última hora expondo ao Sr. Presidente estes embaraços, que podiam ocorrer, disse-me êle que em tais casos com V. S. me entendesse.

“Sei que V. S. tem ordens positivas para não fazer fornecimentos para os quais se não acha autorizado especialmente, como já verbalmente me ponderou; entretanto, eu cumpro um dever que me deve por a coberto de responsabilidade, expondo a V. S. que lastimáveis acontecimentos se podem seguir à falta de pagamento de perto de quatrocentas praças, que se verão reduzidas ao desespero por tal falta.

“Espero do patriotismo e critério de V. S. que se dignará prover a minha requisição e que me dê pronta resposta para meu governo. - 16/3/65”.³²

³² “Guerra do Paraguai - Documento - Vol. 1”

E a resposta do Inspetor foi esta:

"Tenho presente o ofício que V. S. dirigiu-me hoje, em que me diz que tendo ordens do Exmo. Sr. Presidente da Província para fazer seguir a ala esquerda do Corpo de seu comando para a cidade do Ceará, a direita para o Maranhão, até esta data não tem podido fazer por não haver chegado a êste porto, como era de esperar, o vapor da Companhia Maranhense, e que este fato, causando demora para a marcha do dito Corpo de seu comando, tem colocado a V. S. em críticas circunstâncias, em razão de não ter dinheiro em seu poder para o suprimento dos soldados, ultimando V.S. a sua correspondência pedindo-me que pelos cofres da Alfândega desta cidade fornecesse a quantia de sete contos de réis para esse suprimento; respondendo o dito ofício de V. S., tenho o pesar de dizer-lhe que, conquanto reconheça a urgência e justiça do pedido de V.S., todavia são tão restritas as ordens da tesouraria da Fazenda acerca de pagamento nesta Alfândega que não posso efetuar qualquer pagamento, por mais insignificante que seja, senão depois de autorizado competentemente, pois que a tesouraria da Fazenda declara a esta Inspetoria que não aprovaria despesa alguma feita sem expressa autorização. – 16/3/1865 – Ernesto Augusto de Ataíde – Inspetor".³³

Positivamente que assim não se pode fazer guerra, em parte alguma.

A 17 de março o Cel. Rolemberg volta a dar informação ao Presidente, uma delas bem grave, pois que alude a um princípio de indisciplina na oficialidade:

"Em adiantamento ao meu ofício nº 1 cumpre-me participar a V. Excia. que o Corpo de meu comando se acha acomodado, a ala direita no pequeno quartel da cidade e a esquerda na parte térrea do sobrado que habita o Capitão da Guarda Nacional Quintino Rubim de Miranda Osório, cujos cômodos foram proporcionados pelo prestimoso Comandante Superior, José Francisco de Miranda Osório, que além disso providenciou acerca do arranjo da oficialidade do Corpo. Por semelhante ato de pura esportividade é digno o mencionado Comandante Superior de encômios da digna administração da Província confiada ao critério de V. Excia.

"Como era de esperar, algumas praças se têm apresentado enfêmas, entre elas dois oficiais subalternos; e por que isso não sirva de embaraço e mesmo pretexto para que êles deixem de acompanhar o Corpo, empregam-se os meios médicos indispensáveis, esperando que a este respeito colha os resultados de minhas vistas.

"Anelo ardentemente deixar o território piauiense, visto como

³³ "Guerra do Paraguai - Documento - Vol. 1"

continuo a nutrir apreensões a respeito da infidelidade de uma ou outra praça enquanto pisar o seu solo; e isto tem relação igualmente com um ou outro oficial do Corpo que, esquecido que deve exemplo de disciplina e subordinação, obrigar-me-á, ao chegar ao Rio de Janeiro, a pedir providências ao Governo Imperial, por isso que entendo ser indispensável, enquanto principalmente estiver nesta Província, guardar a conveniente prudência sem quebra de minha autoridade".³⁴

Do Corpo de Guarnição desertaram, no Ceará, 11 praças.

Deixemos o Corpo de Guarnição que já vai em marcha. Encontrá-lo-emos mais tarde no teatro da luta.

O segundo Corpo Militar mais ou menos preparado era o de Polícia. Ao apelo do Presidente, toda a Polícia do Piauí se apresentou voluntariamente para marchar, menos o alferes Ludgero Gonçalves Dias.

"Na manhã do dia 10 de abril de 1865 teve lugar, com a solenidade possível, o embarque, no *Uruçuí*, do Corpo de Polícia desta Província, com destino ao Sul, composto de 80 praças, um tenente comandante e dois alferes.

"O número de praças que existia nesse Corpo, há poucos meses, era apenas de 55, e achavam-se destacados em vários pontos da Província, donde vieram, com toda pressa, em virtude do apelo da Presidência. Não marchou o comandante efetivo, o Sr. Major Antonio Joaquim de Lima e Almeida, por se achar licenciado pela Assembléia Provincial.

"S. Excia. o Sr. Dr. Dória, desejoso de ver o Piauí, guardadas as proporções, ao lado de suas irmãs que mais se hão distinguido pelo sentimento de patriotismo, tem envidado todos os seus esforços para ver realizado tão nobre empenho, já dirigindo a sua palavra autorizada a todos aqueles com quem pode comunicar, já oficiando aos Comandantes Superiores dos municípios e correspondendo-se particularmente com as pessoas mais gradadas da Província, pedindo-lhes toda cooperação possível.

"O embarque do Corpo de Polícia, com o número elevado de 80 praças, é bem uma prova significativa da atividade e energia que tem desenvolvido S. Excia.". ³⁵

As deserções continuaram com o Corpo de Polícia. De Amarração o Tenente Manoel Hilário da Rocha, Comandante, oficiou ao Presidente Dória comunicando-lhe que entre Parnaíba e aquele porto haviam desertado algumas praças cuja relação enviava para as devidas providências. Infelizmente não encontrei no arquivo tal relação para publicá-la. Sei apenas que no seu despacho

³⁴ "Guerra do Paraguai - Documento - Vol. 1"

³⁵ "Liga e Progresso" de 6-5-1865

o Presidente recomendou ao Chefe de Polícia providências para a captura dos desertores.

A lista do voluntariado aberto na Secretaria Militar do Palácio da Presidência, em Teresina, continuava recebendo assinaturas.

Do interior chegavam adesões. Oficiais já reformados do Exército, Oficiais da Guarda Nacional, ofereciam-se, em carta, ao Presidente, pedindo-lhe permissão para marcharem. A maioria era recusada, porque não se enquadrava mais nas instruções recebidas do Sul; uns eram doentes; outros, de idade avançada; outros, arrimo de família. Recusados por estes motivos, voltavam a escrever ao Presidente oferecendo-lhe os filhos em idade militar. Quando não podiam marchar, por esta ou por aquela razão, ofereciam dinheiro para as despesas de guerra.

Em abril, o número de Voluntários da Pátria elevava-se a mais de 300, achando-se já aquartelados, em Teresina, cerca de 200.

O Presidente tratou então de organizar o 1º Corpo de Voluntários da Pátria do Piauí.

Deu-lhe o seguinte comando:

Estado Maior Comandante – Major G. N. João Fernandes de Moraes Junior. Ajudante - Alferes G. N. Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco. Secretário - Alferes G. N. Manoel da Costa Pereira. Alferes Quartel - Mestre-Sargento G. N. Pedro José de Moura Leal.

1ª Companhia – Capitão G. N. Francisco Luiz Pereira de Carvalho e Silva - Tenente G. N. José da Silva Rocha. Alferes G. N. Francisco Pereira de Moraes.

2ª Companhia – Capitão G. N. Alencarliense Álvares Lima. Alferes G. N. Manoel do Nascimento Ribeiro Soares.

3ª Companhia – Capitão G. N. Francisco Alves do Nascimento. Alferes G. N. Eduardo Antônio Martins.

4ª Companhia – Capitão Tomás Álvares Moreira. Tenente G. N. Vicente Matias Bernardes.

No interior, nos lugares onde havia líder esclarecido e patriota, a chama do entusiasmo alastrou-se rapidamente contagiando a população. Assim foi em Barras, em Oeiras, em Parnaçuá, em Parnaíba e em outros lugares.

“No dia 4 de maio, pelas 5 horas da tarde, fez em Teresina sua entrada o contingente de Voluntários da Pátria fornecido pela vila de Barras, em número

de 52 praças e dois oficiais. Aos esforços do Capitão Francisco Luís Pereira de Carvalho e Silva, que foi o primeiro a inscrever-se no alistamento e o primeiro a procurar com o poder da persuasão e do estímulo fazer-se acompanhado de tantos cidadãos, muito se deve pela aquisição de tão importante número de Voluntários. A S.S. coube ainda o generoso ato de ter adiantado a cada Voluntário a importância de três mil réis para as despesas de viagem.

“Tornaram-se também dignos de especial menção pelos relevantes serviços que nesse sentido prestaram os Srs. Dr. Juiz de Direito (Dr. Cândido Gil Castelo Branco), Comandante Superior (Cel. Francisco Félix Correia) e Professor Público (David Moreira Caldas), daquela localidade.

“Entre os cidadãos alistados distinguem-se pelas suas posições sociais os Srs. Belarmino de Carvalho Castelo Branco, Joaquim Ribeiro Torres Sobrinho, Canuto José da Paz e o mavioso poeta caçador Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco”.³⁶

Este poeta caçador trazia uma poesia de sua lavra que foi por ele recitada perante as autoridades e o Corpo formado, no dia de sua partida. Ei-la:

O caçador metamorfoseado em soldado

“O rude caçador que outrora armado
De certa clavina e rija lança,
De afiado facão pendente ao cinto,
Nas brenhas sem temor seu passo avança;

“O rude caçador que outrora cuida
Em fazer consistir sua grandeza
No gozo dessas cenas majestosas,
Que nos bosques ostenta a natureza;

“O rude caçador que outrora busca
Concentrar seu sentir, seu gosto e vida,
Nessa vivenda descuidadosa e grata,
Que não será jamais dele esquecida;

“Já de macias peles não se adorna,
Nem do cinto o facão lhe pende ao lado,
Nem do ombro a clavina e rija lança,
Nem é de um cão, sequer, acompanhado.

³⁶ “Liga e Progresso” de 15-5-1865

"Fundiu-lhe o coração, fundiu-lhe a alma,
O seu todo fundiu-lhe a ardente chama
Desse sagrado fogo que o devora,
Do amor a Pátria que à guerra o chama.

"Não trepidou, sequer, um só momento,
Ao reclamo da Pátria, ao seu chamado;
Desprezou suas selvas majestosas,
Seus cães amigos, e se fez soldado.

"Ei-lo que parte, não vacila o passo,
Vai a morte afrontar em campo armado.
Ei-lo que parte, não de cães seguido,
Mas, sim, de heróis da Pátria rodeado.

Uma esperança só lhe assoma ao rosto,
Uma esperança só no peito encerra:
Ou ver da Pátria a glória aurifulgente,
Ou caído com os seus ficar por terra".

Em princípios de maio o 1º Corpo de Voluntários da Pátria da Província está constituído e vai partir. Levará um efetivo de 286 praças e 16 oficiais. Em Parnaíba a ele se incorporarão mais 51 praças.

"No dia 19 do corrente (maio), pelas 10 horas da manhã, teve lugar o embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria organizado nesta Província a esforços do Exmo. Sr. Dr. Franklin Dória, e que tem de ir engrossar as fileiras de nossos bravos no sul do Império. O Corpo marchou com 286 homens, sob o comando do Sr. Major João Fernandes de Moraes Junior, e ficará com um estado ofensivo superior a 320 praças, reunindo-se-lhes os Voluntários existentes em Parnaíba.

"Parece incrível que o Piauí, Província pequena e acanhada, pobre de todos os recursos, com péssimas vias de comunicação e sem hábitos de guerra, esteja tão adiantada em patriotismo a ponto de, no curto espaço de dois meses, ter conseguido dar um contingente tão reforçado, excedendo assim a outras suas irmãs em condições mais favoráveis.

"Em março expediu S. Excia. o Corpo de Guarnição composto de perto de 400 homens e os primeiros Voluntários da Pátria.

Em abril, a Companhia de Polícia com 80. Agora, o 1º de Voluntários com 320 praças.

"Em 3 meses, portanto, o Sr. Dr. Franklin Dória tem mandado para o sul 800 soldados, dos quais são Voluntários da Pátria mais de 400.

“Não se pode aquilatar os embaraços e obstáculos de toda casta com que tem lutado a administração para tal conseguir.

“Não deve passar despercebido o entusiasmo que reinou por ocasião do embarque dos mesmos Voluntários.

“Dir-se-ia que toda a população desta cidade ambicionava ser testemunha desse ato, em que o júbilo de uns e as lágrimas de outros formavam um contraste inexplicável e profundo aos olhos do observador atento.

“S. Excia., colocando-se à frente dos briosos defensores da Pátria, acompanhado do comandante Superior e Oficiais, dirigiu-lhes a sua palavra eloquente, recitando um brilhante discurso e concluindo com vivas à Religião Católica, a S. M. o Imperador, à Nação brasileira e ao 1º de Voluntários da Pátria.

“Outros discursos foram recitados, sendo notável uma bela poesia, produção do mavioso poeta caçador e Voluntário da Pátria, Alferes Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco.

“Espera-se que até julho, o mais tardar, terá S. Excia. organizado um 2º Corpo de Voluntários da Pátria, para o qual consta que têm de vir do município de Parnaguá cerca de 100 homens agenciados por intermédio do Sr. Comendador José da Cunha Lustosa que, em prova de seu acrisolado patriotismo, começou por compreender no alistamento seus próprios filhos e alguns sobrinhos”.³⁷

O 1º de Voluntários viajou para Parnaíba a bordo do *Uruçuí*, que rebocava 2 barcas.

Prevenindo dificuldade e a fim de que as atribulações por que passara o Corpo de Guarnição não afetassem o 1º de Voluntários, o Presidente, em 17 de maio, contraiu com a Administração da Fazenda Provincial um empréstimo de 10 contos de réis para fazer face às despesas da tropa até o seu embarque para São Luiz.

Interessante é que o Comandante deste Corpo, designado pelo Presidente, era o Administrador do Correio da Província.

“Tendo aceito com muita satisfação a Comissão que V. Excia. se dignou confiar-me do Comando do 1º Corpo de Voluntários da Pátria que tem de seguir, amanhã, para o teatro da guerra em que o Governo Imperial se acha empenhado com a República do Paraguai, peço a V. Excia. que se sirva comunicar ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a quem sou sujeito como Administrador do Correio desta Província, afim de

” “*Liga e Progresso*” de 24-5-1865

que o mesmo Exmo. Sr. fique ciente de que, por me achar incumbido dessa comissão, deixei de entrar no exercício do meu cargo depois de finda a licença em cujo gozo me achava. – 17 de maio de 1865 – José Fernandes de Moraes Junior - Administrador do Correio”.³⁸

O empréstimo contraído pelo Presidente foi uma medida acertada. O Uruçuí teve tantos embaraços na viagem que, saindo de Teresina no dia 19, só foi chegar a Parnaíba no dia 27. Felizmente, logo no dia 29 o 1º de Voluntários embarcava no vapor Gurupi para S. Luís.

Agora o Presidente tinha suas vistas voltadas inteiramente para a organização do 2º Corpo de Voluntários.

Uma parte dele, sob o comando do ten.-cel. José da Cunha Lustosa, já vinha descendo o Parnaíba rumo a Teresina.

Antes de sair de Parnaguá, o velho guerreiro lançou a seguinte proclamação:

“Senhores Voluntários. – Momentos há na vida em que o brado da razão, por mais que soe alto e rijo, não pode deixar de ferir as últimas fibras do coração.

“A ocasião é solene para nós que partimos, para os que nos são parte família e pelos laços mais doces, para os amigos enfim, ao deixarmos os nossos lares; não é menos solene para todos esses que ficam ou ainda mais para eles se é possível; mas nobre e sublime é o motivo que assim nos obriga a partir, a separar-nos do que temos de mais caro.

“Como brasileiros, como filhos da terra de Sta. Cruz, não devemos por momentos desprezar os reclamos, os brados da mãe comum, o dever que temos de defendê-la e tornarmo-nos dignos filhos dos nossos maiores e dignos irmãos de nossos compatriotas e contemporâneos, que já tão belos exemplos nos hão dado, outrora, em Montecaseros e Toneleros, nas mesmas repúblicas que opugnamos, e ultimamente em Paissandú e Montevidéu.

“Compatriotas – Sirva-nos de divisa o patriotismo que devemos legar aos nossos filhos como a melhor herança; e seja nossa guia a Providência Divina que nos há de restituir brevemente aos pátrios lares.

“Seja esta a nossa esperança; confiemos na feliz estrêla que nos guia.

“Eu serei vosso companheiro, vosso irmão nos trabalhos e nas glórias de nossa cara pátria, que são também nossas.

³⁸ “Guerra do Paraguai - Documentos” - Livro sem numeração

“Um abraço saudoso aos nossos amigos e companheiros que ficam.

José Lustosa da Cunha”.³⁹

O Cel. Lustosa saiu de Sta. Filomena comandando um contingente de 203 praças, inclusive alguns oficiais da Guarda Nacional e de Polícia, no dia 20 de junho, e chegou a Teresina no dia 12 de julho, descendo o rio em barcos e balsas de buriti. Toda esta força chegou sem fardamento.

O Dr. Dória constituiu assim o comando do 2º de Voluntários:

Estado Maior - Comandante, Ten.-Cel. G. N. José Lustosa da Cunha. Ajudante, Sargento Luís Correia Lima Negreiros. Secretário, Sargento Joaquim José de Lemos Piauí. Tenente quartel-mestre Maurício Antunes de Carvalho.

1ª Companhia - Capitão G. N. Felisberto José Nogueira. Tenente G. N. Maximiano José de Souza. Alferes Domingos Damasceno Nogueira. 1º Sargento Antônio Rodrigues Nogueira Paranaguá.

2ª Companhia - Tenente Gil da Cunha Lustosa - Tenente Fábio da Cunha Lustosa. Alferes Antônio Rodrigues Nogueira. 1º Sargento Cícero Lustosa da Cunha.

3ª Companhia - Capitão G. N. Belisário José da Silva Conrado. Tenente Alcides Cesar Brandão. 1º Sargento Antônio Maurício Lustosa. Sargento ajudante Bernardo Restituto de Souza Leal.

4ª Companhia - Capitão Cassiano José Pereira. Tenente Raimundo Torres Costa. Alferes José Fernandes dos Santos, Sargento José Francisco de Sousa Gamenho.

“No domingo, 30 de julho, houve um passeio militar do 2º Corpo de Voluntários desta Província.

“Desfilou o Corpo do Quartel, às 5 ½ horas da tarde, indo à sua frente o Exmo. Sr. Presidente da Província, o Sr. Comandante Superior e seu Estado Maior, o Comandante do Corpo e a música dos Educandos.

“Imenso povo e pessoas gradas acompanhavam os nossos bravos. Muitos vivas foram levantados durante o trajeto a S.S.M.M., ao Exército, à Armada, à S. Excia., aos Voluntários. Ao recolher proferiu o Capitão Joaquim Lima e Castro um discurso fazendo uma resenha dos acontecimentos da guerra e incitando os Voluntários ao valor.

“O Dr. Deolindo Mendes da Silva Moura, também, ao passar-lhe na porta da sua residência o Corpo, dirigiu-lhe a palavra, louvando-lhe o

³⁹ “A Imprensa”, de 12-8-1865

patriotismo, especialmente louvando o digno Comandante e sua família que tanto concorreram para a apresentação de tão grande número de Voluntários da comarca de Parnaguá.

“Finalmente dirigiu ainda o Sr. Lima e Castro a palavra aos Voluntários, demonstrando-lhes a conveniência e necessidade da disciplina e da obediência nos campos do Exército, principalmente em tempo de guerra”.⁴⁰

A tropa de Parnaguá chegou a Teresina sem nenhuma deserção. Mas aqui a coisa mudou. No dia 22 de julho o Coronel comunicou ao Presidente a deserção do 2º sargento Francisco Luís de Freitas, do furriel Eleodoro Alves Pindaíba, do cabo Cândido dos Reis Pinto e dos soldados Antônio Francisco dos Reis, Raimundo Estevão dos Reis e Clementino Dias dos Reis, todos vindos de Parnaguá. No dia 2 de agosto evadia-se, atirando-se no rio, o Guarda G. N. Geraldo Rodrigues da Cruz. As escoltas enviadas para prender estes desertores voltaram sem nada conseguir.

Pouco depois desertaram mais dois: Os Voluntários João Lourenço Correia Neves e Martinho José Tavares.

No dia 28 de julho morria no quartel, vítima de uma apoplexia, o 1º Sargento Francisco Tavares de Lira.

Desde maio funcionava em Teresina uma sociedade beneficente cuja finalidade era angariar recursos para proporcionar às famílias dos piauienses que se alistassem Voluntários um meio de subsistência, garantindo-lhes, na medida do possível, o pão de cada dia. Infelizmente sua atuação foi quase nula e durou pouco.

Também as senhoras de Teresina, de todas as classes, trabalhavam gratuitamente na confecção de fardamentos, de lençóis e de camisas para os soldados.

No dia 10 de agosto o 2º de Voluntários embarcou para Parnaíba levando um efetivo de 355 praças e 20 oficiais. Em Parnaíba uniram-se a ele mais 50 praças.

Com o 2º de Voluntários embarcou a 1ª Companhia de Guardas Nacionais, sob o comando do Capitão Sinfrônio Olímpio de Moraes, com um efetivo de 97 praças e 3 oficiais.

O 2º devia sair da Província com uma força ofensiva de 525 homens.

Mas deixemos que falem as testemunhas do fato:

⁴⁰ “A Imprensa”, de 12-8-1865

"Partiu no dia 10 para Parnaíba, com destino à Corte, nos vapores e barcas da Companhia, o 2º Corpo de Voluntários desta Província, sob o comando do distinto ten.-cel. José Lustosa da Cunha, e a 1ª Companhia de Guardas Nacionais Expedicionários, sob o Comando do capitão Sinfrônio Olímpio de Moraes, ambos com uma força de cerca de 400 praças, às quais se reunirão na Parnaíba seguramente 50 praças ali aquarteladas.

"Foi um dia de festa pública entremeada de lágrimas de saudade.

Às 7 horas da manhã estavam em frente da Matriz o Corpo e a Companhia. Teve lugar a Missa a que assistiram e em seguida a benção de sua bandeira. Ao entregá-la S. Excia. ao Sr. Comandante do mesmo Corpo, proferiu o Rvdo. Vigário um animado discurso. Depois S. Excia. dirigiu palavras entusiásticas e de animação aos bravos piauienses, que assim corriam em desafronta da Pátria.

"Seguiu-se depois a marcha para o lugar do embarque.

"Aí proferiu ainda S. Excia., com a eloquência que lhe é própria, um belo discurso. O Sr. Deputado Lima e Castro fez-se também ouvir. Finalmente o Sr. Eugênio Marques de Holanda ocupou a atenção dos circunstantes. Imenso povo bordava as margens do rio. Todas as pessoas gradas da capital e suas famílias foram dar os últimos adeuses a esse punhado de bravos que vão reunir-se aos soldados da civilização e da liberdade.

"Ao meio dia deslizavam-se águas abaixo os dois vapores, levando corações palpitantes de amor à Pátria e deixando saudades aos que os admiravam. Ventos propícios e brandas águas conduzam esses patriotas ao seu destino".⁴¹

Até este embarque ainda havia algum entusiasmo pela guerra em Teresina e no interior. É verdade que as deserções multiplicavam-se, mas alguns Voluntários ainda se apresentavam. Daí por diante a coisa arruinou a tal ponto que o Governo Provincial viu-se forçado a empregar a força para completar os efetivos que o Governo Imperial exigia.

A Guarda Nacional falhara, apesar da atuação dos Comandantes Superiores e de algumas pessoas influentes a quem o Presidente escrevera pedindo-lhes secundassem os esforços dos primeiros. Os chamados *guardas designados* pelas comissões locais fugiam para os matos e não se apresentavam.

Do interior chegavam ofícios mais ou menos do teor deste do Comandante de Jerumenha: "...a despeito dos esforços empregados, apresentaram-se apenas 10, recorrendo todos os mais à fuga, apoderados do

⁴¹ "A Imprensa", de 19-8-1865

pânico terror de que se acham possuídos os seus ânimos pelos boatos de guerra que a respeito do procedimento dos paraguaios propalam com feias cores, terror este que se tem desenvolvido não só nesta Província como nas comarcas da Província vizinha.”⁴²

Tal situação configurava-se no país inteiro.

Aqui a imprensa deu o alarme:

“Às armas! É o grito uníssono que repercute do sul ao norte do Império. Às armas!

“O Piauí tem respondido de maneira louvável a esse reclamo de guerra. Aí estão estes dois Corpos de bravos Voluntários que lá vão em demanda dos perigos, mas também em busca de glórias.

“O Piauí tem feito muito, é verdade, mas não fez ainda tudo quanto pode fazer.

“A Guarda Nacional ainda não foi cumprir sua augusta missão. Uma Companhia apenas seguiu para o teatro da guerra. A Guarda Nacional, pois, cabe ir quanto antes cumprir seu dever, consignado na lei de sua instituição.

“A ninguém é dado recuar na hora do perigo. A Guarda Nacional cometeria um crime se fugisse ao cumprimento de seus sagrados deveres.

Eia, briosa milícia piauiense, ide reunir-vos aos vossos irmãos que já lá foram, ide colher com eles os louros da vitória que é certa, porque combatareis por uma causa santa.

“S. Excia. o Sr. Presidente da Província acaba de expedir novas instruções acerca da reunião e remessa dos contingentes que devem formar os corpos destacados, na forma das ordens do Governo Imperial.

“Quando a Pátria está em perigo todos os sacrifícios estão aquém do que deve ela.

“Todos que estão em caso de pegar em armas devem marchar. Não haja contemplações, nem distinções. Todos são cidadãos brasileiros.”⁴³

As instruções que a imprensa menciona já são bem rigorosas. Falam, por exemplo, em captura de Guardas, no deslocamento dos mesmos devidamente escoltados para Teresina, de penas para os chefes que não cumprirem as ordens recebidas.

⁴² “A Guerra do Paraguai - Documentos - Vol. II”

⁴³ “A Imprensa” de 16-9-1865

"Instrução aos Comandantes Superiores da Província.

"O Presidente da Província, tomando em consideração a urgente necessidade que há de remeter-se para a campanha do sul do Império o contingente de Guardas Nacionais distribuído à Província pelo decreto 3.383, resolve expedir novas instruções relativas ao dito contingente, a saber:

1º) A designação dos Guardas abonados a serviço de Corpos destacados será feita no mais curto espaço de tempo pelos comandantes dos respectivos Corpos, com recurso imediato para os Comandantes Superiores e destes para a Presidência. Decreto 3.506, de 4-8-1865, art. 1º.

2º) Os Comandantes dos Corpos, ouvidos sempre que possível os Comandantes de Companhia, designarão em cada uma delas 5 Guardas Nacionais, os quais os mesmos Comandantes ficarão obrigados a apresentar aos Comandantes de Corpos no dia que por estes lhes for prefixado. Para este fim procederão com toda a energia e atividade à captura dos Guardas Nacionais de sua Companhia designados que se ocultarem ou por qualquer meio se esquivarem a destaca, empregando em semelhante captura o número suficiente de Guardas Nacionais seus Comandados.

3º) Serão aceitos, com as mesmas vantagens concedidas pelo decreto 3.371, de janeiro deste ano, aos Voluntários da Pátria, os Guardas Nacionais que voluntariamente se prestarem a marchar para a guerra. Decreto nº 3.505, de 4 de agosto último.

4º) Os Comandantes Superiores, Comandantes de Corpo e de Companhia, enquanto não se remeter definitivamente para esta Capital os respectivos contingentes, deverão permanecer em suas paradas, para com mais presteza darem cumprimento às ordens da Presidência.

5º) Os Comandantes Superiores darão as mais terminantes providências afim de que marchem logo para esta Capital, da sede dos Comandos Superiores ou da dos Corpos, conforme for mais curta a viagem, os Guardas Nacionais designados, à proporção que se forem reunindo e aquartelando, contanto que de cada vez nunca se remeta menos de 20. Os mesmos Guardas virão escoltados, se for preciso, e sempre ao mando de um oficial subalterno, escolhido pelos Comandantes Superiores ou pelos Comandantes de Corpo, com participação àqueles, nas competentes paradas.

6º) Os vencimentos dos referidos Guardas serão pagos pelas Coletorias gerais dos municípios, contando-se a etapa na razão de 590 réis diários, e deverão constar de guias nas quais declaram-se as quantias recebidas por cada um dos ditos Guardas, desde e até quando. No caso, porém, de que não haja Coletoria no município ou a que houver estiver desprovida de dinheiro, os Comandantes Superiores e os Comandantes de Corpos ficam autorizados a contrair empréstimos de quantias que forem indispensáveis para as despesas em questão, declarando-se o Governo responsável por tais empréstimos e obrigando-se a solvê-los com prontidão.

7º) Os Comandantes Superiores, precedendo informação dos Comandantes de Corpos, participarão sem demora a esta Presidência quais os Comandantes de Companhia que deixarem de cumprir pontualmente a obrigação que lhes é imposta na instrução 2; assim como os nomes de quaisquer oficiais que não se prestarem ao serviço, afim de serem estes ou aqueles suspensos por esta Presidência, por tempo indeterminado, e de serem outros nomeados em seus lugares, além de sofrerem as penas do art. 100 da lei nº 602. Decreto 3.506, art. 4º.

8º) Para apresentarem nesta capital os respectivos contingentes, fica marcado o prazo de dois meses e meio, contados de hoje, aos Comandantes Superiores da Província, exceto os de Jaicós e de Parnaguá para os quais o prazo é de três meses e meio, sob pena de serem suspensos pela Presidência por tempo indeterminado os referidos Comandantes Superiores, os quais também marcarão prazos aos Comandantes de Corpos que no caso de falta incorrerão na mesma pena, para reunirem com a necessária antecedência os Guardas designados do mesmo Corpo. Decreto nº 3.506.

9º) Nos lugares em que a Guarda Nacional se não quiser prestar ao serviço de guerra, será ela suspensa na forma do art. 5º da lei de 19 de setembro de 1850, por esta Presidência, que proporá ao Governo Imperial sua dissolução em face do art. 4º da mesma lei. Decreto nº 3.506.

“Palácio do Governo da Província do Piauí, 1º de setembro de 1865.

Franklin Américo de Menezes Dória”.⁴⁴

Mas nem assim a coisa melhorou. Os guardas designados continuaram fugindo, escondendo-se. Os chefes oposicionistas, agora, por motivos simplesmente políticos, facilitavam abertamente tais fugas e davam abrigo, nas suas fazendas, aos fugitivos.

Não podendo mais confiar muito nos Comandantes locais, pelas vinculações naturais dos mesmos aos seus interesses paroquiais de parentesco, de amizades, de influências as mais diversas, o Presidente deu ao recrutamento forçado uma organização estritamente militar.

Autorizado pelo aviso circular do Ministério da Guerra, de 6 de agosto de 1865, por portaria de 14 de setembro dividiu a Província em cinco distritos militares para os fins do mesmo aviso, a saber:

1º Distrito - Município de Parnaíba, Pedro II, Piracuruca, Barras, Campo Maior e União.

2º Distrito - Valença, Marvão, Príncipe Imperial e Independência.

⁴⁴ “A Imprensa” de 9-9-1865

3º Distrito - Oeiras, Picos, Jaicós e S. Raimundo Nonato.

4º Distrito - S. Gonçalo e Jerumenha.

5º Distrito - Bom Jesus do Gurguéia e Parnaguá.

Para cada distrito nomeou um chefe de sua inteira confiança e com carta branca para agir no território de sua jurisdição.

Agora as patrulhas encarregadas da captura dos desertores e fugitivos obedeciam a estes chefes e não mais aos chefes locais.

Como era de se esperar, recrudesceram as violências. Lares eram cercados, noite velha, e invadidos, para as buscas que se faziam necessárias. Choviam protestos na imprensa da oposição. Mas onde já si viu guerra sem violência?

Os capturados eram algemados e trazidos para Teresina, sob escolta. Mais de uma vez as escoltas foram atacadas, no caminho, por gente armada, e os prisioneiros, libertados. Posteriormente, os autores de tais assaltos foram aprisionados e severamente castigados.

E já tinha havido coisa muito pior. Quando o recrutamento ainda estava confiado a Comandantes Superiores da Guarda Nacional, o de Parnaíba, Tenente-Coronel Eleutério Antônio Soares Braga, negociava com os Guardas capturados por sua patrulha, recebendo dinheiro para soltá-los. Vamos aos documentos:

“Constando-nos, na cidade de Parnaíba, que o destacamento ambulante de 50 Praças da Guarda Nacional estacionado em Buriti dos Lopes nenhuma utilidade prestava ao serviço a que foi destinado, requisitei do Comandante Superior Interino que o mandasse dissolver, como V. Excia. verá do ofício, por cópia junta, e levando este negócio ao conhecimento de V. Excia. espero que aprovará o meu procedimento.

“Entretanto, nenhuma resposta tive do dito Comandante Superior; mas contou-me que foi atendida minha requisição.

“Esse destacamento, além de nenhum serviço prestado, tem servido de incentivo para aquele Comandante Superior Interino, o Chefe de Estado Maior Eleutério Antônio Soares Braga, por em almoeda (leilão) a soltura dos indivíduos por ele colhidos, e de modo o mais revoltante possível, como fui informado por todas as autoridades daquela cidade, inclusive o distinto Dr. Juiz de Direito da Comarca.

“Chega a imoralidade daquele Chefe de Estado Maior a ponto de ter mandado a um requerente, que lhe oferecia 50 mil réis pela dispensa de um indivíduo, que juntasse mais *documentos*; e como este o entendendo oferecesse mais 30 mil réis, foi logo servido. Este fato e outros muitos são na Parnaíba narrados de público, e os ouvi de autoridades e de particulares com quem tive

de conversar, pelo que, me cumprimento do meu dever e por amor da moralidade pública, julgo dever levá-lo ao conhecimento de V. Excia. José Manoel de Freitas, Chefe de Polícia".⁴⁵

O despacho da Presidência veio na medida exata:

"O Presidente da Província tendo ciência pelo ofício do Dr. Chefe de Polícia de 3 do corrente mês que o Comandante Superior interino da Guarda Nacional do município de Parnaíba, ten.-cel. Chefe do Estado Maior Eleutério Antônio Soares Braga, há posto em almoeda a soltura de Guardas Nacionais designados para o serviço de Corpos destacados, como informaram ao dito Dr. Chefe de Polícia todas as autoridades daquela cidade como, inclusive o Dr. Juiz de Direito da Comarca, resolve suspendê-lo, fundado no art. 8º da lei de 3 de outubro de 1834, e manda que seja responsabilizado como indiciado no art. 130 do Código Criminal.

"Pela Secretaria façam-se as comunicações precisas.

Palácio da Presidência da Província do Piauí, em 22 de dezembro de 1865.

Franklin Américo de Menezes Dória.⁴⁶

Mas o esforço de guerra continuou, apesar de tudo.

De Teresina partiam para o Sul, por Parnaíba ou por Caxias, os contingentes, com regularidade espantosa.

Vamos mencionar alguns deles, por ordem cronológica das partidas.

Em dias do mês de junho, o Alferes Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, com uma escolta de 28 praças, levou um contingente para S. Luís, indo por Caxias, pelo rio Itapicuru. Infelizmente não conseguiu o efetivo de tal força mas, pelo número de praças da escolta, não devia ser muito pequeno. Em São Luís grassava a varíola e lá ficaram atacados da peste dois Guardas da escolta.

A 27 de agosto (1865) o Tenente André Monteiro da Cunha embarcou no *Uruçuí*, para Parnaíba, levando 30 praças.

Em 7 de outubro, o Tenente G. N José Ferreira de Carvalho Sobrinho, a bordo do *Paranaguá*, levou a Segunda Companhia de Guardas Nacionais Expedicionários, com um efetivo de 116 praças, 3 oficiais e 11 Voluntários da Pátria.

⁴⁵ "A Imprensa" de 24-3-1866

⁴⁶ "A Imprensa" de 24-3-1866

Àquela altura dos acontecimentos, o Presidente tinha conseguido formar uma grande unidade. Tratava-se do 1º Batalhão de Guardas Nacionais Expedicionários, com um efetivo de 462 praças e 18 oficiais. Era Comandado pelo ten.-cel. G. N. Pacífico da Silva Castelo Branco, membro distinto de família importante da Província e rico fazendeiro no município de União.

Este Corpo partiu de Teresina no dia 17 de novembro (1865) embarcado nos vapores *Uruçuí*, *Conselheiro Paranaguá* e na barca *Poti*, da *Companhia Piauiense de Navegação*.

Entre Teresina e Parnaíba desertaram 29 praças. Em Parnaíba ficaram doentes o Capitão Viridiano de Sousa Broxado e 23 praças. Em 22 de novembro a tropa estava no Porto de Amarração. Lá ficaram doentes mais 30 soldados.

Quando o Batalhão, no dia 27, tomou o vapor *Camocim* para São Luís já só levava um efetivo de 380 praças e 17 oficiais, incluindo 17 praças que recebera em Parnaíba.

Em 7 de dezembro, a bordo do *Uruçuí*, escoltados por 20 praças e 1 alferes, seguiu um contingente composto de 2 Voluntários, 10 Guardas Nacionais designados, 37 recrutas para o Exército e 5 recrutas para a Armada, sob o comando de 1 alferes e 1 cadete.

A 7 de janeiro (1866), a bordo do *Uruçuí*, escoltados por 1 alferes e 20 praças, seguiram 69 Voluntários, Guardas designados e recrutas para o Exército.

Aos 19 de janeiro, a bordo do *Paranaguá*, seguia o 2º Batalhão de Guardas Nacionais Expedicionários (2 Companhias), com um efetivo de 172 praças e 7 oficiais.

A 11 de fevereiro, no vapor *Uruçuí*, seguiram 34 Guardas designados, 1 Voluntário para o Exército e 8 recrutas.

A 18 de fevereiro (1866), pelo *Conselheiro Paranaguá*, seguia um contingente de 167 libertos, 1 Voluntário, 12 Guardas designados e 2 recrutas, sob o comando do Major Antônio Ferreira Lima Abdoral, que veio do Sul para levar esta tropa. Era a primeira vez que seguiam escravos do Piauí; não mais escravos, porque tinham sido libertados nas vésperas da partida.

Em 21 de março, a bordo do *Paranaguá*, seguiam 42 guardas designados, 3 Voluntários para o Exército, 8 recrutas, 1 aprendiz de marinheiro e 1 liberto.

A 17 de abril, também pelo *Conselheiro Paranaguá*, seguiam 22 Guardas designados e 3 recrutas.

Em 8 de junho, ainda pelo *Paranaguá*, seguiram 50 guardas designados, 11 recrutas para o Exército, 3 Voluntários para o Exército, 5 aprendizes de artilheiro e recruta para a Armada.

A 17 de julho, o Capitão Gil da Cunha Lustosa, que veio do Sul em licença, levou um contingente de 37 guardas designados, 3 Voluntários, 6 recrutas para o Exército, 5 recrutas para a Armada e 3 aprendizes de artilheiro.

Em 22 de setembro, a bordo do *Conselheiro Paranaguá*, seguiram 15 Guardas Nacionais e 3 recrutas.

Mas vamos parar com esta relação que já se torna enfadonha. Os contingentes continuaram partindo.

O povo já estava desencantado com a guerra. Há muito que a vibração popular com a saída dos contingentes tinha desaparecido. O que havia realmente era pena dos soldados que partiam, simplesmente. Também, pudera! Os pobrezinhos, na sua maioria, partiam algemados.

Vejamos como um jornal oposicionista descreve a despedida de um contingente que saiu no dia 17 de agosto de 1869:

“Ontem saiu desta cidade uma força conduzindo 23 algemados para as charqueadas de Lopez. A guerra está acabada; em Assunção já existe um Governo provisório, feitura do Sr. Paranhos, inspiração do Sr. Dom Pedro Segundo, e no entanto diariamente vão sendo enviados novos contingentes para a guerra de honra do Império.

“O que houve de mais notável por ocasião da saída desses pobres homens foi testemunhar toda a cidade a sátira dolorosa e pungente que os dominadores atiravam-lhes na hora em que eles, saudosos e debulhados em amargo pranto, deixam a terra natal. Viu-se uma banda de música, sustentada e mantida com o produto do que é extorquido ao Guarda Nacional destacado, vir tocando alegres peças a frente da escolta que conduzia as vítimas da prepotência, do ódio e do rancor, para os festins do Imperial Senhor.

“E o povo? Mostrou-se indiferente a essa cena de agonia. “A música atravessou o rio Parnaíba e esteve na vila de S. José das Cajazeiras até às 8 da noite”.⁴⁷

O último contingente expedido elevou o número de piauienses engajados na guerra a cerca de 3.800. Foi um tributo bem pesado que pagamos, pois toda a população da Província ia a um pouco mais de 200.000 habitantes, naquela época.

⁴⁷ “O Amigo do Povo”, de 21-8-1869

NOS CAMPOS AVANÇADOS DO EXÉRCITO

Localizar os piauienses nos campos avançados de treinamento do Exército é tarefa impossível, pois à proporção que se formavam para adestramento seguiam para as linhas de frente, onde morreram, aos milhares, de ferimentos recebidos na luta e também de doenças ali contraídas.

Combateram em todas as frentes, começando pelos campos de Uruguaiana invadidos pelo inimigo, até a campanha das Cordilheiras.

Sabemos que o 1º Batalhão de Guardas Nacionais Expedicionários, que saiu de Teresina a 17 de novembro de 1865, sob o comando do ten.-cel. Pacífico da Silva Castelo Branco, uniu-se a um contingente de Voluntários da Pátria do Rio Grande do Norte e constituiu novo batalhão com a denominação de 55º de Voluntários. Seguiu para o campo da luta com o seguinte comando:

Comandante – Pacífico da Silva Castelo Branco, Major José Bento Gonçalves, Alferes ajudante Jeremias de Lima e Almeida, Alferes quartel-mestre Manoel Muniz Barreto, Alferes Secretário Honorato Gonçalves Lima, Capelão militar pe. Joaquim Severiano Ribeiro Santos, Capitães Benjamim José Teixeira, José Maria das Chagas Fernandes e Brito, José Crisóstomo de Oliveira Júnior, José Antônio Sampaio. Tenentes Mariano Alves Pacheco, Beltrand José Gomes de Carvalho, Antônio Premênio Pedroza Galvão, Manoel Cornélio Barbosa Cordeiro, Clodoveu Epaminondas Portela Ferreira, Alferes Francisco de Lima e Castro, Manoel de Santana, Matias Antônio de Macêdo, Xisto Batista Vieira, Leoli de Araujo Costa, Lino José de Souza, Raimundo Nunes de Souza e Sebastião Leopoldo Castelo Branco.⁴⁸

O Corpo de Guarnição que foi o primeiro a sair de Teresina a 10 de março de 1865, com brasileiros de outras Províncias, constituiu o 15º de Infantaria. No Passo da Pátria foram promovidos alguns piauienses deste batalhão, a saber:

A Capitães, os Tenentes Rosendo de Lima e Antônio Marques de Souza.

A Tenente os Alferes Honorato Ferreira Cabral, Sigisnando Cícero de Alencar Araújo, José Antônio de Souza Sombra e Clemente José Ferreira.⁴⁹

O 2º de Voluntários, saído de Teresina a 10 de agosto de 1865, sob o comando do ten.-cel. José Lustosa da Cunha, depois de tomar o número 39 foi dissolvido e, no acampamento do Exército junto a *Alagoa Brava*, uniu-se ao Batalhão 24º da 4ª Divisão do Exército, cuja denominação conservou até seu quase aniquilamento na batalha de Tuiuti.⁵⁰

⁴⁸ "A Imprensa" de 10-2-1866

⁴⁹ "A Imprensa" de 24-2-1866

⁵⁰ "A Imprensa" de 10-3-1866

Como se compuseram o 1º de Voluntários e os demais piauienses que saíram da Província em pequenos grupos nada sabemos, até agora.

OS QUE SE SACRIFICARAM OU SE DISTINGUIRAM

“Rendeu sua alma ao Criador no acampamento de *Concórdia* o Cel. Luiz Antônio Ferraz, que aqui exerceu dignamente o lugar de Major do Corpo de Guarnição. Seguindo desta Província como ten.-cel. do 12º Batalhão de Infantaria, obteve promoção por atos de bravura na tomada de *Paissandu*. Era um dos mais disciplinadores, inteligentes e bravos oficiais do Exército brasileiro.

“Tratando do falecimento de tão distinto oficial, o *Correio Mercantil* do Rio diz: “Sua morte importa tanto como a perda de um exército”.⁵¹

“Faleceu nos campos de Uruguaiana o Capitão Xilderico Cícero de Alencar Araújo, pertencente ao Corpo que foi de Guarnição desta Província, onde era aquele oficial bem conhecido pelo seu zelo pelo serviço. Marchando para a campanha com o Corpo a que pertencia, levou em sua companhia 5 filhos, deixando em Oeiras sua esposa e 7 filhos que se acham ao desamparo pela perda daquele que tudo sacrificou para correr em defesa da Pátria ofendida”.⁵²

“Segundo vimos publicado na ordem do dia do Quartel General, de 22 de fevereiro deste ano (1866), vindo no correio último, faleceu na cidade de S. Gabriel o Dr. Manoel Joaquim Rodrigues de Macêdo, segundo cirurgião do Corpo de Saúde do Exército. O Dr. Macêdo, era filho desta Província (Piauí) onde gozava de geral estima por suas excelentes qualidades.

“Também nos consta, por carta particular, que faleceu no acampamento do Exército em operação fora do Império o nosso amigo Tenente Lauriano Ulderico de Oliveira Lima.

“Lá se finaram o nosso velho amigo Major Miguel Ferreira Cabral e os Alferes Domingos da Costa Alvarenga e José Francisco de Souza Gamenha”.⁵³

Este último partiu de Teresina no dia 10 de agosto de 1865, como sargento da 4ª Companhia do 2º Corpo de Voluntários do Piauí.

“...apresentamos à consideração e estima pública o nome do Tenente Antônio Lopes Castelo Branco e Silva Sobrinho, filho do nosso bom amigo Major Liberato Lopes e Silva, residente nesta cidade (Teresina).

⁵¹ “A Imprensa” de 7-10-1866

⁵² “A Imprensa” de 10-2-1866

⁵³ “A Imprensa” de 21-4-1866

“A respeito deste valoroso jovem diz assim a participação do Comandante do 12º Batalhão de Infantaria publicada na ordem do dia do Quartel General de 7 de julho último, em relação aos diferentes ataques nos dias 16 e 17 de abril “... merecendo especial menção os Srs. Capitães Afonso José Almeida Côrte Real, Pedro Álvares de Alencar e Tenente Antônio Lopes e Silva Castelo Branco Sobrinho, que praticaram atos de bravura dirigindo na melhor ordem e com inteligência as suas Companhias nas linhas de atiradores.”

“Consta-nos ainda particularmente que a esse distinto oficial, depois logo do desembarque na costa inimiga, a 16 do referido mês de abril, coube a arriscada tarefa de explorar o campo, à frente de 8 praças, com as quais defendeu-se do grande número de inimigos que, emboscados, pretendiam atacar as nossas primeiras forças desembarcadas, podendo a tempo prevenir ao General que logo tomou as precisas providências e derrotou o inimigo. Sabemos igualmente que o Tenente Lopes ocupou-se na instrução de diversos batalhões de Voluntários. Morreu na batalha de Lomas Valentinas.

“Devemos ainda mencionar o nome do Capitão André Monteiro da Cunha que, conquanto não seja filho desta Província, todavia, residindo nela há muitos anos, deixou aqui irmãos e outros parentes e marchou como oficial desta capital.

“Este oficial foi ferido no combate de 24 de Maio (Tuiuti) e dizendo que pertencia, nessa ocasião, ao 1º de Voluntários da Pátria, temos feito o seu elogio”.⁵⁴

O Capitão André Monteiro, como se recordam, saiu de Teresina no dia 27 de agosto de 1865, no posto de Tenente, comandando 30 praças.

“Cabe-nos lamentar a morte do jovem Alceu José da Silva Conrado, desta capital. Alistou-se este jovem de pouco mais de 18 anos, voluntariamente, para a guerra, e fazia parte do 24º Batalhão quando no glorioso mas sanguinolento 24 de Maio caiu vítima de seu patriotismo, traspassado por uma bala inimiga”.⁵⁵ Grifos nossos.

Tomaram parte nessa ação os batalhões que compunham a 4ª Divisão, sendo reforçados pelos batalhões 6º de Infantaria e 9º de Voluntários da 1ª Brigada. Segundo informações fidedignas, portaram-se heroicamente o Cel. José Antônio da Silva Guimarães e o ten.-cel. José da Cunha Lustosa, comandante de 24º de Voluntários.

“Ainda uma vez o sangue piauiense regou o ingrato solo paraguaio. O Capitão Fábio Lustosa da Cunha e o Tenente José Messias de Araújo, filhos de Parnaguá, foram este ferido e aquele contuso nos combates de 16 e 18 de julho, segundo vimos de uma carta particular.

⁵⁴ “A Imprensa” de 25-8-1866

⁵⁵ “A Imprensa” de 25-8-1866

"Ao Capitão Anfrísio Fialho, natural de Oeiras, coube a glória de dirigir dignamente nesses ataques uma bateria.

"Ao Tenente Eudoro de Carvalho coube a glória de dirigir, à noite, uma Companhia de sapadores que abriu caminho, por entre a metralha e a fuzilaria, aos nossos bravos."⁵⁶

Fábio Lustosa da Cunha saiu de Teresina com o Segundo Corpo de Voluntários, no dia 10 de agosto de 1865, no posto de Tenente da 2ª Companhia.

"No hospital de Corrientes faleceu de desinteria o Tenente Damasco Gonçalves Guimarães, que daqui partiu como Voluntário".⁵⁷

Ele partiu de Teresina no dia 7 de outubro de 1865, com a 2ª Companhia de Guardas Nacionais, no posto de Alferes.

"O Govêrno Imperial acaba de louvar em ordem do dia o ten.-cel. do extinto 55º de Voluntários, Pacífico da Silva Castelo Branco, que veio do 1º Corpo do Exército em operação contra o Paraguai, pelos serviços ali prestados".⁵⁸

"Em Corrientes, no Estado argentino, faleceu no dia 7 de outubro último (1866) o Capitão de Voluntários da Pátria desta Província, Francisco Luís Pereira de Carvalho e Silva, em consequência do ferimento de uma bala que lhe penetrou no peito direito, no ataque de Curupaiti, a 22 de setembro. Natural da cidade de Oeiras e residente na vila de Barras, onde se dava à vida pacífica de advocacia, apenas a Pátria pôs em prova a dedicação de seus filhos o Capitão Francisco Luís apresentou-se voluntário e seguiu com o 1º Corpo que desta Província partiu para o teatro da guerra. Não lhe obstaram o propósito a cara esposa e os ternos filhos, que ora ficam na viuvez, orfandade e pobreza. Fez a campanha de Uruguaiana. No combate de Curuzu o nobre piauiense portou-se heroicamente. Eis a parte do Comandante de seu batalhão, onde a bravura do Capitão Francisco Luís ficou gravada em caracteres de sangue. Aí também se mencionam os nomes de outros piauienses, os Srs. Canuto José da Paz, Belarmino de Carvalho Castelo Branco, Nelson Pereira do Nascimento, Luiz Soares Louro, e que não se portaram menos heroicamente.

"Formei com o Corpo (34º de Voluntários) sob meu comando, hoje, pelas 8 horas da manhã, para atacar as trincheiras do forte de Curupaiti, retirando-me pelas 5 horas da tarde, em virtude de uma ordem superior, e depois de um mortífero fogo da artilharia inimiga, do qual tenho a lamentar a perda de alguns oficiais e praças constantes da relação inclusa. Portaram-se com muita distinção e bravura o Capitão do 11º Batalhão de infantaria de

⁵⁶ "A Imprensa" de 25-8-1866

⁵⁷ "A Imprensa" de 25-8-1866

⁵⁸ "A Imprensa" de 25-8-1866

linha que serve de fiscal neste, Manoel Joaquim Ribeiro; o capitão da 5ª Companhia, Francisco Luís Pereira de Carvalho e Silva, e o Capitão da 8ª Herculano Martins da Rocha, sendo aquele ferido gravemente na ocasião do combate; Tenente João Lucas da Silva Magalhães, José Rodrigues Gomes Rasgado e João Virgulino Leal, o primeiro ferido e o último sucumbiu, ambos na ocasião; alferes Canuto José da Paz, Jacinto Correia da Silva Bontinelly, Feliciano Augusto de Souza e Manoel Martins Correia e Castro; Sargento ajudante Odorico Mendes Bezerra, 1º cadete Belarmino de Carvalho Castelo Branco e os 2º ditos Antônio Alípio da Fonseca, Nelson Pereira do Nascimento e Luiz de Sousa Louro. Acampamento de Curuzu, 22 de setembro de 1866. Francisco de Lima e Silva, Major Comandante Interino”.⁵⁹

Canuto José da Paz, natural de Campo Maior, alistando-se em Barras voluntário, partiu de Teresina a 19 de abril de 1866, como 1º Sargento do 1º Corpo de Voluntários. Morreu a 21 de março de 1868, comandando uma Companhia do 34º de Voluntários, no ataque ao entrincheiramento de “Sauce”.

Por decreto de 18 de janeiro de 1868 foram promovidos: no 1º Batalhão, a Capitão, o Tenente Belisário Olímpio de Carvalho; no 5º, a Capitão, o Tenente Antônio Lopes Castelo Branco e Silva Sobrinho; no 22º, a Tenente, os alferes José Vieira Matos e Joaquim Alves Feitosa; e a alferes, os sargentos e cadetes Chilon José Avelino, Jeremias de Araújo Costa, Jeremias de Lima e Silva e Manoel José Alves”.⁶⁰ Todos piauienses.

O Capitão Lizandro Francisco Nogueira, sendo estudante em Pernambuco, trocou os livros pela espada, empenhando-se com brio e valor nos campos de batalha em defesa da Pátria.

Também se distinguiram em vários combates os alferes Anfrísio Borges de Carvalho, Manoel Benício Mariz e Simplício Rodrigues Elvas; o 1º cadete Tibúrcio José de Lima e os soldados Higino José de Souza, João Raimundo do Nascimento e Vitorino Francisco da Silva.

O Capitão Pedro José de Moura Leal fez toda a guerra. Tomou parte nas operações das Cordilheiras em perseguição a Lopez. Sua fé de ofício é muito honrosa.

“Por decreto de 6 julho de 1870 do Ministério da Guerra foram concedidas as honras militares do Exército, em atenção aos relevantes serviços prestados na guerra contra o Paraguai, os abaixo declarados, filhos desta Província e que pertenciam e ainda pertencem ao 50º Corpo de Voluntários:

De Capitão, aos Capitães Joaquim José de Lemos Piauí, João Lustosa da Cunha, Belarmino de Carvalho Castelo Branco.

⁵⁹ “A Imprensa” de 2-2-1867

⁶⁰ “O Piauí” de 29-2-1868

De Tenente, ao Tenente Joaquim Aires Cardoso".⁶¹

Os nomes dos outros heróis serão citados quando tratarmos da chegada, na Província, do contingente de piauienses que conseguiram voltar, sob o comando do Capitão João Lustosa da Cunha.

RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS

Em fins de agosto de 1870, o Presidente em exercício, Manoel José Espínola Júnior, oficiou à Câmara Municipal de Teresina nos seguintes termos:

"Sendo esperado nesta capital, pelo primeiro vapor vindo da Parnaíba, o Corpo de Voluntários da Pátria desta Província, que regressa da campanha do Paraguai, comunico à Câmara Municipal que estão dadas as ordens necessárias para ter lugar a recepção do mesmo Corpo no dia em que aqui chegar, pela forma seguinte:

"O Corpo de Voluntários da Pátria desembarcará na rampa do porto desta cidade, onde será recebido pelas autoridades civis e militares e todas as pessoas que comparecerem a esse ato.

"Depois de desembarcar, o nosso Corpo virá, convenientemente formado, à frente do Palácio do Governo onde se farão as continências devidas.

"Em seguida, desfilará em passeata pelas ruas da cidade, até recolher-se ao quartel de 1ª linha destinado a recebê-lo.

"Fazendo esta comunicação à Câmara Municipal, espero que envidará seus esforços para que tenham nesta Província recepção tão brilhante quanto têm sido noutras os bravos Voluntários da Pátria. 23-8-70. Manoel José Espínola Júnior".⁶²

De posse desta comunicação da Presidência, a Câmara Municipal convocou a imprensa de Teresina e juntas discutiram o programa de recepção aos heróis. O resultado da reunião conjunta veio sob a forma de um edital, publicado pela imprensa, e assinado pelos Presidente e Secretário da Câmara.

"Em virtude da resolução tomada, hoje, pela Câmara Municipal, convido a todos os habitantes deste município para assistirem ao desembarque do Corpo de Voluntários da Pátria por esta Província, o qual deve regressar a ela no próximo vapor que tem de vir da cidade de Parnaíba; e bem assim a comparecerem à passeata que, em ato seguido, terá lugar.

⁶¹ "A Pátria" de 17-8-1870

⁶² "A Pátria" de 24-8-1870

"A Câmara Municipal de Teresina, em nome de quem me dirijo aos habitantes desta capital, espera que êstes, alegres pelo feliz regresso desse resto de bravos defensores da Pátria, não só iluminem as suas casas por três noites seguidas, como que conservem muito limpas as respectivas frentes, em suma que façam quanto fôr possível para demonstrarem a grande satisfação dos teresinenses na recepção dos filhos desta Província, que escaparam dessa luta cruenta contra o Governo do Paraguai, cujo desenlace foi tão honroso para a nação, cujos brios e pudor foram brilhantemente defendidos, entre outros, pelos Voluntários da Pátria que vêm descansar, entre nós, das fadigas da guerra longa e honrosa em que estiveram empenhados.

"A todos os comerciantes pede a Câmara Municipal que fechem os seus estabelecimentos desde a hora em que fôr dado o sinal de reunião, que serão três tiros de peças Aquidabã, até às 6 horas da manhã do dia seguinte.

"No oitavo dia, depois que aqui chegarem os Voluntários da Pátria, haverá *Te Deum* na Matriz de N. Senhora do Amparo, às 11 horas da manhã, e para assistirem a esse ato solene desde já ficam convidadas todas as pessoas que a ele quiserem concorrer.

"O resumo do programa para o recebimento do referido Corpo será impresso em avulsos para serem distribuídos pelo povo. 24-8-1870 - Manoel Joaquim de Abreu, Presidente. João Evangelista da Silva, Secretário".⁶³

Depois de ansiosa expectativa da população de Teresina, chegaram finalmente os nossos bravos.

"No dia três do corrente (setembro), aniversário do ataque às baterias de Curuzu, aportou nesta cidade o vapor *Piauí* trazendo em seu bordo o Sr. Capitão João Lustosa da Cunha, digno Comandante do Contingente de briosos Voluntários da Pátria, filhos diletos desta cara Província, onde também tivemos o nosso berço.

"Às 6½ horas da manhã, com o estandarte glorioso que tantas vezes os conduziu à vitória, desembarcaram os Voluntários da Pátria em número de 9 oficiais e 140 praças, sendo dois inválidos.

Desembarcaram, outrossim, 26 paraguaias e 20 menores paraguaios".

"Tendo saltado o contingente de Voluntários, ou antes as relíquias das nossas hostes guerreiras, acompanhados por todos aqueles que concorreram a recebê-los, não como a simples hóspedes, mas como a irmãos queridos que voltavam ao tecto materno, dirigiram-se todos para a frente do Palácio da Presidência, onde foram saudados pelo Exmo. Sr. Espínola, bem

⁶³ "A Pátria" de 24-8-1870

como pelos Srs. Dr. Souza Lima, Dr. Newton Burlamaque, Tenente Raimundo P. de Carvalho, Aprígio Lopes, o "Amigo do Povo", e por último o Sr. Dr. Chefe de Polícia, que todos se dirigiram aos valentes Voluntários em termos muito expressivos, patenteando-lhes o prazer de que se achavam possuídos por vê-los restituídos aos seus penates, após 5 anos de uma ausência farta de perigos, mas abundante de episódios épicos.

"Da frente do Palácio da Presidência seguiu em passeata o contingente de Voluntários, com a veneranda bandeira ornada de 6 corôas Saraiva, dirigiram-se ao quartel de 1ª linha onde se aboletaram as praças, indo os oficiais para diversas casas de particulares.

"À noite iluminou-se a cidade e houve passeata assás concorrida.

"Os habitantes da rua de São José e parte da praça Saraiva, por iniciativa do Capitão José Antônio de Lemos, ajudados por outros cidadãos, promoveram uma brilhante iluminação de mais de 800 luzes em forma de cruz grega tendo ao centro uma coluna transparente com inscrições históricas e patrióticas. A um lado havia uma tribuna previamente preparada, à qual subiram os Drs. Augusto Colim da Silva Rios e Deolindo Mendes da Silva Moura, e o redator deste pequeno periódico, representando cada qual uma das três nações coligadas contra o Paraguai. O Sr. Francelino Euzébio Alves Reis recitou também uma poesia.

"Ao desfilar a passeata pela rua da Glória, o Sr. Celestino Franco de Sá leu um breve mas entusiástico discurso e sobre os Voluntários foram atirados punhados de flores.

"Nos dias seguintes ainda iluminaram a cidade e atiraram-se algumas girândolas de foguetes.

"A 5 houve *Te Deum* na Igreja Matriz do Amparo, findo o qual foi a bandeira depositada no altar da capela-mor; depois do que o Dr. Deolindo Moura, um dos redatores da *Imprensa*, leu um belíssimo discurso.

"Achamos que os festejos aos nossos Voluntários podiam ser feitos com mais expansão do que foram; calamos mesmo certas faltas que se deram por não querermos fazer agora recriminações que poderiam ser tomadas como nascidas de qualquer rivalidade partidária menos nobre.

"Após o discurso do Dr. Deolindo Moura, seguiu-se uma alocução do Revmo. Sr. Vigário Mamede Lima concluindo por dirigir um abraço a todos os Voluntários da Pátria que haviam regressado ao torrão natal.

"Consta-nos que a cidade de Parnaíba excedeu à capital no seu regozilho, que ali foi geral, ao receber os derradeiros bravos do 50º trazidos ao nobre pelo transporte *Marcílio Dias*.

"Eis os nomes dos oficiais que acabam de chegar: Capitão João Lustosa da Cunha, Capitão Belarmino de Carvalho Castelo Branco, Tenentes Raimundo Auxêncio da Silva e Joaquim Aires Cardoso. Alferes Ângelo José de Oliveira, Belarmino Cavalcante de Oliveira, Francisco Ferreira de Carvalho e Mariano Alves Pacheco Lira. Tenente Antônio Lopes Teixeira. Este último não fazia parte do 50º, mas sendo piauiense reuniu-se aos outros no Maranhão, como companheiro de viagem".

Seguem-se os nomes que encontrei dos 140 oficiais inferiores, cabos, anspeçadas e soldados que regressaram:

1º *Sargento* Pedro Alexandre de Amorim. 2º *Sargentos* Luiz Gonzaga da Silva Liberalino, Raimundo de Carvalho e Almeida, João José de Oliveira, André José Raimundo de Carvalho e Almeida, João José de Oliveira, André José Rodrigues, Manoel Francisco das Chagas Leite. *Furriéis* Irineu da Costa Lira, Manoel José Pereira, Miguel Duarte de Souza, Delfino Barbosa de Miranda e Francisco Elói de Moura. *Cabos* João Ferreira de Oliveira, Manoel Estevão Borges, Aprígio Pereira da Silva, Martinho Rodrigues de Santana, João Batista da Silva e Melo, José Severo do Nascimento, Cirino Teófilo Paranhos, João Soares de Carvalho, Marcos José da Cruz, José Demétrio Viana, Tomás Ferreira Dias, Antônio Francisco Gonçalves, Antônio da Silva Mourão. *Anspeçadas* Raimundo Ferreira da Silva, Raimundo Nunes Viana, Laurêncio José de Souza, Francisco Rodrigues de Almeida, Marcos Francisco da Purificação, Bernardo José da Costa, Ciríaco José de Lemos, Avelino José de Abreu, João Ribeiro Soares, Franco Maurício Gomes, José Lopes de Araújo, João Gomes Ferreira, Celestino Martins Souto, Januário Lopes Pereira, João Peres de Macedo, Cecílio José de Carvalho, José Bento da Silva e Antônio Carlos Ferreira. *Soldados* Pedro Ribeiro da Cunha, João Pereira dos Santos, Francisco Raimundo de Souza, Manoel Francisco Marinho, Antônio Cardoso Pereira, João José do Nascimento, Manoel Joaquim dos Anjos, Clementino Batista de Souza, Leonardo Francisco Dias Carneiro, Bernardo dos Anjos, Manoel João Vitor, João Francisco das Neves, Paulino Ferreira da Costa, Antônio José da Fonseca, Raimundo Pereira, Germano Torres Costa, Manoel José Pinto, Tibúrcio Francisco dos Santos, José Manoel Pereira, Raimundo Pereira Cruz, Luís Leal Lopes de Lima, Antônio Abade Barbosa, Mariano Rodrigues da Costa, Manoel da Costa Nonato, Francisco Pereira de Paulo, Lázaro José da Silva, Tertuliano Marques, Antônio Francisco Xavier, Raimundo Antônio do Carmo, Antônio José de Souza, Norberto José de Menezes, Francisco Antônio de Souza, Crispim Damasceno Bispo, Pedro Batista do Nascimento, Florêncio Rodrigues Soares, Bernardino Alves de Souza, Manoel Marcelino Rosa, Severino José de Moraes, Januário da Cunha Simões, Inácio Rodrigues de Carvalho, Vitorino Lopes dos Santos, João Francisco Vieira, Raimundo do Rêgo Feitosa, Francisco Pereira de Souza (corneta), Francisco Barbosa de Souza, Tertuliano Martins de Rezende, Benício Gomes das Neves, José Elias do Nascimento, Bernardino Rodrigues Nunes, Roberto Antônio da Costa, Anastácio Cardoso da Silva, José Leandro de

Azevedo, Camilo Vieira Sales, Plínio Rodrigues de Souza, José Duarte da Silva, Leandro dos Santos Fernandes, Antônio Alves do Nascimento, Manoel Pereira de Carvalho, José Antônio de Oliveira, Constantino Lopes Ribeiro, Joaquim José Teixeira, Gratulino Franklin Pereira da Silva, Domingos José Medeiros, José Benício de Barros, Marcolino Machado da Silva, Isaías Pereira da Silva, Antônio José de Lima, Antônio de Souza Barbosa, Raimundo Francisco Xavier, Tomás de Aquino Leite, Félix Ferreira dos Santos, Raimundo Ferreira dos Santos, Tomás Gomes de Lacerda, José Francisco Ferreira, Basílio Magno Bispo, Teobaldo Pinto de Carvalho, Manoel Lourenço do Nascimento, José Pedro de Loiola, Manoel José da Silva, Agostinho Ferreira de Lima, Jerônimo Rodrigues de Souza, Antônio Raimundo de Souza, Vicente de Rola Pinto, Martinho José da Silva, Mariano José dos Santos, Manoel João do Espírito Santo, Manoel Ferreira de Moraes, Raimundo José Moraes, José Ferreira Diave, Manoel Rosa de Freitas, Joaquim Alves da Costa, Agostinho Epifânio Bispo, Januário Ferreira dos Santos, Cândido de Souza Martins, Belmiro Manoel do Nascimento, Pedro Leandro de Azevedo, José Barbosa de Miranda, Matias Fernandes".⁶⁴

DISSOLUÇÃO DO CORPO

Quando passaram as festas da chegada, a Coluna de bravos foi dissolvida para que eles pudessem voltar aos seus lares e repousar um pouco das fadigas da guerra prolongada e cruenta. Antes, porém, cada soldado recebeu do Capitão João Lustosa da Cunha, Comandante, a sua *exclusão*, na qual constava sua fé de ofício.

Transcrevo uma delas, a de número 11, para que o leitor tenha uma idéia mais clara do assunto:

"Excusa nº 11 - 13 de setembro de 1870.

"O Voluntário da Pátria, soldado nº 75, Jerônimo Rodrigues de Souza, natural da Província do Piauí, cor branca, cabelos escorridos, olhos pardos, estatura baixa, idade 32 anos, estado solteiro, teve baixa do serviço do Exército, nesta data, por determinação do Governo Imperial e na conformidade do que dispõe o art. 4º do Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

"Assentou praça em 1º de abril de 1865, na Província do Piauí, no 50º Corpo de Voluntários da Pátria; marchou para a guerra contra o Paraguai em dias do mês de maio de 1865 e regressou a 3 de setembro de 1870, no contingente dos Voluntários do Piauí.

⁶⁴ "O Amigo do Povo", de 11-9-1870 e 15-10-1870

"Ao receber a presente excusa está pago o soldo e mais vantagens que lhes competiam como Voluntários da Pátria; e bem assim da gratificação de trezentos mil réis, de que trata o art. 2º do Decreto acima mencionado.

"Dos assentamentos constam os combates seguintes: 16 de junho nas fortificações de Humaitá e rendição daquele lugar; combates de Itororó, de 6, 21, 27 e 30 de novembro; rendição de Angustura, em dezembro, tudo do ano de 1868.

"Em firmeza do que mandei passar a presente excusa que vai por mim assinada e selada com o selo das armas imperiais.

"Quartel do Contingente de Voluntários do Piauí, 9 de setembro de 1870.

Capitão João Lustosa da Cunha, Comandante".⁶⁵

Por ato de 10 de setembro de 1870 e de conformidade com o aviso circular do Ministério da Guerra, de 22 de abril daquele ano, o Presidente dissolveu, oficialmente, como disse acima, o contingente. Entretanto, mesmo sem ordem do Ministério da Guerra, S. Excia. organizou um Corpo de depósito para que nele fossem empregados os oficiais e praças dos Voluntários da Pátria que não pudessem desligar-se logo da vida militar. Era um ato de justiça de S. Excia. Este Corpo foi entregue ao Comando de Negreiros.

FRUSTRAÇÃO

A sociedade é uma teia muito delicada de intercomunicações e interdependências dos indivíduos que a compõem.

Nenhum homem normal, dentro de sua comunidade, é uma ilha. Quando ele deixa sua comunidade e viaja para longe e por muito tempo, rompe-se a teia que, paulatinamente, recompõe-se, sem ele. Quando ele volta não encontra mais o *seu lugar*. Torna-se como que um corpo estranho. Nem compreende os outros, nem é mais por eles compreendido. Mesmo os laços de família não conseguem mais ajustá-lo à teia.

Este foi o drama dos brasileiros, dos piauienses que saíram para fazer a guerra e voltaram. À sua volta, tudo havia mudado. A sociedade evoluíra, sacudida por novos ideais.

Mesmo no plano político, a autoridade do Imperador estava sendo aberta e violentamente contestada em toda parte pela propaganda dos ideais

⁶⁵ "O Amigo do Povo", de 15-10-1870

republicanos. Ora, foi o Imperador que o chamou para a guerra. Ele, que devia protegê-los na volta, precisava agora de proteção.

Também os que partiram haviam mudado. Não eram mais os mesmos.

Nada mais natural, portanto, que o desajustamento entre eles e a sociedade que os recebia em festa, na primeira hora.

Somente assim se pode entender o desafogo de um herói, publicado em um jornal de Teresina, alguns meses após a dissolução do Corpo de Voluntários.

Para o governo do leitor amigo eu lhe ponho diante dos olhos, um pouco resumida, esta peça melancólica.

O VOLUNTÁRIO ANTES E DEPOIS DA CAMPANHA

“Não tendo, senhores, a necessária habilitação afim de escrever para um público ilustrado, conservei-me silencioso por algum tempo, porém ferido pela mais negra ingratidão, obrigado por uma força irresistível e não podendo suportar calado tantas injustiças, resolvi com as minhas rudes expressões fazer-vos ciente do quanto sofrem aqueles que, ouvindo o reclamo de sua Pátria, por ela derramaram o seu sangue generoso em longínquas terras de um país estrangeiro.

“Quando em 1865 foi o imprevisto e traiçoeiramente agredido o nosso pelas hostes do ditador do Paraguai, o Brasil não dispunha de Exércitos, nem de Armadas. Despertando do letargo em que jazia, ao ribombar do canhão, tarde lembrou-se de que necessitava de um Exército numeroso para repelir essa invasão tão repentina.

“E vendo o perigo que o ameaçava, apelou para o patriotismo brasileiro.

“Soltou um grito de guerra que repercutiu pelos vales e montes. Ainda me parece ouvir palavras soltadas pelo Gigante que acabava de despertar.

“Suas palavras foram logo respondidas por cem mil vozes dos quais empunharam armas e marcharam.

“Antes, porém, de marcharem esses bravos, eu os vi prestando um juramento: ou voltarem vitoriosos ou contentes lá morrerem por sua Pátria. Nem um momento hesitaram em sacrificar pelo País seus interesses, seu futuro, sua vida.

“Naqueles dias tudo eram flores, tudo eram garantias.

"Eu os vi embarcarem para a Campanha cobertos de benções, de vivas e de louvores.

"Lá no país estrangeiro, longe dos seus, conservaram-se firmes; bateram-se valorosamente em defesa da honra nacional durante 5 anos.

"Que suplícios suportaram? Eu o sei, porque também com eles tudo experimentei: fome, peste, frio, fadigas de marchas precipitadas através de horríveis precipícios, expostos ao rigor das chuvas.

"Tudo suportamos sem desesperar, porque era em favor de nossa Pátria.

"Treze vezes, em combate, minha vida arrisquei por este ingrato país.

"Vi nos muros de Humaitá e Assunção tremular altivo o pavilhão brasileiro.

"De volta daquela campanha na qual gastei cinco anos de minha vida pugnando pela honra nacional, baldo de recursos, falta de meios para subsistir com decência e dignidade, dirigi-me a S. Excia. o Sr. Dr. Manoel do Rêgo Barros Souza Leão, Presidente desta Província, pedindo-lhe um emprego, baseando-se no Decreto nº 3.371 de 7 de janeiro de 1865, o qual manda dar a preferência aos Voluntários da Pátria sobre outro qualquer indivíduo com igualdade de habilitação.

"Tudo debalde. Quatro vezes repeti o mesmo pedido invocando em meu favor razões tais que pareciam impossíveis de não serem apreciadas. Respondeu-me da última vez, verbalmente: estava tratando de economizar os cofres públicos e não de esbanjar o dinheiro da nação.

"Esqueceu-se S. Excia. de que o Voluntário não procurou economizar nem seu tempo, nem seu sangue, nem sua vida, quando a Pátria dele precisou. E eis agora a sua situação; depois de haver triunfado das balas inimigas, depois de haver adornado o peito com honrosas condecorações que atestam seus relevantes serviços na Campanha do Paraguai, o Voluntário sucumbe na sua própria terra aos repetidos golpes da indigência, vítima do rigoroso braço da ingratidão.

"Teresina, 24 de Fevereiro de 1871
Belarmino de Carvalho Castelo Branco".⁶⁶

É sempre assim. A guerra é uma calamidade para os que a fazem.

⁶⁶ "O Amigo do Povo", de 31-3-1871

JOVITA ALVES FEITOSA

Com o 2º Corpo de Voluntários da Pátria, que saiu de Teresina em 10 de agosto de 1865, viajou uma moça cearense, de Inhamuns, Jovita Alves Feitosa, de 17 anos, domiciliada em Jaicós e que se apresentou em Teresina como Voluntário. Até hoje nunca ficou bem claro se, na primeira hora, o Governo Provincial aceitou ou não o seu engajamento como praça. Pelo menos ela se tinha nesta conta e partiu com o batalhão trajando farda e calça branca, com um saiote vermelho, ostentando as insígnias de 2º Sargento para a percepção do soldo de que precisava para seu sustento.

Este estranho soldado transformou-se num mito. Nas horas de crise os povos criam os seus mitos. Também nós tivemos o nosso.

Por onde passe o batalhão piauiense, todas as atenções, todas as manifestações eram dispensadas pelas massas populares ao mito, à *heroína* que ainda nada havia feito que justificasse aquele endeusamento.

Chegando a S. Luís, o batalhão não teve permissão para desembarcar. A varíola grassava naquela cidade. O *Gurupi* que transportava os nossos soldados e o vapor que devia levá-los para o sul ficaram fundeados ao largo, na Ponta d'Areia. Enquanto se processava a passagem dos soldados de um para o outro navio, que foi morosa, a oficialidade desembarcou e com ela desembarcou também Jovita. Assim se expressa um jornal de S. Luís noticiando o fato:

“Com os oficiais que desembarcaram veio também a cidadã Voluntária, que tem sido objeto de maior curiosidade pública, desde que desembarcou.

“Na rampa do Palácio a multidão que ali se havia aglomerado a cercou por tal forma que mal a deixou caminhar.

“Houve, como estava anunciado, o espetáculo em honra da heroína. Ela ocupava o 1º camarote da 1ª ordem, que a empresa lhe oferecera, e foi alvo da admiração do extraordinário número de espectadores que enchiam o teatro. Trajava farda e calças brancas, saiote encarnado, e trazia banda e insígnia de 1º sargento.

“Depois de uma poesia patriótica brilhantemente recitada pela Sra. Da. Manoela e do hino de guerra cantado pelos artistas da Companhia, foi a jovem Jovita chamada à cena pelos espectadores e aí coberta de flores, saudada com grande entusiasmo e prolongados vivas a ela e a seus companheiros de armas. Então ofereceu-lhe a Sra. Da. Manoela uma coroa de flores e um crucifixo de ouro, pendente de um cordão do mesmo metal do valor de duzentos mil réis.

"O Sr. Boaventura José Coimbra de Sampaio, negociante português de nossa praça, entusiasmado pela nobre dedicação da patriótica cearense ofereceu-lhe um fardamento fino de pano azul, e outras pessoas fizeram-lhe diversas dádivas.

"Findo o espetáculo, a maior parte dos espectadores acompanhou a heroína até a sua residência, precedidos de música e ao som de muitos vivas".⁶⁷

"Em S. Luís agregou-se ao Batalhão, como Capelão Militar, o Padre Domingos Elias da Costa Moraes. Num discurso que ele pronunciou frente aos seus novos companheiros destacamos este trecho:

"Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império. Sois dos mais valorosos. Sois dos mais heróicos. Acompanha-vos uma heroína.

Nova Judith, irá ela porventura mostrar às hostes brasileiras a cabeça infanda do nefário Lopez?

Sim, piauienses, esta passagem, virgem nos anais de um povo novo, seja um estímulo para vós. Vede que o sexo frágil vos acompanha. É a visão de nosso Exército. É um anjo dos Voluntários do Norte".⁶⁸

Estava criado o mito. Daí por diante sua consagração não teve mais limite. O batalhão foi relegado para segundo plano. Só havia Jovita Alves Feitosa, a heroína.

No Recife as manifestações foram ainda mais estrondosas. Jovita foi cantada em prosa e verso na imprensa pernambucana.

Na Bahia, a mesma coisa. Ela foi hospedada no próprio Palácio da Presidência.

Mas o nosso mito durou pouco tempo. Mesmo em meio a uma hipnose coletiva, há sempre alguém de olhos abertos para a realidade e que não vai atingido pela onda.

No Rio, às autoridades militares superiores não interessavam mitos e sim soldados.

Aqui na Província os jornais da oposição já desancavam o Presidente por ter consentido no engajamento de Jovita ao batalhão.

Foi então que se deu a desmitização de Jovita.

⁶⁷ "A Imprensa", de 9-9-1865 – transcrevendo de "O Paiz", de S. Luís

⁶⁸ "A Imprensa", de 9-9-1865 - transcrevendo de "O Paiz", de S. Luís

“Depois de muito festejada no Rio, como fôra em outras partes nos teatros, nos passeios, etc., o Govêrno julgou que devia dispensar de marchar como soldado a Voluntária Jovita Feitosa, permitindo-lhe, contudo, que o fizesse como vivandeira. Dizem-nos do Rio que ela recusou e pretende voltar.

“A este respeito cabe-nos dizer:

“Alguém censurou S. Excia. o Sr. Dr. Dória por ter aceitado uma mulher como Voluntário da Pátria, por tê-la feito jurar a bandeira como soldado.

“Entretanto assim não foi. S. Excia. não fez mais do que dar apreço a um rasgo de patriotismo em coração juvenil e rude. Dirigindo-se ao Governo S. Excia. disse que essa rapariga, animada como se mostrava do desejo de prestar a sua terra um serviço qualquer, nas atuais circunstâncias, poderia ser aproveitada como enfermeira, nos hospitais de sangue, a exemplo de outras, se não pudesse sê-lo nos campos de batalha. Não a fez assentar praça de soldado, nem ela jurou bandeira; a graduação de Sargento que lhe deu o Comandante do Corpo foi um meio de proporcionar-lhe um maior vencimento para melhor ocorrer às suas necessidades”.⁶⁹

Talvez por causa de seu atraso nas letras e nos conhecimentos gerais (ela era apenas uma pobre e ingênua matutinha), não lhe foi oferecida a possibilidade de servir ao Exército como enfermeira.

Jovita voltou ao Piauí. Deve ter sido muito melancólica sua volta passando despercebida pelos mesmos portos onde fora, meses antes, tão festejada. Aqui chegando, enquanto conseguia passagem e recursos para viajar a Jaicós, esteve hospedada em casa de família, a pedido da Presidência.

Em Jaicós sua família a recebeu muito mal. Desgostosa, ela regressou ao Rio e ali desapareceu num anonimato infeliz e de pouca duração.

A única notícia que dela vamos ter depois será também a última, e muito trágica:

“Suicidou-se, anteontem, à tarde, na casa da praia do Russel, nº 43, Jovita Alves Feitosa, natural do Ceará, a mesma que viera para esta com o posto de Sargento em um batalhão de Voluntários da Pátria do Piauí, e que tendo depois tido baixa aqui ficou residindo.

“A respeito deste trágico acontecimento e dos motivos que levaram aquela infeliz a dar fim aos seus dias, comunicou-nos a autoridade competente o seguinte:

“Jovita entretinha, há muito tempo, relações com Guilherme Nool, engenheiro da Companhia City Improvement, morador com outro engenheiro da mesma Companhia na casa acima.

⁶⁹ “A Imprensa” de 28-10-1865

"Tendo finalizado o tempo de contrato que Noot tinha com a Companhia, e devendo ele partir anteontem para a Inglaterra, escreveu no domingo à Jovita um bilhete em inglês, no qual despediu-se, participando aquela intenção.

"Desconhecendo a língua inglesa e na suposição de que aquele bilhete não continha mais do que a repetição de cumprimentos que o mesmo lhe havia mais de uma vez dirigido em outros escritos em português, Jovita não se deu pressa em procurar quem lho traduzisse.

Anteontem de manhã, indo alguém à rua das Mangueiras, nº 36, onde morava a infeliz, disse-lhe que Noot havia partido no paquete inglês *Oncida*, notícia esta que lhe causou surpresa e desassossego, tais que a mulher que com ela morava, temendo algum desatino de sua parte, procurava tranquilizá-la, dizendo que talvez não fosse verdade.

"Porém, depois de 2 horas da tarde, fez Jovita chamar um carro e vestida com todo esmêro, nele entrou, mandando que a conduzisse à casa indicada na praia de Russel, onde chegando e sabendo de uma preta que com efeito Noot havia partido, e que seu companheiro não se achava em casa, entrou no quarto que fôra habitado por aquele a quem procurava e tendo pedido um envelope nele meteu alguns papéis com direção a Noot, entregou-o à preta com recomendação de remetê-lo ao seu destino, e sentou-se na cama que ali havia, retirando-se a preta.

"Às 5½, vendo a preta que a moça ainda se conservava no quarto, ali penetrou e encontrando-a deitada na cama com a mão direita sobre o coração e parecendo presa de um ataque, tentou reanimá-la, chegando-lhe ao nariz um vidro com água de colônia, depois do que procurou levantá-la e viu então que a mão colocada sobre o coração apertava um punhal nele cravado até as guardas.

"Foi então chamado o Dr. Peçanha, sub-delegado da Glória, o qual ajudado pelo respectivo médico verificador dos óbitos, Dr. Goulart, procedeu à autópsia no cadáver, verificando ter o punhal penetrado na região precordial, entre a 4ª e 5ª costelas, ferindo ligeiramente o bordo do pulmão esquerdo e indo penetrar na cavidade esquerda do coração.

"No bolso esquerdo do vestido da suicida foi encontrado um bilhete por ela escrito, declarando que ninguém a havia ofendido e que matara-se por motivos que só dela e Deus eram conhecidos.

"Ao sair de sua casa, Jovita despedira-se da mulher com quem morava dizendo-lhe: Adeus, até mais nunca!".⁷⁰

⁷⁰ "A Imprensa" de 16-11-1865

Evangelização no Piauí

Perspectiva histórica de sua implantação e estruturação

A primeira vinda de missionários católicos ao Piauí deu-se por ocasião da 2ª expedição de reconhecimento do rio Parnaíba, o rio Paraguaçu dos indígenas (1676). A expedição foi enviada pelo governo do Maranhão e dela faziam parte dois elementos da Companhia de Jesus – o Pe. Pero Luís e o Irmão João de Almeida. Em matéria de catequese eles nada puderam fazer, pois passaram todo o tempo subindo e descendo o rio, sem quase contato com os índios da margem direita.

Estes mesmos dois elementos foram de rara infelicidade na sua segunda vinda. Então, acompanhavam uma tropa do governo incumbida de uma missão punitiva contra os Tremembés da foz do rio Parnaíba.

Os fatos se passaram assim e nos são contados pelo Padre Betendorf S.J., na sua “Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus do Maranhão.”- Uma nau que vinha do Brasil perdera-se nos baixios de São Roque. Os poucos náufragos que escaparam às águas foram dar em terra alguns dias depois, quase mortos de fome. Estavam naquela praia, por acaso, alguns índios Tremembés que os atacaram e mataram a todos, apoderando-se do que possuíam. Tempos depois estes índios, confiados, começaram a vender, por algumas roças do Maranhão, os pertences dos náufragos assassinados. Desconfiando, as autoridades prenderam-nos e por meio de uma língua interrogaram-nos sobre a procedência daqueles objetos. Apertados, os selvagens acabaram confessando o delito. Foram todos condenados à morte e executados da maneira mais bárbara possível. Amarraram-nos sobre dois paus que foram colocados na boca de dois cachões cheios de balas. Posto fogo à escorva, num abrir e fechar de olhos, os condenados voaram aos pedaços para todos os lados.

Logo depois seguiu a expedição para punir o resto da tribo. O resultado foi uma tremenda carnificina a que assistiram, impotentes, os missionários. De surpresa, caíram os expedicionários sobre os índios, matando sem piedade homens, mulheres e crianças. Contra estas, aliás, não usaram armas. Pegavam-nas pelos pés e davam com suas cabecinhas nos troncos das árvores até morrerem. Afinal, o comandante achou que já estava vingada a morte dos náufragos e bastante acreditadas as armas portuguesas. Ordenou que cessasse a matança. Os poucos índios que restaram vivos foram levados para o Maranhão e vendidos como escravos.

Conta Betendorf que o Padre Superior, tentando catequizar um índio tremembé, falou-lhe do céu, e dele ouviu a seguinte resposta: “Nícatul íbaca, íbinho ícatu”, que quer dizer: “céu não presta pra nada; só a terra, sim, esta é boa.”

Igreja e espada nunca se coadunaram bem. Missionário acompanhando tropa, punitiva ou de ocupação, nunca deu bom resultado. Sempre foi prejudicial à difusão do reino de Deus esta mistura de missionário com tropa armada, em qualquer parte do mundo, mormente na América Latina, inclusive no Piauí.

Depois daquela expedição, os missionários começaram a entrar sozinhos, vindos do Maranhão, da Ibiapaba e da Bahia para missionarem nas fazendas de gado, nos poucos aldeamentos de índios subjugados e nas pequenas povoações que começaram a surgir no nosso território.

Como entraram brancos, negros e mulatos no Piauí? Baseados no "Roteiro do Maranhão a Goiás", datado de 1704, sabemos que foi assim:

"Domingos Afonso Sertão era criador de gado nas fazendas que possuía a "casa da torre" da Bahia, nas margens do rio S. Francisco. Por ela auxiliado, depois de atravessar 30 ou 40 léguas de sertão aspérrimo, entrou pelas cabeceiras do rio Piauí onde estabeleceu as primeiras fazendas de gado que trouxe do rio S. Francisco. Daí vem o nome Piauí que conserva até hoje a capitania."

As guerras de extermínio que os brancos moveram contra os índios dizimaram-nos quase inteiramente. Por volta de 1764, em todo o nosso território havia apenas 3 aldeamentos de índios, em estado precaríssimo, a saber:

Aroazes – Quase inteiramente deserto. Ficava a 9 léguas ao norte da vila de Valença, no lugar da Matriz de N. Senhora dos Aroazes.

Jaicós – Teria apenas cerca de duzentas e tantas almas, naquele ano, e estava situado quase 30 léguas a nordeste da cidade de Oeiras.

Gueguês – Não excedia a 400 almas. A povoação tinha o nome de São João de Sende e ficava a 9 léguas para norte da cidade de Oeiras, sobre uma cordilheira de montes que atravessava toda a capitania.

Quando Domingos Afonso Sertão e seus sócios descobriram estes sertões, estavam eles habitados por muitas nações de tapuias bravos. À proporção que avançaram os currais e surgiram as povoações, os índios foram sendo impiedosamente dizimados de tal sorte que deles só existiam em 1764, como já disse, aqueles 3 aldeamentos e mais alguns restos de selvagens que se refugiavam nas matas de Parnaguá e Santa Filomena.

O governo espiritual do Piauí, nos primeiros tempos, pertenceu ao Bispado de Pernambuco, sendo a Igreja do Mocha filial da Matriz de Cabrobó. Depois passou a pertencer ao Bispado do Maranhão. Em 1697 já havia um vigário em Oeiras, a quem o bispo cometia alguns de seus poderes.

Como foi tentada a catequese dos índios nos primórdios? Provavelmente, em pequena escala, da mesma maneira que os jesuítas a fizeram no Estado do Maranhão:

“Todos os dias, de manhã e de noite, faziam juntar os meninos e as meninas, aos quais juntos, em voz alta, mandavam repetir as orações, rematando sempre com a salve Rainha e o Bendito cantado pelas melhores e mais agradáveis vozes de seus neófitos. Nos domingos se juntavam todos, adultos e crianças, e antes de entrar a missa rezavam a Santa Doutrina, ouviam a explicação dos divinos mistérios e assistiam às missas que nos dias clássicos eram cantadas e acompanhadas de charamelas. Assistiam aos enfermos com muita caridade, curando-os nas suas enfermidades e ajuntando aos remédios do corpo as mais importantes e eficazes medicinas da alma”.

Nas fazendas e povoados faziam aos brancos, negros, e mulatos, já batizados, práticas espirituais que mais os conduzissem à emenda da vida. Feita a devida e costumeira preparação por meio da palavra, o missionário administrava os sacramentos, celebrava missas e distribuía a comunhão. Deixava em cada lugar um catequista que devia fazer, na sua ausência, a doutrina aos pequeninos e instruir os adultos para o batismo, em perigo de morte.

Todos os grandes missionários, estrangeiros, ou nacionais, que fizeram missões no Piauí, seguiram o mesmo método. Isto durante quase 2 séculos.

A pregação era feita à noite, em praça pública, para grandes multidões de todas as idades e de todas as condições sociais. Os temas eram clássicos: os mistérios da fé, os mandamentos, os novíssimos. Carregavam-se as tintas com os sofrimentos do inferno. Depois dos sermões, que eram longos, seguiam-se as confissões, madrugada a dentro. Durante o dia celebravam-se as missas e faziam-se os batizados, as crismas e os casamentos.

Passadas as missões, ficavam os vigários distribuindo os sacramentos. Para serem atingidas as populações rarefeitas do interior, funcionava o regime das desobrigas. Nele quase sempre somente administração de sacramentos, por cuja se cobrava uma taxa em dinheiro ou espécie. Pregação de vigário não produzia no povo o impacto da pregação do missionário. As ovelhas conheciam muito bem os seus pastores, inclusive seus defeitos que não eram poucos, nem pequenos.

Até cerca de 1900, a maioria dos nossos vigários eram amasiados publicamente, sendo que algumas de nossas famílias mais tradicionais são descendentes de padres.

No caso da Igreja do Piauí, a perspectiva histórica é necessária para nos fazer compreender, em grande parte, a situação atual. O presente só será devidamente colocado em toda a sua compreensão, se envolver, entre outros elementos, aqueles que a história nos dá como complementação.

A história da formação sócio-religiosa do Piauí nos informa que nossa Igreja local, ao longo de sua formação dentro e através de nossa sociedade colonial escravocrata, a esta se ligava, trazendo para seu próprio seio, entre outros elementos, a estratificação social e a separação dos sexos, que penetravam até mesmo no recinto dos templos. De modo geral, nas classes de maior condição social recrutava a Igreja seus elementos para as funções sacerdotais. Isto só veio a se modificar já na República. O prestígio de que desfrutavam os padres provinha tanto das famílias mais socialmente representadas, como do próprio exercício das funções eclesiásticas. Na sociedade não importava tanto quem fosse o padre, mas a que família ele pertencia. Com uma sociedade de rígida estratificação social, de separação dos sexos, de respeito servil à autoridade, de obediência às normas, às tradições, aos costumes e aos usos sociais, combinava bem uma Igreja onde a separação entre padres e fiéis fosse rígida, onde as normas eclesiásticas eram sempre impostas, aceitas e nunca discutidas. O predomínio das normas religiosas sobre os valores religiosos fazia de nossa Igreja uma instituição normativa e ritualista. Mais ainda, dava-lhe como garantia de sua continuidade e subsistência o exercício de uma dominação legal sobre os fiéis. O exercício das funções sacerdotais de um lado, e do outro, a conformidade dos atos sacramentais com as normas eclesiásticas, eis o que importava acima de tudo. Não interessava tanto o significado dos atos religiosos; interessava, sim, que fossem praticados e válidos. Nasceu e se consolidou assim, no Piauí, uma vida religiosa desligada das realidades terrenas e exclusivamente voltada para a vida depois da morte. Dava-se na pregação, como já disse, uma ênfase toda especial aos novíssimos. Escapar ao inferno e ganhar o céu, um céu longe da terra e sem nenhuma vinculação com ela, salvar cada um a sua alma. Tudo isto foram realidades de tal forma enaltecidas que ficaram esquecidos o conhecimento de Jesus Cristo, o sentido da vida cristã na terra, o conhecimento dos sacramentos. Tivemos toda uma tradição de pregações sobre o inferno, sobre a morte e uma liturgia de defuntos com sinos gemendo sinais lúgubres e exéquias diante de panos pretos estendidos no chão das naves, cercados de castiçais com velas acesas em “missas de corpo presente”, com o corpo já enterrado, há várias décadas, o vigário e as carpideiras esgoelando diante deles um “dies irea” fanhoso e arrastado.

Tudo, mas tudo mesmo, visitas pastorais, desobrigas, retiros, só tinha uma finalidade: levar o povo simples à prática dos sacramentos. Todo o pastoreio se baseava no desempenho de funções e de cargos.

O isolamento entre as paróquias, reforçado pela extensão territorial das mesmas e escassos meios de comunicação revigoravam esta situação de dominação legal.

O controle do bispo sobre o clero se robustecia com o isolamento e o individualismo paroquial, ao mesmo tempo que tendia a fortificar o poder do padre sobre os fiéis. Na paróquia mandava o padre como um tuxaua. O diálogo

entre padre e bispo era inexistente, como inexistente era o intercâmbio entre padre e fiéis. O fundamental dentro da Igreja era que as normas fossem cumpridas e os atos religiosos perfeitamente conforme com o que estava prescrito. A questão não era o que fazer ou como fazer, mas fazer ou não fazer, isto é, cumprir ou não cumprir o que estava determinado.

Dessa maneira, os relacionamentos que se estabeleciam entre padre e fiéis eram em termos de funções e não em termos de relação de pessoa para pessoa, da mesma forma que a comunicação entre clero e bispo, além de rara, exprimia uma dependência no plano de funções e de cargos.

Bispo, padre e fiel, pertencendo a uma mesma Igreja, relacionavam-se dentro de uma dependência hierárquica, onde não havia lugar para a participação, para as relações de fraternidade e mutualidade. Tudo estava ligado ao exercício de funções, que asseguravam o predomínio das normas, criando conseqüentemente um quadro ritualista.

Numa sociedade tradicional, como a que nos precedeu, onde as normas eram sempre acatadas e nunca discutidas, esta situação poderia manter-se indefinidamente. A Igreja encontrava nos esquemas tradicionais o suporte social de sua estrutura. Tanto quanto esta sociedade permaneceu tradicional e ainda permanece, hoje, de alguma forma, a estrutura eclesiástica normativa não foi apenas conservada, mas defendida e elogiada.

Ocorre, porém, que as mudanças sociais decorrentes do progressivo processo de urbanização, da influência dos grandes centros sobre os centros menores e sobre a área rural através dos modernos meios de comunicação, da penetração de idéias novas, da participação cada vez maior dos indivíduos nos seus próprios grupos, da implantação das indústrias, modificaram sensivelmente a sociedade tradicional e continuam a modificá-la.

No plano religioso, tais mudanças não deixaram de ter suas conseqüências. Uma delas é que as normas e prescrições religiosas são hoje questionadas quanto à sua importância, pelos próprios fiéis. São aceitas ou rejeitadas, ao passo que outrora eram simplesmente aceitas e cumpridas.

Inegavelmente a estrutura normativa e ritualista da Igreja sofre impacto face a semelhantes transformações. Nossa Igreja local não se antecipou às mudanças e encontra sérias dificuldades em se adaptar à situação dos fiéis nos dias presentes.

Claro que atualmente alguma coisa se está fazendo no que diz respeito às renovações na parte litúrgica, à criação de novos organismos, ao apostolado dos leigos, às experiências pastorais em paróquias. Verificou-se uma tomada de consciência dos problemas religiosos, colocados em nova luz, projetando a pastoral uma dimensão nova. Sob o ponto de vista internacional já temos alguma coisa. Há uma pletora de novas belas normas sobre o assunto. Mas resta por fazer ainda um grande esforço para traduzi-las em realidade em ação.

A estrutura que estava e ainda está aí plantada não pode ser apenas encarada do ponto de vista internacional.

A diocese ainda se apóia fortemente no sistema paroquial. Quem manda na paróquia, absoluto, ainda é o padre. Mesmo nas paróquias onde já se encontram instalados conselhos paroquiais, seus membros foram escolhidos e nomeados pelo próprio vigário, que neles exerce a função de presidente, que é quem convoca o conselho, quem lhe apresenta os problemas e sugestões que na maioria dos casos são aceitas e não discutidas. Ora, pelo espírito das reformas, o conselho deve ser mais do que uma assessoria junto ao vigário. Ele deve ser um grupo representativo dos fiéis, deve exprimir o sentido de participação que estes devem ter na organização e no governo das paróquias.

Na administração dos recursos paroquiais a autoridade do vigário ainda é absoluta. Os fiéis são meros contribuintes de suas paróquias, ignorando até, por exemplo, o montante das coletas dos domingos, bem como sua aplicação.

Estes pequenos fatos nos indicam que nossas paróquias, no que diz respeito à sua organização, ainda não se apresentam capacitadas para formar seus fiéis no sentido de sua participação e integração em comunidades. Ao invés de serem organismos formadores, são meros distritos administrativos no seio da diocese.

O que é de estranhar é que, na área urbana, sobretudo nos centros maiores, como Teresina e Parnaíba, onde já se fortalece a aspiração e tendência de cada um participar dos objetivos do seu próprio grupo, as paróquias urbanas não oferecem condições para o adequado treinamento germinador de valores religiosos e sociais, indispensáveis para a vida de seus fiéis na sociedade. A prepotente atuação dos párocos impede que elas se transformem em verdadeiras escolas de formação de grupos.

Onde está o leigo no esquema que possuímos? Se a diocese se apóia fortemente em sua rede de paróquias e estas se caracterizam por relacionamento à base da autoridade, como podemos descobrir nelas, enquanto Igrejas particulares, um sinal visível do "Povo de Deus"? Dir-se-á: "mas os leigos não querem cooperar". Será isto mesmo? Ou será que se sentem estranhos dentro de suas próprias paróquias e se recusam a trabalhar na continuidade de um sistema que já não aceitam? Não é de hoje que movimentos supra paroquiais formam leigos para a ação e quando eles se apresentam aos vigários quase sempre são benevolmente recusados porque a estrutura já funciona sem eles, e tudo parece tão bem que não deve ser mudado.

Não, convenhamos. Há algo de errado no nosso sistema, que está impedindo a renovação que todos pretendemos. Quem sabe? Talvez o maior empecilho entre nós ainda seja este: nossa Igreja particular é ainda fortemente clerical, marcada, como no passado, por relacionamentos enraizados no exercício de funções sacerdotais.

Nossa estrutura é disfuncional. Teoricamente projetada para o pastoreio, concretamente se estabeleceu em sistema de controle e de dominação legal, na medida em que a validade dos atos predomina sobre a sua liceidade e sua significação na vida humana. Sob este aspecto o que importa ainda é o fazer, isto é, praticar atos religiosos e não o sentido que o religioso deva ter sobre o humano. O problema ainda não é tanto participar, mas estar presente.

Ora, não é a simples presença do fiel e sim sua participação que concretamente forma uma estrutura enquanto sinal visível da Igreja universal. Nossa Igreja particular ainda possui uma estrutura clerical, uma estrutura de poder e por isso não tem logrado alcançar o plano da participação efetiva dos fiéis. Os fatos estão aí mostrando que ele permanece uma continuidade do passado, embora no seu seio, surjam, aqui e ali, experiências novas. Estas, entretanto, não chegam a transformá-la.

Perguntamo-nos: esta estrutura estará aparelhada e capacitada para fazer face aos problemas que hoje se colocam no seio da Igreja, como também na sociedade? Não nos parece. Um destes problemas, por exemplo, reside na busca do significado dos atos religiosos na vida humana. Ao contrário da sociedade tradicional, onde normas e valores não só eram impostos, mas também aceitos, hoje em dia eles são questionados. Na ordem prática, são acatados ou rejeitados. Outros valores são procurados, justamente os que têm ressonância direta na existência. As exigências concretas desta perspectiva pedem relacionamentos numa dimensão pessoal.

O mundo religioso e social do outro é uma realidade que exige respeito e compreensão. Os caminhos para chegar-se até lá não são mais as normas, mas a comunicação, o diálogo e o amor. Os relacionamentos exigidos giram na órbita da comunicação interpessoal e não mais em torno de funções.

Ora, uma estrutura como a nossa, que ainda se apresenta clerical e normativa, estremece diante destas exigências. O que ela tem para oferecer não corresponde ao que lhe é solicitado. Daí o mal-estar experimentado por pastores realmente interessados na renovação da Igreja, ao se sentirem ligados às injunções das normas e às consequências da dominação legal, exercida pela estrutura sobre os fiéis.

O outro é o problema da participação. A tendência das pessoas participarem cada vez mais de seus grupos é uma aspiração crescente hoje em dia. É um novo valor da sociedade em transformação. Concorre inegavelmente para o crescimento da pessoa humana, trazendo o enriquecimento de uma dimensão social.

Ora, na nossa estrutura clerical e de domínio, a dimensão social não consegue romper a barreira do isolamento para uma eficiente participação dos leigos e dos padres numa obra comum.

Porque nossa estrutura religiosa ainda é clerical e de domínio, não temos cristãos influenciando, de maneira eficaz, no desenvolvimento humano pela prática da justiça social e da solidariedade e no processo de redemocratização de sua sociedade através da participação na vida cívica e política.

Por ser hierárquica ainda marcada pelo predomínio de funções, a estrutura de nossa Igreja particular, no seu conjunto, tende a se acomodar às situações que lhe assegurem a continuidade do seu prestígio e do seu poder.

Por não ser uma estrutura associativa e de participação que teria condições de dar aos fiéis o sentido da comunicação de pessoa a pessoa e de integração na comunidade social, sua influência atual no desenvolvimento e na comunidade ainda é inconsistente.

Tudo o que foi dito nos impõe uma tomada de consciência: queremos ou não queremos mudar? Se queremos, importa que os relacionamentos entre bispo, padres e fiéis sejam melhores do que estão sendo agora, sob pena da expressão "Povo de Deus" permanecer na órbita das categorias mentais e não ter a consistência das coisas reais e objetivas.

Resumindo e precisando melhor os termos da questão. – Parece que já está na hora de mudarmos a nossa estrutura religiosa. Entendo por estrutura, aqui, o tipo de sistema ou forma religiosa, variável segundo as condições de tempo ou de lugar, estratificada ou não, que uma comunidade religiosa, em sua evolução, pode assumir.

Pela nossa história local vimos que recebemos a que assumimos com o correr do tempo, uma estrutura religiosa que nos foi trazida de fora. Foi uma estrutura de poder do tipo hierárquico vertical, baseada em normas a cujo cumprimento se era levado por pressões de medo. Nesta estrutura os líderes, bispo e padres, davam as normas que deviam ser seguidas à risca, por todos, sem qualquer espécie de indagação. As normas e a pregação de missionários à base de intimidações acabaram por inocular na comunidade tradições e costumes que por sua vez asseguraram a permanência da estrutura.

O fiel, com medo da morte e do inferno, recebia do padre os sacramentos que lhe asseguravam a posse do céu, como que automaticamente, *ex opere operatum*. Em contrapartida, o fiel garantia ao padre sua subsistência (dele padre), através de um sistema de taxas cobradas por ocasião da administração dos sacramentos. Na estrutura do medo o líder tem que ser independente. Daí o sistema de taxas. O fiel para salvar sua alma precisa dos sacramentos. O padre lhes administrava mediante o recebimento de uma taxa em dinheiro. Chamava-se a isto "direito de estola". Não havia gratuidade. Era como que um negócio que, uma vez realizado, deixava a ambos, padre e fiel, quites um com o outro. O mesmo sucedia no relacionamento bispo-padre. Tudo girava em torno da administração de sacramentos e taxas que incidiam, de qualquer forma, sobre esta administração.

Para facilitar o sistema, o padre exerce o seu poder num determinado território e na comunidade que nele habita – a paróquia. Um aglomerado de paróquias forma uma diocese dirigida por um bispo. Age-se como se fosse dono do território e da comunidade. Isto é meu, aquilo é teu. Qualquer interferência de terceiro na área é motivo de atritos e até de brigas entre os líderes, com escândalo para as bases.

Acontece que os tempos mudaram. O povo tende cada vez mais a não aceitar normas sem antes examiná-las para decidir se vai segui-las ou rejeitá-las. O medo da morte, do pecado e do inferno não pressiona mais as pessoas, como antigamente. Os costumes e as tradições estão desaparecendo. Ora, eram os medos, as tradições e os costumes que seguravam a estrutura. Sem elas, ela começa a desmoronar. Muitos, a maioria, não procuram mais os sacramentos.

Como resultado de tudo isto, os líderes sentem-se inseguros e entram em pânico. Como sobreviveram? Naturalmente que abandonando a estrutura. Para muitos começa então o êxodo. Uns pensam em partir para uma completa profissionalização. A coisa não está tranquila na área das lideranças. Nota-se um mal-estar, uma certa insatisfação.

Enquanto isto, a todo custo prossegue-se como se a estrutura ainda funcionasse. Multiplica-se a criação de novas paróquias e dioceses no velho estilo. Estão faltando padres? Os bispos lançam mão de leigos para atuarem como uma espécie de mini-padres, contanto que um simulacro da estrutura prossiga.

O povo não tem mais conhecimentos das verdades e das normas? Vamos transmiti-lhos em cursos relâmpagos: cursos para batizados, para crismas, para casamentos. O povo reage? Então vamos empregar a intimidação: não haverá sacramento se não houver cursos. E assim recomeça-se tudo de novo: estrutura de poder, do tipo hierárquico vertical, baseado em normas que são impingidas através da pressão, da intimidação, da ameaça de se fechar a porta.

E o problema das vocações sacerdotais? Como encará-lo agora? Continuaremos a preparar padres novos para servirem às velhas estruturas? Não seria isto precisamente aplicar remendo novo em pano velho?

Será que estamos no caminho certo?

Será que já é hora de irmos pensando na formação de um outro tipo de estrutura da comunhão fraterna, da participação, ao invés de estrutura de poder? A estrutura do círculo em vez da estrutura da pirâmide?

Como passaremos de um pastoreio feito de obediências para um pastoreio de comunhão?

Parece-me que é o medo que está tolhendo a nossa ação, o medo de arriscar, o medo de mudar. Lembremo-nos que nos últimos dias que Cristo passou na terra, depois da ressurreição, foi constante esta sua recomendação aos seus discípulos: “Não temais... sou Eu...” Cristo continua inserido em nossa história. Nada e ninguém o poderá arrancar daí. Por que não confiarmos cegamente nele e somente nele?